



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO -UFRRJ**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS –**

**PPGCS**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO**

**A ANÁLISE POLÍTICA DO DISCURSO E O NEGACIONISMO**

**BOLSONARISTA – UM ESTUDO DA [DES]GOVERNANÇA**

**CLIMÁTICA NO GOVERNO BOLSONARO (2018-2022)**

**KARINE DA SILVA DUARTE**

**2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO -UFRRJ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS –  
PPGCS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A ANÁLISE POLÍTICA DO DISCURSO E O NEGACIONISMO  
BOLSONARISTA – UM ESTUDO DA [DES] GOVERNANÇA  
CLIMÁTICA NO GOVERNO BOLSONARO (2018-2022)**

**KARINE DA SILVA DUARTE**

*Sob Orientação Da Professora*  
**Alessandra Maia Terra de Faria**

**Dissertação submetida** como requisito para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciência Política.

Seropédica, RJ  
Fevereiro de 2025.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D812 a Duarte, Karine Da Silva, 1984-  
A análise política do discurso e o negacionismo  
Bolsonarista : um estudo da [des]governança climática  
no governo Bolsonaro (2018-2022) / Karine Da Silva  
Duarte. - Rio de Janeiro, 2025.  
129 f.

Orientadora: Alessandra Maia Terra de Faria.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em  
Ciências Sociais - PPGCS, 2025.

1. Análise do discurso. 2. Negacionismo. 3. Governo  
Bolsonaro. I. Terra de Faria, Alessandra Maia, 1975-.,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais  
PPGCS III. Título.

---

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

KARINE DA SILVA DUARTE

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.


DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/03/2025

ALESSANDRA MAIA TERRA DE FARIA. Título (Ph.D.) UFRRJ (orientadora)

 Documento assinado digitalmente  
ALESSANDRA MAIA TERRA DE FARIA  
Data: 05/05/2025 09:38:37 -0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

---

MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS. Título (Ph.D.) UFRRJ

 Documento assinado digitalmente  
MIRIAM DE OLIVEIRA SANTOS  
Data: 05/05/2025 10:48:04 -0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

---

FELIPE MAIA GUIMARÃES DA SILVA. (Título) Ph.D. UFJF

 Documento assinado digitalmente  
FELIPE MAIA GUIMARÃES DA SILVA  
Data: 21/04/2025 08:59:09 -0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

---

## **AGRADECIMENTOS**

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma colaboraram para que esse trabalho pudesse ser terminado. Em especial, a minha querida orientadora, Alessandra Maia, que acreditou em mim e na proposta da pesquisa durante todo esse processo com todas as nuances que apareceram pelo caminho. Agradeço também a instituição Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a coordenação do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, na figura do professor Dr. Maurício Hoelz, que me deram ferramentas institucionais e apoio para a conclusão do Mestrado. Por fim, agradeço ao meu filho Arthur com muito amor, que sem a sua chegada eu jamais sentiria essa força e disposição que hoje sei que tenho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Obrigada.

## RESUMO

DUARTE, Karine Da Silva. A análise política do discurso e o negacionismo bolsonarista – um estudo da (des) governança climática no governo Bolsonaro (2018-2022). 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Ciência Política). Programa de pós-graduação em Ciências Sociais - PPGCS. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

O presente estudo pretende analisar a relevância do tema ambiental, destacando os impactos do negacionismo no passado recente, ao testar a hipótese de que o negacionismo climático influencia a política nacional climática e ambiental. Para isso, busca-se aprofundar o entendimento sobre o que a literatura denomina discurso negacionista, caracterizado pela rejeição ou distorção de fatos científicos, históricos ou sociais. Esse fenômeno ganhou crescente importância na política contemporânea, inicialmente associado a movimentos marginais, mas posteriormente incorporado por figuras políticas influentes, ganhando destaque em campanhas eleitorais e na formulação de políticas públicas que flertam com uma lógica antidemocrática e um neoliberalismo hiper-reacionário. No Brasil, Jair Messias Bolsonaro, tanto na condição de candidato quanto na de presidente eleito, emergiu como um dos expoentes do discurso negacionista, utilizando essa estratégia como ferramenta central em sua retórica política. Durante a campanha, Bolsonaro adotou um discurso polêmico, que buscava desacreditar os riscos da pandemia e se opunha ao isolamento social. Suas falas e ações foram alvo de críticas de diversos setores da sociedade, da comunidade científica e da mídia internacional, levando a um aumento dos estudos sobre os impactos do discurso negacionista do presidente em relação à gravidade da pandemia. Para a análise dessa retórica, o estudo adota uma abordagem metodológica inspirada na análise do discurso sob a perspectiva foucaultiana. Michel Foucault enfatizou a intersecção entre discurso e poder, indicando que a produção do discurso é controlada e organizada por processos que buscam conjurar seus perigos. O autor questionou os pressupostos da modernidade e desenvolveu uma crítica sobre o nascimento das ciências humanas, abordando as formações discursivas e genealogias que ajudam a compreender mudanças e transições em contextos históricos. Sob a perspectiva de Foucault, o negacionismo é visto como uma manifestação do discurso que exerce poder. Não se trata apenas de rejeitar a verdade, mas de criar novas verdades e relações de poder. O estudo do negacionismo, à luz das teorias foucaultianas, revela a complexidade das lutas pelo controle da verdade na sociedade. Nessa ótica, o negacionismo é visto como uma manifestação do discurso que exerce poder, não sendo apenas uma rejeição da verdade, mas uma prática estratégica que busca criar novas realidades e relações de poder. Ao entender o negacionismo como um exercício de poder por meio do discurso, podemos observar seu impacto profundo na sociedade, moldando percepções, influenciando políticas e reconfigurando o campo do conhecimento. A investigação utiliza a teoria do discurso e a análise crítica do discurso como ferramentas para estudar os discursos negacionistas. A análise inclui: a) o discurso de Bolsonaro durante a campanha presidencial de 2018 e uma abordagem sobre o significado dos negacionismos e como esse conceito se ramifica na política; b) os principais atores envolvidos nesse discurso e na política bolsonarista c) o conteúdo dos programas de governo de 2018 e 2022, mapeando agendas políticas; Essa abordagem permitiu compreender a trajetória da gestão ambiental bolsonarista e suas nuances, contribuindo para o debate sobre as consequências da gestão Bolsonaro na política climática e ambiental brasileira.

**Palavras – chave:** Análise do discurso, Negacionismos, Governo Bolsonaro.

## ABSTRACT

DUARTE, Karine Da Silva. The political analysis of discourse and Bolsonaro's negationism – a study of the climate misgovernance during the Bolsonaro government (2018-2022). 2024. Dissertation (Master's in Social Sciences, Political Science). Graduate Program in Social Sciences -PPGCS. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

The present study aims to analyze the relevance of the environmental theme, highlighting the impacts of negationism in the recent past by testing the hypothesis that climate negationism influences national climate and environmental policy. To achieve this, the study seeks to deepen the understanding of what the literature refers to as the negationist discourse, characterized by the rejection or distortion of scientific, historical, or social facts. This phenomenon has gained increasing importance in contemporary politics, initially associated with marginal movements but later incorporated by influential political figures, gaining prominence in electoral campaigns and the formulation of public policies that flirt with an antidemocratic logic and hyper-reactionary neoliberalism. In Brazil, Jair Messias Bolsonaro, both as a candidate and as the elected president, emerged as one of the leading figures of denialist discourse, using this strategy as a central tool in his political rhetoric. During the campaign, Bolsonaro adopted a controversial discourse that sought to discredit the risks of the pandemic and opposed social isolation. His speeches and actions were criticized by various sectors of society, the scientific community, and the international media, leading to an increase in studies on the impacts of the president's negationist discourse regarding the severity of the pandemic. For the analysis of this rhetoric, the study adopts a methodological approach inspired by discourse analysis from a Foucauldian perspective. Michel Foucault emphasized the intersection of discourse and power, indicating that the production of discourse is controlled and organized by processes that seek to avert its dangers. The author questioned the assumptions of modernity and developed a critique of the emergence of the human sciences, addressing discursive formations and genealogies that help understand changes and transitions in historical contexts. From Foucault's perspective, negationism is seen as a manifestation of discourse that exercises power. It is not merely a rejection of truth but a strategic practice that seeks to create new truths and power relations. The study of negationism, in light of Foucault's theories, reveals the complexity of struggles for control of truth in society. In this view, negationism is regarded as a manifestation of discourse that exercises power, not just a rejection of truth, but a strategic practice aimed at creating new realities and power relations. By understanding negationism as an exercise of power through discourse, we can observe its profound impact on society, shaping perceptions, influencing policies, and reconfiguring the field of knowledge. The investigation employs discourse theory and critical discourse analysis as tools to study denialist discourses. The analysis includes: a) Bolsonaro's discourse during the 2018 presidential campaign and an approach to the meaning of denialism and how this concept branches out in politics; b) the main actors involved in this discourse and in Bolsonaro's political movement; c) the content of the 2018 and 2022 government plans, mapping political agendas. This approach makes it possible to understand the trajectory of Bolsonaro's environmental governance and its nuances, contributing to the debate on the consequences of his administration for Brazilian climate and environmental policy.

**Key words:** Discourse analysis, Denialism, Bolsonaro government.

### **Lista de siglas:**

**ACD** - Análise crítica do discurso (ACD)

**ANSCEMA** - Associação Nacional dos Servidores de Carreira de Especialista em Meio Ambiente e PECMA.

**CNM** - Confederação Nacional dos Municípios

**CRFB** - Constituição da República Federativa do Brasil

**CDP** - *Disclosure insight Action*

**CO2** - Gás carbônico

**ESG** – Escola Superior de Guerra

**GEE** - Gases do efeito estufa

**IVCM** - Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios

**IBAMA**- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**ICMBio** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**ICS** - Instituto Clima e Sociedade

**IJSN** - Instituto Jones dos Santos Neves

**INA** - Associação de servidores Indigenistas Associados

**INESC** - Instituto de Estudos Socioeconômicos

**INPE** - Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais

**IPCC** - Intergovernmental Panel on Climate Change

**ICLEI** - Local Governments for Sustainability

**MST** – Movimento dos Sem Terra

**OC** - Observatório do Clima

**OIT** - Organização Internacional do Trabalho

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**ONG** - Organizações não governamentais

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**PSL** - Partido Social Liberal

**PNMC** - Política Nacional sobre Mudança do Clima

**SEEG** - Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa

**STF** - Supremo Tribunal Federal

**STJ** – Superior Tribunal de Justiça

**UE** - União Europeia

**UNFCCC** - *United Nations Framework Convention on Climate Change*



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>05</b>
1.Contextualização do Tema	07
<b>CAPÍTULO I – ANÁLISE DE DISCURSO E PODER</b>	<b>12</b>
1. O Discurso Negacionista Como Estratégia Política	13
1.1. Michel Foucault e o discurso como forma de poder	19
1.2. A teoria do discurso e a análise crítica do discurso como ferramenta de pesquisa	25
1.3. O negacionismo climático como pauta política	29
<b>CAPÍTULO II- O NEGACIONISMO E AS ELEIÇÕES DE 2018</b>	<b>37</b>
2. O negacionismo como estratégia política: Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018	38
2.1. Trajetória política de Jair Bolsonaro e ascensão ao pleito eleitoral de 2018	39
2.2. A campanha de Jair Bolsonaro (2018) e o uso do discurso negacionista	41
2.3. Do contexto ao discurso: conjuntura e recortes narrativos sobre a “verdade” bolsonarista durante a campanha presidencial de 2018	52
<b>CAPÍTULO III – COM QUEM BOLSONARO FALA? O QUE ELE NEGA? PARA QUEM ELE NEGA? ATORES E PROGRAMAS DE GOVERNO SEGUNDO O DISCURSO BOLSONARISTA</b>	<b>57</b>
3. O discurso Bolsonarista: instrumento ideológico e político	58
3.1.Com quem Bolsonaro fala? O que ele nega? Para quem ele nega?	59
3.1.1. Com quem Bolsonaro Fala?	62
3.1.2. Para quem ele nega?	78
3.2. Análise comparativa: Programas de governo Bolsonaristas no ano de 2018 e 2022.	92
3.2.1. O programa do desmonte ambiental (2018)	92
3.2.2. O programa de governo “Pelo bem do Brasil” (2022), o fracasso da reeleição	97
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>110</b>
<b>FONTES</b>	<b>119</b>

“Talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo.”

(Ailton Krenak, 2019. p. 29)



## INTRODUÇÃO

O presente estudo visa apontar a relevância do tema ambiental e ao mesmo tempo ressaltar os impactos do negacionismo no passado recente, ao testar a hipótese de trabalho de que o negacionismo climático impacta a política nacional climática e ambiental. Para tanto propomos adensar os conhecimentos a respeito do que vem sendo denominado pela literatura de discurso negacionista. O discurso negacionista, caracterizado pela rejeição ou distorção de fatos científicos, históricos ou sociais, tem ganhado crescente relevância na política contemporânea. Inicialmente associado a movimentos marginais, o negacionismo foi gradualmente incorporado por figuras políticas influentes ao redor do mundo, ganhando destaque em campanhas eleitorais e na formulação de políticas públicas que flertam com a lógica antidemocrática e um neoliberalismo hiper-reacionário. (Wendy Brown, 2018, 2019; Nancy Fraser, 2018).

No Brasil, o candidato e posteriormente presidente eleito Jair Messias Bolsonaro se tornou um dos principais expoentes dessa estratégia, utilizando o negacionismo como uma ferramenta central de sua retórica política (Maia, 2023; Hur et al. 2021). Conforme observam Hur et al. 2021, Bolsonaro adotou um discurso polêmico, que visava desacreditar os riscos iminentes da pandemia, e adotou posição contrária ao isolamento social. Seu discurso e práticas foram alvo de críticas de diversos setores da sociedade global, da comunidade científica, dos meios de comunicação mundiais, e de gestores de saúde. Tais ações abriram espaço para estudos recentes sobre os impactos do discurso negacionista do presidente acerca da gravidade da pandemia, o desmantelamento das políticas públicas e a “[des]governança climático ambiental” que tipificou sua gestão (SOUZA, 2023, p. 45).

Para analisar tal retórica nesta dissertação, o referencial analítico e metodológico adotado parte da análise de discurso sob a lente teórica de inspiração foucaultiana. Michel Foucault (1926-1984) foi um dos mais originais pensadores franceses do século XX, cuja vasta obra alcançou grande impacto na filosofia, na história, na psicologia e nas ciências sociais. Como observa Danilo Marcondes (2010), o pensamento foucaultiano é inicialmente influenciado pelo estruturalismo francês e a fenomenologia, mas também profundamente marcado, como observa o próprio Foucault, pelas obras de Nietzsche, Freud e Marx. Segundo Foucault: “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”

(FOUCAULT, [1971] (2010), p. 128). Foucault foi um crítico da modernidade, e questionou seus pressupostos racionalistas, seu modelo de ciência, e desenvolveu uma interessante crítica sobre o nascimento das ciências humanas (em especial em *História da Loucura*, 1961, *As palavras e as coisas*, 1966 e *A arqueologia do saber*, 1969). Aqui abordaremos seu método a partir da análise das formações discursivas e das genealogias, que em diálogo com a *Genealogia da Moral* de Nietzsche, buscam compreender melhor as mudanças, rupturas e transições entre diferentes formações discursivas em dado momento histórico.

Sob a perspectiva de Foucault (1971), o discurso é uma manifestação poderosa de poder. O discurso negacionista não é meramente uma rejeição da verdade, mas uma prática estratégica que busca criar novas verdades e, conseqüentemente, novas relações de poder. Ao entender o negacionismo como uma forma de exercício de poder através do discurso, podemos ver como ele impacta profundamente a sociedade, moldando percepções, influenciando políticas e reconfigurando o campo do conhecimento. Nesse sentido, o estudo do negacionismo, à luz das teorias foucaultianas, revela a complexidade das lutas pelo controle da verdade em uma sociedade.

Para uma investigação qualitativa serão utilizadas no estudo a teoria do discurso e a análise crítica do discurso como ferramentas para a pesquisa de discursos negacionistas. Essa análise permeará: a) a análise do discurso do candidato Jair Bolsonaro durante a campanha para a presidência (2018) como o ponto de partida para b) o conteúdo dos programas de governo de Jair Bolsonaro, em 2018 e 2022, respectivamente, segundo um mapeamento para ressaltar agendas já presentes nos objetivos políticos do candidato e governante eleito e c) a análise dos atores envolvidos no discurso e na política bolsonarista, ressaltando a quem é direcionada a sua fala, a quem ele nega ou interdita a palavra e o que ele rejeita no seu discurso, a favor de quem Bolsonaro fala e contra quem ele fala.

Ao escrever sobre o impacto do discurso negacionista do candidato à presidência da República, no ano de 2018, e posterior presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, o objetivo é oferecer uma análise crítica de alguns recortes dos discursos e falas negacionistas, antiambientalistas, feitos pelo então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral em 2018. Assim, as análises a partir dos discursos serviram de base para analisar a trajetória da gestão ambiental bolsonarista, especificamente, e suas nuances. Nesse sentido, o estudo visa contribuir para a ampliação do debate que envolve as consequências deixadas pela gestão bolsonarista na política climática e ambiental brasileira.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Apesar dos sistemas de controle sobre eventos climáticos no planeta Terra tenham se desenvolvido segundo rigorosos testes de hipótese desde pelo menos 1800, por vezes questões sobre se existe de fato um consenso científico a respeito do impacto das atividades humanas sobre as alterações climáticas modernas continuam a surgir no cenário político público mundial. Em busca de atualizar esforços anteriores para quantificar o consenso científico sobre as alterações climáticas, estudiosos do tema pesquisaram na literatura recente artigos céticos em relação ao aquecimento global causado pela atividade antropogênica.

A partir de um conjunto de dados de 88.125 artigos relacionados com o clima publicados desde 2012, quando esta questão foi abordada de forma abrangente pela última vez, Linas et al. (2021) examinaram um subconjunto aleatório de 3.000 dessas publicações. Eles conseguiram identificar quatro artigos céticos, a partir de um subconjunto de 3.000 artigos, conforme evidenciado por resumos que foram classificados como implícita ou explicitamente céticos em relação ao aquecimento global causado pelo homem. Ao elaborar uma amostra utilizando palavras-chave céticas pré-identificadas, eles encontraram 28 artigos que eram implícitos ou explicitamente céticos sobre o tema. Foi possível então concluir, com elevada confiança estatística, que hoje existe um consenso científico explícito sobre o fato de que as alterações climáticas contemporâneas são causadas pela ação do homem no meio ambiente. Tal consenso está expresso e tem como ponderação uma proporção do total de publicações – que excede 99% na literatura científica revista por pares.

Ou seja, pode ser dito com segurança que não há mais controvérsia, no mundo científico contemporâneo, sobre a existência da mudança do clima por resultado direto das atividades humanas, e a urgência sobre estimar os seus efeitos. Não há espaço, no meio científico, para o questionamento feito pelos negacionistas climáticos se a crise climática é real ou não, se a sua principal causa é antropogênica ou não, ou dúvidas sobre as consequências da crise do clima serem gravíssimas. Todas essas questões estão pacificadas quase por unanimidade pela comunidade científica, a humanidade enfrenta o seu maior desafio, que é a crise do clima.

Mas o que significa o negacionismo climático? Por que interessa compreender suas implicações para a política brasileira? De acordo com estudos recentes, Miguel (2022) observa que o negacionismo climático é definido como a rejeição ou dúvida sistemática das evidências científicas sobre as mudanças climáticas. Esta dissertação buscará contribuir para o

desenvolvimento desta conceituação, a partir da reflexão sobre suas implicações concretas no passado recente.

Enquanto a presente dissertação é escrita, o Brasil registra diversos episódios decorrentes de desastres chamados de “naturais”, que, no entanto, são tragédias anunciadas e possivelmente evitáveis, caso houvesse políticas públicas e vontade política para encarar as necessidades. O Brasil é apenas mais um dentre os muitos lugares do planeta atingido por um fenômeno sistêmico, causado por um processo antropogênico, de amplitude planetária.

Nesse sentido, podemos acrescentar que o mundo registrou, em maio de 2024, o décimo segundo mês consecutivo de recordes de calor na Terra. Vale destacar que desde junho de 2023 o planeta vem batendo recordes de calor a cada mês, seguidamente (G1, e. 2024). De Norte a Sul do país, os desastres, que poderiam ser amenizados e alguns até evitados, violam direitos e provocam tragédias ambientais e humanas, aumentando a miserabilidade das pessoas mais vulneráveis social, política, étnica e economicamente. São diversos os exemplos desse problema que acomete todo o território brasileiro, causando impactos econômicos, sociais, ambientais e que custaram milhares de vidas humanas, não humanas e bilhões de reais.

Conforme observado pelo estudo de Castanho et al. (2020), ao longo da história da humanidade, as catástrofes foram uma realidade adversa e imprevisível. O advento epistemológico e conhecimentos sobre o clima, contudo, que o ser humano vem desenvolvendo nos últimos séculos, (em especial a partir do século XIX), permitiu avanços na previsão de eventos climatológicos, hidrológicos e meteorológicos com certa antecedência. Tais previsões possibilitam tomar medidas estratégicas que visam mitigar danos e prejuízos. Ainda é muito complexo, contudo, gerenciar tais informações. Na medida em que as autoridades gestoras negligenciam tais informações, em contextos de crises, é possível analisar se tais omissões se caracterizam por questões econômicas, sociais, ambientais ou até mesmo políticas.

O Brasil registrou secas (G1, a. 2023) e ciclones (Correio, 2023) no Sul do país (2022 e 2023, respectivamente) e mais recentemente a maior tragédia ambiental e humana já vivida pelo Rio Grande do Sul, com a maior enchente da história do estado (G1, d. 2024). Na história do Rio Grande do Sul, conforme estudo de Wollmann (2014) as enchentes constituem-se em fenômenos naturais já conhecidos pela população, em especial, aquelas que habitam os vales

dos principais rios sul-rio-grandenses<sup>1</sup>. No entanto, como pano de fundo para a dimensão que esse evento climático extremo tomou, está à falta de política pública para mitigar os efeitos, presumidos, caso ocorresse uma forte chuva, onde a consequência para o tamanho desastre está diretamente ligada a não escuta dos políticos aos pedidos de intervenção, feitos por especialistas, para evitar tamanha tragédia, como ficou demonstrado no caso do RS (Agência Pública, 2024).

Nos últimos anos o Brasil registrou diversos eventos climáticos extremos, chuvas acima do esperado no Litoral Norte de São Paulo (G1, b. 2023); enchentes no Sul da Bahia (Nunes, UOL. 2021) e na Região Metropolitana do Recife (G1, c. 2023); deslizamento de terras na Região Serrana do Rio de Janeiro (BBC, 2023); e uma seca sem precedentes na Amazônia brasileira (SASSIANE & LALO, Folha de São Paulo. 2023), este último efeito agravado pela gestão ambiental durante o governo bolsonarista.

Os tipos de desastres e regiões atingidas são diversos, mas todos eles compartilham uma característica em comum: a falta de políticas públicas ou políticas públicas ineficientes na prevenção, mitigação e despreparo dos estados e municípios atingidos em lidar com as consequências desses desastres anunciados pela mudança do clima. O arcabouço jurídico brasileiro adota o princípio de cooperação entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), na temática ambiental, ou seja, estados e municípios podem legislar e adotar políticas públicas sobre mudança do clima. Além de prover diretrizes com base nas características específicas de cada região.

Em relação a políticas públicas estaduais sobre mudança do clima, dos 27 estados subnacionais, 13 ainda não elaboraram planos estaduais de mudanças climáticas (CBC, 2024). Um estudo feito em julho de 2021, pelo “*Disclosure insight Action*” (CDP) com o apoio do Instituto Clima e Sociedade (ICS), constatou que 20 estados trabalham em colaboração com governos subnacionais, 19 estados com o governo federal e 21 estados com o setor privado em prol da ação climática. A principal área de cooperação entre os estados e esses atores é a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Em relação a políticas públicas municipais sobre mudança do clima, um estudo feito em maio de 2024, pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), constatou que, das 27 capitais brasileiras, incluindo o Distrito Federal, 15 não contam com o Plano de Mudanças Climáticas (IJSN, 2024). Ainda a nível local, um levantamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), realizado no período de 01 de dezembro de 2023 a 24 de

---

<sup>1</sup> Dentre os principais estudos científicos de levantamento de enchentes nas bacias hidrográficas sul-rio-grandenses, destacam-se, segundo Wollmann (2014), os de Reckziegel (2007) e Righi (2011, 2013).



janeiro de 2024, com o objetivo de elaborar um diagnóstico das atuações municipais frente às emergências climáticas, aponta que 2,4 mil prefeituras disseram não ter condições de lidar com desastres naturais. O estudo da CNM foi intitulado de “Emergência Climática” e obteve a participação de 3.590 prefeituras entre os 5.570 municípios do país. As constatações são preocupantes, mas não surpreendentes, o estudo apontou que 68% das prefeituras não estão preparadas para enfrentar o aumento de eventos climáticos extremos, os parâmetros foram elaborados pelas respostas das próprias prefeituras às perguntas do estudo. Ainda segundo o levantamento, apenas 22,6% dos municípios afirmaram possuir alguma medida de mitigação e adaptação à mudança do clima, enquanto 6% desconhecem as previsões climáticas e 3,4% não responderam. O despreparo dos municípios fica evidente em diversas falhas de gestão para o combate à crise climática identificada pelo estudo. De acordo com o levantamento, 43,7% das prefeituras não possuem setores ou profissionais responsáveis por monitorar diariamente e em tempo real áreas sob risco de desastres, o que torna a prevenção de desastres e consequente mitigação algo improvável de ser feito. No que diz respeito à prevenção e sistemas de alerta, 57% das prefeituras indicaram não possuir nenhum, evidenciando uma grave deficiência na capacidade de resposta a emergências climáticas (CNM, 2024). Outros dados interessantes trazidos pelo Índice de Progresso Social (IPS, 2024), ferramenta criada por cientistas de Harvard e do MIT, dos Estados Unidos, onde é avaliada a qualidade de vida da população de forma multidimensional, além da capacidade econômica, o desempenho social e ambiental das cidades são fatores levados em consideração.

Pela primeira vez, no Brasil, foram coletados dados de todos os 5.568 municípios, onde ficou demonstrado que para além da renda per capita e do quanto uma cidade contribui para o produto interno bruto, não garante uma boa qualidade de vida para a população. Dentre os índices apresentados está a qualidade do meio ambiente, onde foram levados em consideração, dentre outros fatores Emissões de CO<sub>2</sub> por Habitante e Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios (IVCM), os dados mostram que os piores desempenhos estão ligados às cidades situadas nas áreas do arco de desmatamento da Amazônia Legal, onde a fronteira agrícola avança em direção a floresta Amazônica, causando desmatamento, queimadas e aumento das emissões de gás carbônico (CO<sub>2</sub>).

Por outro lado, iniciativas como a mentoria organizada pelo Instituto Alziras, em conjunto com a Associação Brasileira de Municípios, a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos e o ICLEI, para fortalecer as ações de combate à emergência climática nos municípios de pequeno e médio porte do país pode ser destacada. Essa atividade foi desenvolvida em parceria e com apoio da União Europeia (UE) por meio do Comitê

Consultivo Nacional do Pacto Global de Prefeitos e Prefeitas pelo Clima e a Energia do Brasil, e com o apoio técnico do Instituto Nosso Clima na sua implementação. Segundo dados da plataforma SEEG Municípios, 88% das emissões das cidades do país ocorrem nas localidades com até 100 mil habitantes, o que reforça a necessidade do engajamento de localidades menos populosas no enfrentamento da crise climática.

O Instituto Alziras destaca o progresso de 13 cidades brasileiras de pequeno e médio porte no enfrentamento às mudanças climáticas por meio da construção de seus Inventários Municipais de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Desse total, sete cidades (60%) são lideradas por prefeitas mulheres. Com base em indicadores e dados científicos, o documento permite que os governos locais possam conhecer o perfil das emissões de diferentes setores e tenham direcionamento técnico para nortear seus planos de ação climáticos.

Ou seja, o aumento progressivo da temperatura devido à queima de combustíveis fósseis e as queimadas estão intimamente ligados e ambos contribuem significativamente para a crise climática. A falta de políticas públicas efetivas e a ausência, em muitos casos, de regulamentações rigorosas e esforços de fiscalização, contribuem para que práticas agrícolas e industriais irresponsáveis continuem a desmatar áreas florestais e a provocar queimadas. Essa sensação de permissividade se sustenta pela ausência de políticas públicas robustas, o que dificulta o desenvolvimento de estratégias de mitigação e adaptação necessárias para combater os impactos das mudanças climáticas.

Para um enfrentamento efetivo das consequências da crise do clima, é crucial uma gestão pública voltada para a transição energética em fontes de energia renováveis e sustentáveis, além de medidas preventivas contra queimadas. A crise climática exige uma resposta coordenada e eficaz de estados e municípios. Investir em infraestrutura resiliente, desenvolver políticas públicas de mitigação e adaptação e promover a conscientização ambiental são passos essenciais para enfrentar os desastres climáticos. Sem essas medidas, as comunidades continuarão vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, resultando em perdas humanas, econômicas e ambientais significativas.

## **CAPÍTULO I**

### **ANÁLISE DE DISCURSO E PODER**

## **1. O DISCURSO NEGACIONISTA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA**

A crise do clima é um tema relativamente recente nos estudos das ciências sociais, por ter sido tratado como algo a vir a nos acometer, a vir a nos afetar como sociedade, algo antes tido como futurista. O presente nos escancara que o impacto da mudança do clima na humanidade é a nossa pior e mais desafiadora realidade do nosso presente. Um dos maiores desafios para a ciência política hoje é como iremos nos reorganizar em sociedade, para evitar que as consequências da crise climática sejam mais devastadoras do que apontam os estudos. O termo “negacionismo” se popularizou no fim da década de 1980, com o uso do termo pelo historiador francês Henry Rousso (1987 apud VALIM et al. 2021) para se referir a grupos e indivíduos que negavam o extermínio de judeus através das câmaras de gás pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Uma das atuais características do negacionismo histórico é o fato dele ser cada vez mais um fenômeno “difundido” por aqueles que representam o Estado. Esta característica, ainda que não seja novidade no cenário político, nos modelos atuais de disputas eleitorais tem sido largamente adotada, em especial, por governos de extrema direita, autoritários, ditos populistas. A primeira manifestação organizada de negacionismo no Brasil ocorreu ainda durante a transição para a democracia. Apesar dos esforços de comissões da verdade e de organizações de direitos humanos para revelar os crimes cometidos pela ditadura, setores ligados às Forças Armadas e à extrema direita mantiveram uma narrativa que negava ou justificava os abusos. Essa tendência negacionista se consolidou com o avanço das novas mídias e redes sociais, que permitiram a disseminação em larga escala de narrativas revisionistas sobre o passado ditatorial. Como aponta Maia (2023), esse discurso foi amplamente explorado pelo governo de Jair Bolsonaro, que não apenas glorificava o regime militar como promovia celebrações anuais do golpe de 1964, negando o caráter autoritário do regime e suas violações. O negacionismo histórico sobre a ditadura foi o ponto de partida para o desenvolvimento de um projeto político mais amplo, que inclui a negação da ciência e da própria democracia, criando um ambiente de desinformação sistemática e deslegitimação das instituições democráticas (Maia, 2023). A rejeição de fatos e evidências como ferramenta

narrativa no Brasil tem suas raízes históricas ligadas a momentos de crise política e social, sendo utilizado de forma estratégica para moldar a memória coletiva e legitimar determinados projetos de poder. No contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), o negacionismo se manifestou na negação ou minimização das violações de direitos humanos, como a tortura, os assassinatos e os desaparecimentos forçados. A Lei da Anistia de 1979, por exemplo, ao perdoar crimes cometidos tanto por agentes do Estado quanto por opositores, ajudou a cimentar uma política de esquecimento e impunidade, criando um terreno fértil para o surgimento de discursos negacionistas (D'Araujo, 2012).

Além disso, esse “estilo” discursivo foi utilizado no Brasil como uma ferramenta para desmobilizar movimentos sociais. Em vez de reconhecer a luta por direitos humanos e sociais, o discurso negacionista rotula esses movimentos como desestabilizadores ou ameaças à “ordem” social, alinhando-se com uma cultura política autoritária (Seligmann-Silva, 2022). Essa prática de reescrever o passado serve para criar um inimigo comum e justificar medidas autoritárias, como o uso da violência contra manifestantes.

Segundo observado recentemente por Carlos Milani (2022, p. 205) “o negacionismo climático pode ser considerado como uma ferramenta política, usada nos âmbitos nacional e transnacional, a fim de deslegitimar a ciência, as políticas de regulação (via legislação ou via mercado), as mudanças de padrões na produção e na circulação e consumo de bens e serviços na economia capitalista. Simultaneamente, esse negacionismo é também uma ruptura com a racionalidade moderna de separação entre os temas religiosos e científicos, entre as esferas da fé individual e coletiva.”.

A retórica negacionista, especialmente em contextos políticos, tem raízes complexas e multifacetadas. Ele se refere à rejeição ou negação de fatos científicos, históricos ou consensos estabelecidos por especialistas. Este fenômeno é particularmente notável em áreas como a mudança climática, vacinação, e eventos históricos. Todas essas características podem ser encontradas nos discursos utilizados e nos processos de desinformação.

Simone Petraglia Kropf (2022), na sua contribuição para o "Dicionário do Negacionismo no Brasil", examina o negacionismo científico como um fenômeno que se manifesta através da rejeição sistemática de evidências científicas robustas e consensos acadêmicos estabelecidos. Este tipo de negacionismo tem implicações profundas para a saúde pública, a educação e a formulação de políticas públicas no Brasil. Kropf (2022), identifica várias características do negacionismo científico, destacando sua natureza sistemática e a forma como é utilizado para promover agendas políticas.

A descredibilização da ciência é o que objetiva as ações dos negacionistas científicos, que, frequentemente deslegitimam cientistas e instituições de pesquisa, apresentando-os como agentes de conspirações ou partícipes de interesses ocultos. Como observa a pesquisa de Ianni Segatto (2023), há um elo identificável sobre o debate do negacionismo, da verdade e, podemos acrescentar aqui, da produção da desinformação sobre o clima:

A primeira [pergunta] é “Qual a verdade da pós-verdade?”. A resposta é que a pós-verdade não constitui um novo tipo de verdade, mas uma forma de descredibilizar o modo de justificação da verdade. A segunda pergunta é “O que o negacionismo nega?”. A resposta sugerida aponta que o negacionismo científico, em particular, nega não apenas teses científicas, mas nega sobretudo os próprios procedimentos de investigação científica. A terceira pergunta é “O que é falso nas fake news?”. A resposta visa mostrar que a falsidade das notícias falsas reside em seu caráter ideológico (IANNI SEGATTO, 2023, pp. 2).

A desinformação não é um fenômeno novo, conforme observam Torre & Jerónimo (2023), mas algo que acompanha a história da humanidade. Os autores destacam que a relevância da desinformação na agenda pública aumentou na medida em que cresceu a velocidade de disseminação de informação proporcionada pela ascensão das plataformas de redes sociais. Episódios como o anúncio do Brexit e a eleição de Donald Trump, em 2016, são considerados por muitos analistas como momentos de forte influência da desinformação nesses resultados políticos. Nos dois casos, o uso das mais recentes tecnologias de Big Data (Faria, Trucíos; Araújo, 2022) foi fundamental para que as mensagens alcançassem um público maior, contudo, de modo direcionado. Tal público estaria mais propenso – tendo em vista perfis de valores partilhados - a aceitar ou aderir às mensagens divulgadas. Algoritmos se tornaram atores relevantes na esfera pública, e decisões da vida cotidiana se tornam cada vez mais mediadas por essas tecnologias, resultando em novos desafios para a democracia. Neste cenário se observam fenômenos contíguos como a polarização, o extremismo (Faria, Jorge & Silva, 2022), o fenômeno da desinformação e a formação das câmaras de eco e filtros de bolhas (García-Orosa; Canavilhas; Vázquez-Herrero, 2023).

Combater a desinformação tornou-se uma tarefa relevante para governos e organizações internacionais. Relativamente à Comissão Europeia, os esforços no combate à desinformação datam de 2015, com o lançamento mais recentemente do “*Code of Practice on Disinformation*”, em junho de 2022. Parte desse documento baseia-se na experiência acumulada durante a pandemia de Covid-19, quando, segundo a Organização Mundial da

Saúde (OMS), “viveu-se uma “infodemia”, ou seja, uma “pandemia” de informação – e também de desinformação” (Torre & Jerónimo, 2023, p. 2).

Como observado por Faria, Jorge e Silva (2022) as eleições presidenciais de 2018 no Brasil são um exemplo de extremismo, que em contexto de sucesso eleitoral, abre espaço para tendências que reforçam assimetrias na cena política nacional. O negacionismo e a desinformação foram um traço observável durante a campanha para presidente da república no ano de 2018 no país, como também durante todo o governo do então eleito Jair Messias Bolsonaro. Esse fenômeno, social e político, pode ser entendido como uma estratégia discursiva operada para alcançar objetivos específicos, como mobilizar uma base política, desacreditar oponentes ou evitar ações políticas que poderiam prejudicar interesses econômicos. (Valim et al, 2021)

O negacionismo muitas vezes surge de uma profunda desconfiança nas instituições científicas e acadêmicas. Movimentos anti-intelectuais que questionam a validade do conhecimento especializado contribuem para essa desconfiança. Em alguns casos, políticos ou grupos podem contestar os resultados de eleições, alegando fraude ou manipulação sem evidências substanciais. Na verdade, está presente, para além da simples negativa, uma tentativa e ataque ontológico de disputa pelo poder na e através da ciência, que perpassa os diferentes campos do conhecimento. Ou seja, não se trata do simples negar o científico, mas de se engajar em uma proposta de ciência concorrente, mesmo que minoritária, e sem a chancela dos pares cientistas. Foi assim com o caso da cloroquina, ou mesmo da negação do aquecimento global, dentre outros. Concomitantemente a tais processos, a verve política de um desenfreado capitalismo predatório se mostra evidente: aliada à negação do aquecimento global está a possibilidade econômica de destruição dos recursos naturais, aliado ao uso indiscriminado da cloroquina a possibilidade de enriquecimento rápido de indústrias farmacêuticas ou de quem, num dado momento, pode produzir determinado medicamento, ou liberar seu uso. Como ocorreu no Brasil durante o pleito presidencial de 2022. Essas alegações podem minar a confiança nas instituições democráticas e no processo eleitoral.

Ao analisar e comparar os programas dos candidatos à presidência em 2018, Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT) e Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), Faria, Jorge e Silva (2022), destacam as implicações do extremismo político. A análise evidencia a polarização ideológica entre os candidatos. Enquanto Haddad propôs a continuidade e ampliação de políticas sociais, Bolsonaro focou em segurança pública, liberalização econômica e valores conservadores, com apelo religioso. A polarização refletiu-se tanto nas propostas quanto na mobilização dos eleitores. A vitória de Bolsonaro sinalizou

uma mudança significativa no cenário político brasileiro, com implicações profundas para as políticas públicas e a governança do país.

A construção de identidades políticas envolve a criação de um "nós" em oposição a um "eles". Nas eleições presidenciais de 2022, o eleitorado bolsonarista, influenciado pela retórica do "nós e eles", "nós" os "cidadãos de bem" que seriam "os patriotas" e "eles" aqueles que seriam "à esquerda", contra a família tradicional brasileira, os imorais, não aceitaram o resultado das eleições. A estratégia de Bolsonaro de enfraquecer as instituições, segundo Couto (2023), faz parte de um movimento populista que não visa diretamente à ruptura total com a democracia, mas sim o estresse constante dos mecanismos democráticos, criando um ambiente de desconfiança e deslegitimação do sistema como um todo. O autor chama isso de "armadilha populista", em que a radicalização institucional é tanto uma resposta ao extremismo governamental quanto uma justificativa para novas críticas e ataques por parte do Executivo.

Esta dicotomia é característica de um cenário de animosidade política e polarização, que abriu caminho para que partidários do presidente derrotado em 2022 viessem a se sentir legitimados a questionar o resultado das eleições, baseados em negacionismos, o que engendrou movimentos antidemocráticos, como a invasão de janeiro de 2023. É importante destacar aqui a maneira pseudocientífica de poder concorrente: não era só negar o resultado eleitoral, era propor a apuração do voto por escrito e em cédula (um claro retrocesso) ao invés da urna eletrônica, mais segura e com chancela científica nacional e internacional. Esse episódio marcou o ponto máximo de tensão entre o governo Bolsonaro e as instituições democráticas, demonstrando a profundidade da crise institucional promovida pelo bolsonarismo (Couto, 2023).

O eleitorado bolsonarista negou a eficácia das urnas e deslegitimou as instituições do país responsáveis pela organização e execução das eleições. A retórica negacionista ao focar em segurança e moralidade, reflete e amplifica uma série de ansiedades sociais e políticas presentes no Brasil. Esse discurso, embora eficaz em mobilizar eleitores, pode ter consequências negativas para a democracia e a coesão social no país (Vargas et al., 2018).

Alguns movimentos políticos podem negar a legitimidade de certas instituições políticas ou internacionais, argumentando que essas instituições têm uma agenda oculta ou representam uma ameaça à soberania nacional. Isso pode incluir uma agenda antidemocrática que visa desestabilizar o funcionamento das instituições em geral, como é o caso de narrativas negacionistas, no voltar-se contra e questionar a importância de órgãos como as Nações Unidas, o Supremo Tribunal Federal (STF), ONG's ou outras organizações internacionais.



O artigo de Bernard Charlot e Valérie A. Capua da Silva Charlot (2021) intitulado "O Negacionismo: uma Crise Social da Relação com a 'Verdade' na Sociedade Contemporânea" aborda o fenômeno do negacionismo como uma crise social e epistemológica, destacando a ruptura da relação da sociedade contemporânea com a verdade. O negacionismo sociológico pode incluir a negação da existência ou da importância das desigualdades raciais, étnicas ou de gênero na sociedade. Isso pode vir a minimizar a discriminação sistêmica ou negar a existência de privilégios associados a determinados grupos sociais. Esse tipo de falácia negacionista foi amplamente empregada nas falas de políticos Bolsonaristas, ao longo do tempo observado na pesquisa.

O negacionismo é sintomático de uma crise mais ampla da verdade na sociedade contemporânea, onde a distinção entre fato e opinião se torna nebulosa. O discurso também pode envolver a rejeição de teorias ou conceitos estabelecidos na sociologia, como teorias sobre estratificação social, mobilidade social ou marginalização. Isso pode ser motivado por ideologias políticas ou visões de mundo que entram em conflito com a análise sociológica convencional. Charlot e Charlot (2021) destacam que o negacionismo não é apenas um problema de desinformação, mas também uma questão de identidade e pertencimento, onde grupos adotam crenças negacionistas como parte de suas identidades culturais ou políticas.

Faria (2023) ao pensar sobre a teoria da representação de Pitkin, destaca que a representação não se limita à mera presença física de representantes no Estado, mas envolve um compromisso substantivo com os interesses daqueles que são representados. Essa perspectiva é crucial para entender a natureza das desigualdades no Brasil, onde a representação política frequentemente falha em traduzir os interesses das populações marginalizadas em políticas efetivas. No Brasil, a representação muitas vezes é distorcida por interesses econômicos e políticos que favorecem as elites, perpetuando as desigualdades (Faria, 2023).

Alguns movimentos políticos podem negar a importância da diversidade cultural ou argumentar contra a ideia de multiculturalismo, promovendo visões homogeneizadas da sociedade que ignoram a complexidade das identidades e interações sociais. Negar evidências científicas e fatos históricos que deveriam ser incontroversos é uma abordagem utilizada no discurso político como meio de convencimento ideológico. Atores políticos podem negar ou minimizar eventos históricos significativos, como genocídios, massacres ou crimes contra a humanidade. Isso pode incluir negação do Holocausto, negação de genocídios em outros contextos ou tentativas de revisar interpretações históricas estabelecidas, fatos científicos pacificados, para promover narrativas políticas específicas. Essa pluralidade narrativa

representa uma crise significativa na relação da sociedade com a verdade, com implicações profundas para a governança democrática e a capacidade de resolver problemas globais.

O discurso negacionista promove incerteza e dúvida, dificultando a formação de um consenso social sobre questões críticas como mudanças climáticas ou pandemias. Essa forma de narrativa é uma estratégia política eficaz para manipular a opinião pública, deslegitimar o consenso científico e manter o status quo. Análises foucaultianas e da Análise crítica do discurso (ACD) podem ser ferramentas potentes de diagnóstico para entender como essas narrativas são construídas e disseminadas. Ao permitir revelar valores e as relações de poder subjacentes às disputas políticas, ajudam a compreender melhor os impactos sociais e políticos desse fenômeno.

### **1.1. Michel Foucault e o discurso como forma de poder**

Michel Foucault, em sua aula inaugural no Collège de France, "A Ordem do Discurso", pronunciada em dois de dezembro de 1970, explora como os discursos são regulados, controlados e distribuídos na sociedade. Suas ideias sobre as dinâmicas de poder e controle discursivo oferecem uma lente cuidadosa para entender a emergência e a disseminação do discurso político negacionista na contemporaneidade.

Foucault argumenta que o discurso é intrinsecamente ligado ao poder e é regulado por uma série de mecanismos que determinam quem pode falar e o que pode ser dito e em que contextos. No campo da política, isso se manifesta claramente nas restrições e normas que governam o discurso político. Os tabus, as regras e as restrições sociais atuam como filtros que disciplinam e limitam a arena política, ao estabelecer práticas que cerceiam ou permitem discursos, marginalizando outros. Em "A Ordem do Discurso" (1970), Foucault destaca a relação intrínseca entre poder, conhecimento e verdade. Essa perspectiva é crucial para a análise do discurso negacionista, como o discurso bolsonarista, que muitas vezes nega a validade de conhecimentos científicos estabelecidos, como no caso das mudanças climáticas, e utiliza essa negação como uma estratégia para legitimar políticas públicas que vão contra a ciência.

No caso do Brasil eleitoral de 2018, houve uma mobilização de uma narrativa que trazia a ênfase de valores específicos ligados à família, religião, manutenção da ordem e conservadorismo em geral, e apresentava como discurso dominante, legítimo e válido a proposta do que veio a ser entendido no decorrer dos fatos, como a ascensão da extrema

direita bolsonarista (Faria et al, 2022). Couto (2023) credita a escalada ao poder de Jair Bolsonaro ao crescimento do populismo de extrema-direita no Brasil e de seu impacto nas instituições democráticas. Segundo o autor, o ressentimento social expresso nas Jornadas de Junho de 2013, decorrente da frustração de expectativas de classes ascendentes e da perda de privilégios das camadas superiores, criou um terreno fértil para discursos antipolíticos e antissistema. Esse ambiente foi decisivo para a eleição de Bolsonaro, cujo governo, descrito como um "governo-movimento" se caracterizou por extremismo populista, religioso e antipluralista, minando as instituições políticas ao invés de respeitá-las.

Para Couto (2023) o bolsonarismo representa uma anormalidade no cenário político brasileiro. Enquanto governos anteriores operavam dentro dos limites do presidencialismo de coalizão, o governo Bolsonaro se destacou pela ruptura deliberada com as normas democráticas estabelecidas. Durante seu mandato, Bolsonaro atacou repetidamente o Judiciário e outras instituições, o que gerou uma reação institucional hiperativa, com instituições sendo forçadas a agir de forma mais defensiva e incisiva.

Dentro do discurso que culmina com a vitória de Bolsonaro em 2018 estava constantemente presente a invalidação e marginalização de toda e qualquer fala feita por candidatos, em especial da que tais atores políticos compreendiam enquanto a dita esquerda brasileira, na defesa de pautas como meio ambiente, igualdade de gênero, direitos dos povos originários e racismo, eram os temas mais combatidos.

Por exemplo, discursos que questionam a legitimidade do poder estabelecido ou que promovem mudanças radicais são frequentemente suprimidos ou desacreditados. As proibições atuam não apenas para proteger interesses específicos, mas também para manter a ordem social e política ou para modificá-la radicalmente, de modo unilateral. A figura do autor e o conceito de autoria são igualmente relevantes, pois atribuem autoridade e autenticidade ao discurso, influenciando quem tem o direito de ser ouvido e respeitado na arena política.

Essa característica se manifesta na forma como certos discursos são promovidos e outros são marginalizados ou suprimidos. Foucault chamou de processo de interdição, quando nem todos podem falar de tudo e em qualquer circunstância, o que para Foucault seria o “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (Foucault, 1970. p.9.). O que se diz, como se diz, quando se diz e onde se diz depende do status do locutor. Neste sentido, sugere-se aqui, no caso dos políticos, há um imaginário presente que aparenta que tudo se pode dizer, pois a representatividade e o poder intrínseco ao cargo de certa forma remontam uma blindagem, mesmo que simbólica (Pitkin, 2006; Faria,

2023), onde paira no ar uma impressão de que o sujeito político se protege ou está protegido pelos que representa ou pelo cargo que ocupa.

Pitkin (2006) inicia seu estudo questionando a natureza essencial da representação. Para ela, a representação política não pode ser reduzida a uma simples relação entre representantes e representados; ao contrário, é uma prática complexa que envolve uma série de elementos interligados. Nesse sentido, as instituições políticas desempenham um papel crucial na prática da representação. As instituições não apenas moldam a forma como a representação é exercida, mas também influenciam a capacidade dos representantes de cumprir suas funções. A interação entre palavras, instituições e ideias é central para a compreensão da representação, uma vez que cada elemento afeta e é afetado pelos outros.

Segundo Pitkin (2006) a representação simbólica é um processo no qual certos líderes ou instituições personificam ideias e valores em nome de uma coletividade. Essa forma de representação vai além de simplesmente agir conforme as instruções dos eleitores, envolvendo a criação de uma imagem ou símbolo que represente o poder ou a autoridade. No contexto da ascensão de Bolsonaro, por exemplo, foi construída uma imagem que ressoava profundamente com uma parcela significativa da sociedade brasileira. Ele foi apresentado como um “salvador” contra o que seus apoiadores percebiam como uma ameaça representada pelo PT, pela esquerda e pela corrupção, evocando valores tradicionalistas, nacionalistas e antissistema. Esse tipo de representação simbólica mobilizou os eleitores não apenas em função de suas propostas políticas concretas, mas principalmente por meio da personificação de um “Brasil que deu certo”, refletindo uma narrativa idealizada de ordem, segurança e valores tradicionais (Faria, 2022).

Para Foucault quanto mais cercado era o tema, como sexualidade e política, são um dos lugares onde elas, as pessoas que possuem o “direito” de dizerem, exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Certos tópicos são proibidos ou censurados, como a sexualidade, a política, a religião e é nessa proibição que o controle define o que pode ser dito e quem pode falar. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 1970, p. 10).

O discurso negacionista frequentemente desafia consensos científicos e históricos estabelecidos. Esses discursos não surgem espontaneamente, mas são cuidadosamente construídos e disseminados por atores que possuem poder e recursos para influenciar a opinião pública e moldar narrativas sociais.

Um aspecto central da teoria de Foucault é a "vontade de verdade" que se refere à forma como certos discursos são legitimados como verdadeiros enquanto outros são rejeitados. O texto de Israel Horodetz (2020) explora a concepção de "vontade de verdade" e sua relação com o exercício de poder. Foucault introduz o conceito de "regimes de verdade", onde o que é considerado verdadeiro é determinado pelas relações de poder e pelas práticas discursivas em uma sociedade específica. Reconhecer a verdade como um exercício de poder permite questionar as estruturas e discursos dominantes. No contexto político, isso se traduz na construção de narrativas oficiais e na marginalização de discursos dissidentes. Os governantes, por meio de instituições e meios de comunicação, moldam a verdade política ao decidir quais informações são divulgadas e quais são ocultadas.

Essa dinâmica cria uma relação intrínseca entre poder e conhecimento, onde aqueles que controlam o discurso também controlam a realidade percebida. O poder político, assim, não é apenas exercido através da força ou da legislação, mas também através da capacidade de moldar o discurso público e definir os parâmetros do debate político (Foucault, 1970). Por exemplo, a negação da mudança climática é frequentemente promovida por políticos e organizações que têm interesses econômicos na manutenção do status quo industrial. Ao controlar o discurso sobre mudanças climáticas, esses atores procuram legitimar sua posição e evitar políticas que possam prejudicar seus interesses econômicos.

Foucault destaca o papel dos rituais e das instituições na regulação do discurso (Foucault, 1970). Na política, isso é evidente nos procedimentos parlamentares, nas campanhas eleitorais e nos discursos oficiais. Esses rituais estabelecem quem pode falar, em que momento e sob quais condições, garantindo que o discurso político seja conduzido dentro de um quadro de legitimidade e ordem.

As instituições, como partidos políticos, mídia, escolas e universidades, desempenham um papel crucial na formação e disseminação do discurso político. Durante a campanha eleitoral, para legitimar o discurso negacionista, foi usado o artifício de desacreditar as universidades públicas, especificamente, as cadeiras das ciências humanas, a fim de ridicularizar o ensino através de falsas notícias, onde as instituições apareciam como antros de desordem, o que legitima o discurso de que a ordem e a disciplina só são possíveis através do controle do ensino pela extrema direita. A gestão de Jair Bolsonaro trouxe uma série de desafios e mudanças para as universidades federais. Em seu governo, houve cortes significativos no orçamento destinado à educação superior. A análise das demandas das universidades federais brasileiras para o quadriênio 2023/2026, apresentada por Pilatti et al. (2022), evidencia os desafios agravados pela gestão presidencial de 2019-2022. A falta de

financiamento adequado e o foco limitado em políticas de inclusão e inovação tecnológica comprometeram a capacidade das universidades de cumprir seu papel educacional e social.

Através dessa tentativa de “controle” e a lógica da vigilância da produção intelectual e científica, a gestão bolsonarista atuou como guardião do discurso legítimo, promovendo certas narrativas enquanto suprimia outras. Em "Vigiar e Punir" (1975), Foucault destaca a maneira como as instituições disciplinam os corpos e mentes, uma ideia que pode ser aplicada ao estudo de como discursos negacionistas disciplinam a sociedade ao reconfigurar a percepção pública sobre a verdade científica (Foucault, 1975). Quando líderes políticos, como Jair Bolsonaro, adotam discursos que negam ou minimizam a gravidade das mudanças climáticas, eles estão, na verdade, exercendo poder sobre a sociedade ao controlar a narrativa sobre um dos problemas mais urgentes do nosso tempo. Através dessa lente, também houve disputas estratégicas de exclusão que determinavam quais discursos eram considerados legítimos e quais foram marginalizados. No discurso político negacionista, essas estratégias são frequentemente invertidas para marginalizar a ciência e promover o negacionismo como uma alternativa válida.

Por exemplo, a ciência climática pode ser retratada como incerta ou corrompida, enquanto as vozes negacionistas são apresentadas como corajosas e dissidentes que desafiam o consenso estabelecido. Essa inversão de legitimidade é uma estratégia discursiva poderosa que pode confundir o público e criar a impressão de que há um debate genuíno onde, na verdade, há consenso.

A mídia, por exemplo, não apenas informa, mas também molda a opinião pública ao selecionar e enquadrar notícias de maneiras específicas. Os meios de comunicação em massa, em particular, têm um papel central na construção e manutenção do discurso negacionista. Programas de televisão, artigos de opinião e redes sociais podem ser usados para espalhar desinformação e criar um ambiente onde o negacionismo parece uma posição legítima e equilibrada.

Um bom exemplo, de como os meios de comunicação capturam as massas, mudam ou moldam comportamentos está no episódio, ocorrido no Brasil do século XX, que ficou conhecido como a Revolta da Vacina. Aguiar (2021), no livro “A Revolta da Vacina e o negacionismo dos positivistas: como a política e os jornais boicotaram Oswaldo Cruz” explora os eventos ocorridos no Brasil, quando a política de vacinação obrigatória contra a varíola, implementado por Oswaldo Cruz, enfrentou forte resistência popular e midiática. Este episódio oferece um estudo de caso sobre a influência dos meios de comunicação na percepção pública e nas políticas de saúde. Durante a Revolta da Vacina, muitos jornais

propagaram informações equivocadas ou alarmistas sobre a vacinação, exacerbando o medo e a resistência da população. Apesar de estar situado no momento inicial da República, tal fato histórico faz parte do imaginário social do Brasil. Contemporaneamente, como observado na literatura, dispositivos midiáticos formais ou informalmente organizados são abarcados pelo campo midiático, e almejam representar os valores legítimos das instituições (Pereira, 2018). Ou seja, há um campo midiático contemporâneo que disputa – e em disputa política – que tenta exercer forte influência em diversificados processos sociais. Ou seja, o processo de captura da opinião pública se atualiza e amplifica, esse poder de desinformar, criar histórias e personagens, que os meios de comunicação e as redes sociais possuem e exercem sem pudor, foi fundamental para a formação da persona Bolsonaro que posteriormente veio a se eleger como presidente da República.

A análise de Foucault também pode ser estendida à noção de hegemonia, o discurso político dominante ou hegemônico busca consolidar e perpetuar o poder estabelecido, enquanto discursos contra hegemônicos emergem para desafiar e subverter essa ordem. As lutas políticas, portanto, são também lutas discursivas, onde diferentes grupos competem para estabelecer suas próprias narrativas como a verdade aceita.

"A Ordem do Discurso" de Michel Foucault (1970) oferece uma lente poderosa para entender o discurso político. Ao destacar os mecanismos de controle, regulação e exclusão que moldam o discurso, Foucault revela como o poder político é exercido não apenas através de ações visíveis, mas também através da gestão sutil e estratégica do que pode ser dito e pensado. Essa perspectiva nos leva a questionar as narrativas políticas dominantes e a reconhecer a importância de uma análise crítica e reflexiva sobre o papel do discurso na formação da realidade política.

Outro ponto importante é a noção de "formações discursivas", apresentada em "A Arqueologia do Saber" (1969). Foucault sugere que os discursos são organizados em sistemas de pensamento que seguem regras específicas sobre o que pode ser dito e conhecido em determinado momento histórico (Foucault, 1969). Essa ideia colabora para entender o negacionismo como uma formação discursiva que, embora esteja em contradição com a ciência, adquire legitimidade e força política em certos contextos, desafiando as formas hegemônicas de conhecimento. A afirmativa através da análise discursiva foucaultiana explica como o discurso bolsonarista, por mais absurdo que possa parecer ganhou força dentro daquele tempo e naquele contexto histórico construído a partir do ano de 2013.

Na obra "Microfísica do Poder" (1979), Foucault analisa que o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce através de uma rede de relações (Foucault, 1979). No caso

do discurso negacionista, essa "microfísica do poder" pode ser observada na forma como as ideias negacionistas se infiltram nas políticas públicas, nos discursos midiáticos e até na educação, influenciando o comportamento coletivo e a formulação de políticas governamentais, como as relacionadas ao meio ambiente e ao clima.

Assim, a aplicação das teorias de Foucault à análise do discurso permite uma compreensão de como esses discursos não são apenas reflexos de uma opinião ou ignorância, mas são manifestações de poder que moldam realidades políticas e sociais. Através do controle do discurso, figuras políticas podem redefinir o que é considerado "verdade" e "fato", com consequências diretas para a formulação de políticas públicas e a gestão do conhecimento científico.

## **1.2. A teoria do discurso e análise crítica do discurso negacionista como ferramenta de pesquisa**

Para explicar como a teoria do discurso e a análise crítica do discurso (ACD) podem ajudar no estudo do discurso negacionista se faz necessário conceituar o que é o negacionismo. Negacionismo é a rejeição de fatos ou realidades amplamente aceitos e corroborados por evidências científicas ou históricas. Esse fenômeno pode se manifestar em várias áreas, como a negação das mudanças climáticas, da evolução, do Holocausto ou da eficácia das vacinas. O negacionismo envolve a disseminação de informações falsas ou distorcidas e pode ter consequências sérias para a sociedade (Gomes & Zamora, 2024). No artigo "Como olhar 'o político' a partir da teoria do discurso," publicado na *Revista Brasileira de Ciência Política*, Diego Mendonça (2012) analisa como a teoria do discurso pode ser utilizada para entender a esfera política. Mendonça (2012) explora como a subjetivação do político, neste contexto, se dá pela centralidade do discurso na constituição de identidades e na formação das ordens sociais. O "político" não é visto como um reflexo direto de condições materiais, mas como um campo de disputas discursivas onde diferentes grupos articulam suas demandas e constroem sentidos sociais.

A teoria do discurso, como explica Mendonça, aborda o social como contingente e precário, sendo sempre mediado por relações discursivas. Esse caráter contingente é



fundamental para compreender como o político é subjetivado. Segundo Laclau, os sujeitos políticos são formados em torno de pontos nodais, ou significantes vazios, que articulam diversas demandas de maneira equivalente, mas nunca fixa. Um exemplo clássico disso é a noção de "democracia", que, enquanto significante vazio, é mobilizada por diferentes discursos, carregando múltiplos significados dependendo do contexto e da disputa política.

O antagonismo, outro conceito central da teoria, destaca que as identidades políticas são sempre formadas em oposição a um "outro" que ameaça sua constituição. Essa relação antagonística não é apenas a negação de uma identidade, mas também a condição de possibilidade para a formação de qualquer identidade. Isso implica que o político é sempre subjetivado em torno de um conflito entre "nós" e "eles", onde o "eles" representa o exterior que impede a realização plena de uma identidade política (Mendonça, 2012). A subjetivação do político, então, se dá através de práticas discursivas que constroem as identidades a partir da articulação de significados que são constantemente disputados. No caso de movimentos populistas, como o de Jair Bolsonaro, o discurso negacionista e o uso de fake news são estratégias para mobilizar significantes vazios e criar uma oposição binária entre o povo e as elites. Essas práticas discursivas formam uma subjetividade política baseada na desconfiança das instituições e na rejeição da verdade factual, consolidando a identidade de "nós" como o povo legítimo e de "eles" como inimigos do povo.

De acordo com Mendonça (2012) a política deve ser analisada não apenas como um campo de ação, mas como uma construção discursiva que envolve práticas, identidades e significados. O autor enfatiza a relação intrínseca entre discurso e poder, argumentando que as práticas discursivas são instrumentos fundamentais na formação de hegemonias. O estudo sugere que, ao analisar os discursos políticos, é possível desvendar as estratégias utilizadas para criar consensos e marginalizar discursos alternativos. A abordagem proposta por Mendonça (2012) tem implicações significativas para a pesquisa política. Ao enfatizar a centralidade do discurso, ela sugere que os cientistas políticos devem prestar mais atenção às práticas discursivas e aos processos de significação.

A teoria do discurso, influenciada por autores como Foucault, M. (1971), Laclau, E., & Mouffe, C. (1985), propõe que a realidade social é construída através do discurso. O discurso, nesse sentido, não é meramente reflexivo, mas constitutivo, moldando as percepções, identidades e relações de poder (Mendonça, 2012). O uso dessa teoria dentro da metodologia na ciência política pode ajudar a identificar as técnicas usadas para minar a credibilidade das evidências científicas, como a criação de dúvidas sobre a confiabilidade de fontes, a promoção de teorias conspiratórias, e o apelo a emoções e crenças populares.

A teoria do discurso pode ser usada como ferramenta na análise de como o discurso negacionista constrói suas narrativas. Por exemplo, explorar como ele articula a identidade de seus seguidores como "os honestos" *versus* "os corruptos". Examinar como esta narrativa negacionista busca legitimar certas figuras ou ideologias enquanto deslegitima outras. A análise crítica pode revelar como essas práticas discursivas estão conectadas a interesses políticos e econômicos específicos. Ela oferece ferramentas essenciais para entender e desvelar os mecanismos pelos quais os discursos negacionistas são construídos e disseminados. Ao analisar as práticas discursivas e as relações de poder implícitas, podemos compreender melhor como esses discursos ganham tração e influenciam percepções e políticas públicas (Mendonça, 2012).

O impacto do discurso político na compreensão da ciência política é significativo e abrange várias dimensões. Na política ele influencia a formação da opinião pública sobre questões políticas e sociais. Os líderes políticos, partidos e mídia moldam as percepções das pessoas sobre políticas públicas, ideologias e problemas sociais, através do discurso. Isso, por sua vez, afeta a participação cívica, as preferências eleitorais e as atitudes em relação ao governo. A partir desse entendimento pode-se ter uma breve noção do impacto dos discursos negacionistas nas gestões governamentais, na sociedade e nas eleições.

Os agentes públicos, através de suas narrativas justificam suas políticas, ações e decisões, buscando obter o apoio público e validar suas agendas (Mendonça, 2012). A forma como o poder é comunicado e justificado pode determinar a estabilidade e eficácia de um sistema político. Discursos convincentes e emocionalmente carregados podem inspirar movimentos sociais, campanhas políticas e protestos, com esse tipo de apelo é feito o discurso negacionista. A retórica desempenha um papel crucial na construção de coalizões políticas e na articulação de demandas por mudança ou reforma. Além de ajudar a definir as agendas políticas ao destacar certos problemas, questões e soluções em detrimento de outros e influenciam quais tópicos recebem atenção pública e quais são ignorados. Isso afeta a direção das políticas governamentais e os debates políticos em uma sociedade.

O estudo do discurso político é essencial para analisar e criticar o funcionamento das instituições políticas. Investigar como o discurso negacionista é utilizado para construir narrativas, manipular informações e moldar percepções públicas é essencial para entender e perceber as mudanças sociais existentes e os por vir. Essa investigação contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas do poder. A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma abordagem metodológica que investiga como os discursos são utilizados para construir e perpetuar relações de poder e ideologias. Esta perspectiva é particularmente útil para entender

o discurso negacionista, que rejeita fatos amplamente aceitos, como mudanças climáticas ou a eficácia das vacinas.

Ao entender as estruturas linguísticas e ideológicas que sustentam esses discursos negacionistas, como pretende a ACD, podemos desvelar as dinâmicas de poder e manipulação que os tornam eficazes. Como ferramenta de pesquisa a ACD examina o discurso como uma prática social que reflete e reproduz relações de poder, ideologias e estruturas sociais. Ela se baseia na ideia de que o discurso não é apenas uma representação neutra da realidade, mas uma forma de ação social que molda e é moldada por contextos sociais, políticos e culturais. (Norman, 2012)

A análise crítica do discurso é apresentada como uma perspectiva que vai além da análise do conteúdo literal, buscando entender os contextos históricos, sociais e culturais que moldam os discursos, o que ajudaria a entender os objetivos e a eficácia da narrativa negacionista. A ACD ajuda a identificar como o discurso negacionista utiliza técnicas como a criação de dúvidas, a deslegitimação de fontes científicas e o apelo a emoções e crenças populares e constrói narrativas que criam uma identidade de "nós" (os que "sabem a verdade") contra "eles" (os enganados ou os corruptos). Essa metodologia se baseia em teorias de autores como Michel Foucault, que veem o discurso como uma prática social que contribui para a construção da realidade.

Rodrigues, D. S., & Melo, M. L. (2020) destaca a importância da análise de discurso como um método robusto para a pesquisa documental. Ao desvendar as camadas de significado e as relações de poder subjacentes nos textos, essa ótica permite uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais e culturais. A aplicação desses recursos em áreas como educação, política e mídia demonstra sua versatilidade e relevância para a pesquisa social.

Uma das características da ACD é a busca em desvelar as ideologias subjacentes nos discursos, destacando como os discursos são utilizados para legitimar certas visões de mundo e interesses particulares. A intertextualidade e Interdiscursividade presentes na estrutura da ACD traz a análise como o discurso negacionista se relaciona com outros discursos, incluindo os científicos e os dos movimentos sociais. Essa ferramenta auxilia na verificação em como essas falas incorporam, reinterpretam ou rejeitam informações de fontes estabelecidas. Ela também examina como o poder se manifesta através do discurso, incluindo relações de resistência e hegemonia. A pesquisa é feita considerando o contexto social mais amplo em que os discursos são produzidos e interpretados.

A fundamentação deste tipo de análise se estrutura na ideia de que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um elemento constitutivo da realidade social.

Discursos, entendidos como práticas sociais de significação moldam percepções, influenciam comportamentos e sustentam estruturas de poder. Ela não apenas descreve como a linguagem é usada, mas investiga criticamente as relações de poder e dominação que se manifestam através do discurso. Além de se ocupar com questões de desigualdade social, buscando revelar como práticas discursivas naturalizam e legitimam determinadas estruturas sociais.

A ACD pode ser aplicada em uma ampla gama de contextos e tópicos, desde a análise de textos midiáticos e discursos políticos até a investigação de práticas institucionais e interações cotidianas. Esse tipo de análise começa com a seleção de textos relevantes, considerando o contexto social, histórico e político em que foram produzidos. Este contexto é crucial para entender as práticas discursivas em jogo e suas implicações. A etapa seguinte envolve uma análise detalhada das características linguísticas dos textos, incluindo vocabulário e estratégias retóricas.

Esta análise revela como os significados são construídos e como os discursos operam para influenciar percepções e comportamentos. A fase final é a interpretação crítica, onde o analista relaciona os padrões discursivos identificados com as estruturas de poder e ideologias subjacentes. Esta interpretação visa desvelar as formas como o discurso legitima, desafia ou transforma relações de poder (Norman, 2012).

### **1.3. O negacionismo climático como pauta política**

O termo mudança climática, de acordo com a Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (*United Nations Framework Convention on Climate Change* - UNFCCC) em seu Artigo 1, significa uma mudança de clima que é atribuída direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global e que é, um adicional à variabilidade climática natural observada em períodos de tempo comparáveis (UNFCCC, 1992). O último relatório do IPCC (2023) reafirmou o que estudos anteriores já sinalizavam, o planeta Terra está aquecendo para além do que nós e outras espécies possam se adaptar, e este aquecimento é consequência, sobretudo, da atividade humana, nas quais há emissão de gás carbônico, que gera o efeito estufa responsável pelo aumento da temperatura. O estudo deixa claro que para manter o aquecimento global em 1.5°C acima dos níveis pré-industriais, ação que para muitos estudiosos não é mais viável, temos não só de diminuir drasticamente as emissões de carbono, mas também remover parte do carbono que se encontra na atmosfera. Os dados do IPCC

(2023) mostram que para tentarmos manter o aumento da temperatura em 1.5°C temos que mudar drasticamente nossos meios de produção, hoje fortemente dependentes de combustíveis fósseis, além de uma mudança no estilo de vida centrado no consumo, que é uma característica necessária no sistema capitalista. Para muitos, inclusive em filmes e séries, é mais fácil imaginar um mundo apocalíptico do que vislumbrar uma sociedade sem o consumo exacerbado e sem a queima de combustíveis fósseis.

Essa inabilidade de pensar o mundo, ou a dificuldade de lidar com possibilidades de um futuro catastrófico em função do aquecimento global, é um desafio premente. A aceitação desse fato como real nos remeteria a uma mudança drástica no estilo de vida, é quase que esperado, nesse contexto, que se levantem dúvidas sobre os achados científicos da ciência do clima. O desejo de não mudar o modelo da sociedade de consumo, predispõe a população em geral a acolher suspeitas sobre essa ciência. Diante dessa realidade o discurso negacionista climático ganha força e é aproveitado como pauta e campanha de muitos políticos para conseguirem se eleger.

Para entender o impacto da atividade humana no clima do planeta se faz necessário abordar o conceito de Antropoceno. Na entrevista, realizada por Davide Scarso e Nuno Pereira Castanheira, o Professor Renzo Taddei discute o significado do termo “Antropoceno” e as suas implicações, com base nas contribuições teóricas de Deborah Danowski, Eduardo Viveiros de Castro, entre outros. O entrevistado enfatiza a complexidade e os desafios de incorporar o conceito de Antropoceno nas discussões científicas e filosóficas. O termo define uma nova época geológica dominada pelos impactos humanos no planeta. No entanto, essa definição carrega uma complexidade intrínseca que desafia a simplificação e a domesticação do conceito. O Antropoceno não é apenas uma mudança geológica, mas uma interseção de fatores sociais, econômicos, políticos e ecológicos que exigem uma abordagem multifacetada. O artigo enfatiza a necessidade de uma ontologia relacional para entender o Antropoceno. Isso significa reconhecer que as relações entre humanos e não humanos, natureza e cultura, são co-constitutivas e não podem ser separadas. A ontologia relacional desafia a visão dualista tradicional que separa humanos e natureza, propondo uma abordagem mais integrada e holística. (Taddei Et al, 2020).

A resistência em assumir que a humanidade e seu modo de vida é a responsável pela crise do clima, não se sustenta no Antropoceno. A negação da responsabilidade humana nessa crise está enraizada em interesses econômicos que lucram com o status quo, impedindo a governança ambiental eficaz. Alves (2020) referencia a introdução do termo por Paul Crutzen e Eugene Stoermer, que destacaram como as ações humanas, especialmente, desde a

Revolução Industrial, têm moldado a geologia e ecossistemas da Terra de maneira significativa e duradoura. Em outras palavras, a humanidade modificou o planeta de tal forma, desde a sua chegada por aqui, que em uma era geológica, do Holoceno, onde a humanidade se expandiu e progrediu, a Terra entrou em uma “espiral de morte”, como denominou Alves (2020). Essas transformações são evidenciadas no aumento das emissões de gases de efeito estufa resultantes da queima de combustíveis fósseis que tem levado ao aquecimento global, provocando mudanças climáticas extremas. A perda da biodiversidade, resultante da destruição de habitats naturais, poluição e outras atividades humanas, causando extinções em massa. Os estudos trazem dados devastadores, toda essa perda é consequência do desmatamento, da acidificação dos oceanos e da poluição do solo e da água, causando a sexta extinção em massa no planeta Terra. Diante dessa realidade apocalíptica, uma mudança de pensamento se faz necessária e urgente para que seja possível uma mudança de atitude. Aceitar a responsabilidade da nossa forma de existir como causa da extinção de milhares de outras formas de vida é um primeiro passo, mas não é o suficiente para movimentar a civilização em outra direção. Uma forma, possivelmente, eficaz seria reconhecer o quanto egocêntrica é a humanidade, vivemos em um sistema que incentiva essa postura, ou melhor, nos diz que essa é a melhor forma de se viver. Dentro de um sistema onde tudo é precificado e o ter diz quem é, não é surpresa que a narrativa do negacionismo climático seja amplamente aceita e compartilhada.

Eduardo Viveiros de Castro em entrevista para Eliane Brum (El País, 2014), ao ser questionado sobre desmatamento na Amazônia e a conexão com a seca em São Paulo, ressaltou a importância dos saberes dos povos originários, que observam os sinais da natureza para coexistirem com ela e no tempo dela. Viveiros -“é como se a natureza tivesse saído de eixo. E isso todos eles estão dizendo. As espécies estão se extinguindo, e a humanidade parece que continua andando para um abismo”. Viveiros de Castro e Danowski (2014) enfatizam a importância das perspectivas indígenas na compreensão e enfrentamento da crise climática. As cosmologias indígenas, que veem humanos e não-humanos como interconectados, oferecem uma alternativa ao paradigma ocidental de dominação da natureza. Essas cosmologias promovem uma relação de respeito e cuidado com o meio ambiente, essencial para a sustentabilidade. As cosmologias indígenas oferecem uma visão de mundo onde humanos e não-humanos estão interconectados em uma rede de relações de interdependência. Essa perspectiva contrasta com a visão ocidental moderna de separação e dominação da natureza. Para enfrentar “o fim dos mundos”, Viveiros de Castro (El País, 2014) sugere a adoção de uma nova ética que reconheça a interdependência de todos os seres

vivos e a importância da diversidade cultural e biológica. Ele chama por uma transformação radical na maneira como vemos e interagimos com o mundo, um movimento que ele vê como essencial para a sobrevivência da humanidade e do planeta.

“A Pegada Ecológica da humanidade extrapolou a Biocapacidade do Planeta” (Alves, 2020) e não estamos desesperados com isso, ao contrário, interiorizamos discursos para nos libertar da responsabilidade. Mas, se o foco dessa extinção voltar para “nós”, será que mudamos? Se a humanidade se identificar como parte desse ecossistema, e não como a parte dele, agindo como se tudo que existe fosse para o nosso uso e exploração. Será que assim vamos parar com esse ecocídio<sup>2</sup> e começar a perceber que se trata de um suicídio?

A crise do clima traz muitas questões para várias narrativas, não se trata apenas de meio ambiente e extinção em massa de outras espécies, ela traz à tona com lentes de lupa abismos sociais. “São as crianças e jovens que nasceram no século XXI que vão sentir as maiores consequências do colapso ambiental” (ALVES, 2020.), de forma mais específica, são as crianças negras, quilombolas, indígenas, as camadas mais vulneráveis da sociedade que irão sentir de forma mais danosa e impiedosa as consequências da mudança do clima. “O apartheid social será reforçado pelo apartheid climático” (ALVES, 2020, p. 4.).

O relatório da Oxfam "Igualdade Climática: um Planeta para os 99%" lança luz sobre as desigualdades exacerbadas pela crise climática, destacando como os impactos das mudanças climáticas são sentidos de maneira desproporcional pelas populações mais vulneráveis. A Oxfam aponta que, enquanto os 1% mais ricos do mundo continuam a contribuir desproporcionalmente para as emissões de carbono, os 99% restantes, especialmente os mais pobres, sofrem as consequências mais severas. De acordo com o relatório, os 10% mais ricos do mundo são responsáveis por cerca de metade das emissões globais de carbono. Em contraste, os 50% mais pobres contribuem com apenas cerca de 10% das emissões, apesar de serem os mais afetados por eventos climáticos extremos, como secas, inundações e tempestades. Essa disparidade destaca a necessidade urgente de uma abordagem mais equitativa para combater as mudanças climáticas. O estudo destaca que o negacionismo climático é um dos maiores obstáculos para a ação efetiva contra as mudanças climáticas, por ser alimentado por interesses econômicos e políticos, o que impede a implementação de medidas necessárias para proteger as populações mais vulneráveis e garantir um futuro sustentável.

---

<sup>2</sup> “O ecocídio é um crime contra as espécies animais e vegetais do Planeta. Esse crime se espalha no mundo em escala maciça e a cada dia fica pior” (ALVES, 2020.p. 4.)

O negacionismo climático é amplamente promovido por grupos com interesses econômicos em setores como petróleo, carvão e gás natural, que se beneficiam da manutenção do status quo. A negação das evidências científicas sobre as mudanças climáticas dificulta a criação e aplicação de políticas eficazes para reduzir as emissões de carbono e impulsionar a transição para fontes de energia renovável. Além disso, algumas figuras políticas utilizam o negacionismo climático como uma estratégia para evitar a responsabilidade de implementar políticas ambientais mais rigorosas, ao mesmo tempo em que buscam assegurar o apoio de setores econômicos que lucram com atividades altamente emissoras de gases de efeito estufa (Gomes & Zamora, 2024).

A ideologia política tem uma influência maior sobre as crenças das pessoas do que o conhecimento científico formal. Kahan (2014) destaca que indivíduos com orientação política conservadora, por exemplo, tendem a negar as causas antropogênicas do aquecimento global e a desconfiar dos cientistas do clima, não por falta de conhecimento ou informação, mas por causa de seu posicionamento ideológico. As evidências mostram que os leigos em ciência são plenamente capazes de entender tanto a complexidade das pesquisas científicas quanto as incertezas inerentes ao desenvolvimento científico e tecnológico (Pouliot; Godbout, 2014). No entanto, esses indivíduos tendem a selecionar as informações que são compatíveis com suas crenças pré-existentes (Bardon, 2019; McIntyre, 2019).

O negacionismo científico também pode ser encontrado dentro das próprias comunidades científicas, o que demonstra que o fenômeno não deve ser compreendido apenas como um resultado da ignorância, mas como um processo que, paradoxalmente, também contribui para sua produção (Gomes & Zamora, 2024). Isso nos leva a diferenciar entre um negacionismo "inocente", caracterizado por pessoas que acreditam genuinamente no que defendem, e um negacionismo profissional e manipulador, que está vinculado a interesses extracientíficos (Petrulia Kropf, 2022).

O cientista Ricardo Galvão, atual presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), explica que essa prática é denominada "pseudociência intencional". Trata-se do uso deliberado de argumentos aparentemente científicos, porém distorcidos ou falsos, com o objetivo de confundir o público e desacreditar evidências consolidadas sobre as mudanças climáticas. O projeto "Mentira Tem Preço", da Infoamazonia, identificou que plataformas como o YouTube, que não possuem políticas específicas para combater o negacionismo climático, acabam servindo como meio de propagação dessas desinformações. Vídeos negacionistas alcançaram centenas de milhares de visualizações, evidenciando a eficácia dessas estratégias de desinformação em alcançar e



influenciar vastas audiências. Durante eventos climáticos extremos, como a intensa nevasca nos Estados Unidos, influenciadores brasileiros de extrema-direita produziram conteúdos que questionavam a existência do aquecimento global. Por exemplo, o youtuber Junior Japa ironizou as chuvas intensas no Brasil, sugerindo que contradizem a ideia de aquecimento global. Além disso, o jornalista Alexandre Garcia mencionou as mortes causadas pelo frio nos Estados Unidos da América (EUA) para minimizar as preocupações com o aumento das temperaturas globais. (GERAQUE, 2019)

O ataque à autoridade, ao consenso científico e às instituições faz do negacionismo uma ameaça à credibilidade da ciência, chegando, em última instância, a confrontar a própria democracia. Um exemplo dessa dinâmica ocorreu no Brasil durante a pandemia de COVID-19, quando o negacionismo estatal se tornou proeminente. A pandemia exacerbou problemas estruturais políticos e sociais já existentes. Gomes e Zamora (2024) apontam que uma das principais características do negacionismo é a criação deliberada de confusão epistêmica, onde as evidências científicas ou históricas são distorcidas ou questionadas com o intuito de gerar incertezas.

Nesse contexto, o conceito de agnotologia, que se refere ao estudo da produção deliberada da ignorância para fins ideológicos ou econômicos, se torna relevante. A agnotologia ajuda a explicar como governos, como os do Brasil, Estados Unidos e Reino Unido, desviaram a atenção pública durante a crise da COVID-19, muitas vezes alegando seguir a ciência enquanto adotavam estratégias prejudiciais, como a imunidade de rebanho (Gomes & Zamora, 2024). A instrumentalização do medo e da insegurança por líderes políticos, como mencionado por Petralia Kropf (2022), contribuiu para o enfraquecimento de instituições como a ciência e a educação, promovendo um ambiente de caos que alimentou o negacionismo.

O conceito de pós-verdade (McIntyre, 2018, apud, Gomes e Zamora, 2024, p. 11), descreve uma era em que as pessoas tendem a priorizar argumentos que confirmem suas crenças, em detrimento de explicações baseadas em evidências científicas. Esse enfraquecimento da racionalidade favorece a proliferação de informações falsas e o enrijecimento ideológico, criando um cenário propício para o crescimento do negacionismo.

Segundo Miguel (2022), o negacionismo climático no Brasil é um fenômeno estratégico que tem raízes profundas em setores conservadores e liberais, especialmente ligados ao agronegócio e a grupos políticos de direita. O negacionismo não se limita ao governo de Jair Bolsonaro, mas encontrou nele um espaço favorável para seu crescimento, se tornando um elemento chave no bloqueio de políticas de governamentalização ambiental.

Desde o início do governo Bolsonaro, a extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas e o ataque a órgãos de fiscalização ambiental marcaram a ação governamental que promoveu o negacionismo como política de Estado (Miguel, 2022). O negacionismo climático no Brasil não apenas reflete uma rejeição das evidências científicas, mas é parte de uma agenda mais ampla que envolve a desregulamentação econômica e a oposição a acordos internacionais sobre o clima.

O ceticismo climático muitas vezes está associado ao apoio contínuo a indústrias de combustíveis fósseis e à resistência ao investimento em energias renováveis. A negação das mudanças climáticas pode resultar em uma falta de preparação e investimento em medidas de adaptação e resiliência. Isso significa que as comunidades e os governos podem não estar adequadamente preparados para lidar com os impactos das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos, como temos experienciado no Brasil. Quando políticos e líderes públicos desconsideram ou distorcem as conclusões científicas sobre as mudanças climáticas, isso pode gerar confusão e desinformação entre o público, dificultando a tomada de decisões informadas e baseadas em evidências. A perpetuação dessa narrativa pode prejudicar os esforços internacionais de cooperação climática e compromissos de redução de emissões. A falta de unidade e a divergência de opiniões dentro de países influentes podem enfraquecer tratados e acordos internacionais sobre o clima, minando assim a capacidade global de enfrentar o desafio das mudanças climáticas de maneira eficaz.

Danowski e Viveiros de Castro (2014) abordam o medo do fim, como uma característica central da experiência moderna. Esse medo não é apenas um receio do colapso iminente, mas também uma inquietação sobre a sustentabilidade da vida e a continuidade das formas de existência atuais. A crise climática, a degradação ambiental e os riscos associados ao desenvolvimento tecnológico acelerado são alguns dos elementos que alimentam essa sensação de iminência apocalíptica. O "fim" pode representar a conclusão de uma era, mas também pode ser visto como uma oportunidade para novas formas de existência e organizações sociais. Diante do medo do fim, é possível imaginar futuros alternativos que não estejam baseados na destruição, mas na adaptação e na resiliência. A capacidade de imaginar futuros alternativos e sustentáveis é crucial para superar o medo do fim e construir um futuro mais promissor. É necessário cultivar novas narrativas que não apenas reconheçam os desafios, mas também ofereçam perspectivas esperançadoras e práticas para enfrentar e transformar as condições atuais.

Os desafios trazidos pelo negacionismo climático no Antropoceno requer uma resposta global coordenada, envolvendo políticas públicas, inovação tecnológica e uma

mudança nos padrões de consumo e produção. Há a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável que reconcilie crescimento econômico com a preservação ambiental. Aceitar a responsabilidade coletiva de governos, empresas e indivíduos em adotar práticas sustentáveis que possam garantir um presente e a possibilidade de um futuro viável para as próximas gerações.

## **CAPÍTULO II**

### **O NEGACIONISMO E O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DAS ELEIÇÕES DE 2018**

## **2. O NEGACIONISMO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA: JAIR MESSIAS BOLSONARO NAS ELEIÇÕES DE 2018.**

Para entender a chegada da figura de Bolsonaro ao poder em 2018, se faz necessário observar o contexto social e político construído até o momento da sua candidatura. O período entre 2001 e 2014 foi marcado por uma significativa redução da desigualdade econômica e da pobreza no Brasil, especialmente após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Essa mudança estrutural na sociedade brasileira possibilitou a inclusão de grandes contingentes populacionais antes excluídos do acesso a bens e serviços básicos. No entanto, essa inclusão também gerou ressentimentos entre os setores mais privilegiados da população, que se viram ameaçados pela perda de distinção social e pelo aumento do custo de serviços que antes os diferenciavam, como o trabalho doméstico. Esse fenômeno, conhecido como "efeito aeroporto", simboliza o desconforto das elites ao verem espaços exclusivos agora ocupados por segmentos sociais antes ausentes (Couto, 2023).

O ressentimento gerado por essa perda de distinção social abriu espaço para um discurso populista que, em vez de atingir os perdedores crônicos do sistema, visava aqueles que sentiram a fragilização de sua posição historicamente privilegiada. Em países ricos, o populismo da extrema-direita focou nos perdedores da economia industrial em transformação, como na região do "*rust belt*" nos Estados Unidos, onde o declínio industrial ajudou a eleger Donald Trump em 2016. No Brasil, o foco do ressentimento foi diferente: os segmentos mais afluentes, que perceberam a aproximação social dos mais pobres e viram nesse fenômeno uma ameaça ao seu status (Aquino, 2020).

A insatisfação não se restringiu às camadas mais altas. Mesmo entre os beneficiários das políticas de redistribuição de riqueza, havia um descontentamento latente. Esse descontentamento era, em parte, fruto das políticas que alcançavam agendas de moral e costumes associadas aos governos petistas, que estavam em desacordo com as perspectivas conservadoras de boa parte da população de baixa renda, especialmente entre os evangélicos. Esse cenário criou um terreno fértil para o avanço de um ideário reacionário, alimentado por escândalos de corrupção, como o "mensalão" e o "petrolão", que intensificaram o antipetismo (Gracino et al., 2021).

As manifestações de junho de 2013, iniciadas contra o aumento do custo dos transportes e lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL), logo se transformaram em protestos multitudinários contra uma variedade de temas, como a corrupção e a qualidade dos serviços públicos. Esses protestos, marcados pelo rechaço aos partidos políticos e ao sistema político estabelecido, evidenciaram um ativismo político paradoxalmente antipolítico, que negava a política profissional e as mediações institucionais da democracia liberal. Esse clima de insatisfação e descrença no sistema representativo, com nuance antipartidária, abriu espaço para o avanço de um populismo de extrema-direita, propício ao surgimento de figuras que se apresentavam como *outsiders*, como Jair Bolsonaro.

Nas eleições municipais de 2016, a onda antipolítica já se fazia sentir, com a eleição de figuras como João Dória, em São Paulo, que se apresentava como "não político, mas gestor", e Alexandre Kalil, em Belo Horizonte, que utilizou um discurso semelhante. Esse contexto preparou o terreno para a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência em 2018, um candidato que, apesar de não ser um *outsider* genuíno, conseguiu capitalizar o sentimento antissistema e o conservadorismo crescente na sociedade brasileira (Couto, 2023).

## **2.1. Trajetória política de Jair Bolsonaro e ascensão ao pleito eleitoral de 2018**

Jair Messias Bolsonaro construiu uma trajetória política que o levou da carreira militar à presidência da República do Brasil em 2018. Sua ascensão política foi marcada por discursos polêmicos, alinhamentos com pautas conservadoras, e uma forte presença nos meios de comunicação e nas redes sociais. Bolsonaro ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras em 1973, formando-se em 1977 como oficial do Exército. Após quase duas décadas na carreira militar, entrou na política ao ser eleito vereador do Rio de Janeiro em 1988 pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1991, assumiu seu primeiro mandato como deputado federal, cargo que ocuparia por sete legislaturas consecutivas, representando diferentes partidos ao longo dos anos. (ARAGÃO, 2022)

Destacando o ponto trabalhado no capítulo anterior, sobre a relação entre o negacionismo, os meios de comunicação e a amplificação das redes sociais, desde o primeiro momento é possível destacar como sua influência se entrelaça com a biografia de Bolsonaro. Como observado no estudo sobre a revista *Veja* de Gazzotti (1998), é possível destacar algumas tendências nas publicações da revista e suas relações com o tema dos militares e sua presença na política.

Mesmo quando a revista já não era mais censurada e a economia brasileira enfrentava momentos de crise, o incentivo da *Veja* às mudanças ocorria de modo peculiar. As mudanças apoiadas eram aquelas feitas por políticos ditos liberais, mas, ao mesmo tempo, conservadores. Aqui Gazzotti aponta um ponto-chave para a análise: em se tratando das sucessões presidenciais, o semanário acatou as decisões governamentais porque queria a abertura política feita pelo próprio governo, e, mesmo com o apoio à candidatura de Tancredo Neves, tudo deveria ser feito dentro da ordem.

A mesma revista colocou a carreira militar de Bolsonaro em evidência, esta foi marcada em 1986, quando a Revista *Veja* foi sua porta de entrada na cena pública nacional e publicou um artigo intitulado "O salário está baixo", no qual Bolsonaro criticou abertamente o comando militar do país em relação aos soldos pagos a soldados e oficiais de baixas patentes. Como consequência da publicação, Bolsonaro foi punido com 15 dias de prisão em um quartel.

No ano seguinte, a revista *Veja* publicou uma reportagem que revelou supostos planos de Jair Bolsonaro e do colega militar Fábio Passos para explodir bombas em instalações militares, com o objetivo de pressionar o comando por melhores salários e condições. Em entrevista à repórter, Bolsonaro mencionou, em tom de brincadeira, "Só a explosão de algumas espoletas". Como veremos na próxima seção, tal histórico de relações entre a Revista *Veja* e o candidato Bolsonaro foi um dos veículos mobilizados e atacados pela estratégia de discurso negacionista, nas eleições de 2018.

Após a divulgação da reportagem, que incluía um desenho esquematizado de um dos supostos alvos, Bolsonaro e Passos negaram as acusações ao então ministro do Exército, general Leônidas Gonçalves. O incidente levou Bolsonaro a enfrentar uma investigação em um conselho de justificação do Exército, onde foi inicialmente condenado por unanimidade. No entanto, ao recorrer ao Superior Tribunal Militar (STM), ele foi absolvido por falta de provas. Em 1993, durante uma entrevista concedida a pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o ex-ditador Ernesto Geisel — que esteve presente na formatura de Jair Bolsonaro na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) — descreveu o então deputado federal como um "mau militar". Para Geisel os militares deveriam ficar fora da política partidária, mas dentro da política como um todo, e no caso de Bolsonaro, ele não foi contido e ingressou na política partidária.

Após ganhar destaque no Rio de Janeiro pela defesa dos interesses corporativos dos militares, Jair Bolsonaro disputou sua primeira eleição em 1989, sendo eleito vereador na cidade. Durante a campanha, ele chegou a distribuir material de propaganda em áreas

militares, o que é proibido por lei. Dois anos depois, utilizando a mesma plataforma eleitoral, Bolsonaro deixou o cargo de vereador e foi eleito deputado federal em Brasília, posição que ocupou por sete mandatos consecutivos ao longo de 28 anos, até ser eleito presidente da República. Sua trajetória legislativa foi medíocre, não tendo grande relevância na apresentação de projetos de leis. (Carta Capital, 2018)

A história política de Bolsonaro não é um início dos militares ao poder, mas foi uma alavanca para o aumento de um militarismo partidário. Esse fenômeno se manifesta especialmente em tempos de "desmobilização partidária", quando a coesão ideológica entre a corporação é mantida e a politização dos militares adquire legitimidade social. Conforme a conjuntura e outros fatores, como a atuação de oficiais na política partidária, o comando decide se lançar na arena política. Esse cenário é o que prevalece desde 2016. (Ferreira, 2022)

Nesse contexto fica clara a base militar na política bolsonarista, seja como base de apoio ou como defesa do governo, os militares chegaram ao poder através do mandato de Bolsonaro. Após um ano e meio de governo Bolsonaro, a relação entre as Forças Armadas e o presidente se intensificou, com quase três mil militares ocupando cargos no governo. A presença militar se ampliou após crises internas, especialmente no segundo semestre de 2019 e durante a pandemia da COVID-19. (Cunha, 2020)

A carreira política de Jair Bolsonaro é emblemática da crescente presença militar na política brasileira, evidenciada por sua ascensão de militar a presidente. Sua vinculação com as Forças Armadas e a ampliação dessa presença no governo, especialmente após crises internas e a pandemia, consolidaram um governo caracterizado por uma forte política de militarização. O fenômeno reflete não apenas sua ascensão, mas também o fortalecimento do militarismo partidário no Brasil, que se articula em tempos de desmobilização partidária e coesão ideológica dentro das corporações militares. A politização das Forças Armadas, como apoio ou defesa do governo, tornou-se um pilar central do governo Bolsonaro.

## **2.2. A campanha de Jair Bolsonaro (2018) e o uso do discurso negacionista**

A campanha presidencial de 2018 no Brasil foi marcada por um ambiente político polarizado, no qual Jair Messias Bolsonaro se destacou como uma figura controversa e divisiva. Um dos aspectos mais notáveis de sua retórica foi o uso de discursos negacionistas,



particularmente em relação a temas como mudanças climáticas, ditadura militar e questões de saúde pública.

O discurso nesse contexto, como falado anteriormente foi disputado numa espécie de “nós contra eles”, para que essa fala fosse ouvida e referenciada a direita brasileira (“nós”) se utilizou de uma minúscula parte da ciência que defende a não existência das mudanças climáticas ou o uso de cloroquina para o tratamento da COVID, por exemplo. O uso dessa retórica foi tão bem feito através das redes sociais que houve uma aderência em massa ratificando e reverberando essas afirmativas. O uso do que se chama negacionismo não é algo novo na política brasileira, no entanto, com a chegada da direita bolsonarista a presidência esse termo se tornou popular.

Ricardo Felício, professor da Universidade de São Paulo (USP), aborda o tema do aquecimento global como “uma farsa”. Felício alega que o aquecimento global era apenas uma hipótese e que o efeito estufa era uma falácia histórica. Ele também afirmou que a Amazônia não influenciava o clima global e que se regeneraria em 20 anos após um desmatamento total. Em 2012 Felício e mais 17 cientistas e acadêmicos entregaram, em maio deste ano, uma carta aberta à presidente Dilma Rousseff, intitulada “Mudanças climáticas: hora de se recobrar o bom senso”. No documento, afirmam que as discussões sobre mudanças climáticas têm sido influenciadas por motivações ideológicas, políticas, econômicas e acadêmicas limitadas, comprometendo princípios científicos fundamentais. Alegam não haver evidências concretas da influência humana no clima global e criticam o alarmismo climático como contraproducente (AMPLIAR, 2012). No ano de 2023 após se declarar também antivacina e chamar a pandemia da COVID de “fraudemia” o então professor, Ricardo Felício, foi demitido da USP. (MIRANDA, 2023)

O contexto político brasileiro durante os governos Lula (2003-2010), as questões ambientais ganharam destaque na agenda de política externa, e a ciência climática avançou significativamente. Lula sancionou a Lei Nacional de Mudanças Climáticas e, na COP 15, comprometeu o Brasil com metas voluntárias de redução de emissões de gases do efeito estufa. Redes como a Rede Clima e o INCT-MC foram criadas, promovendo pesquisas interdisciplinares e colaborativas que sustentaram a política climática do país. Esse período consolidou uma estrutura científica e política que marginalizou o negacionismo climático na ciência e na política ambiental brasileira. (MIGUEL, 2020)

No ano de 2018, durante a campanha eleitoral Bolsonaro consolidou sua imagem pública por meio de um discurso marcadamente polarizador e repleto de negação de fatos e consensos científicos e históricos. Esse apelo negacionista não foi apenas uma estratégia

retórica, mas uma ferramenta crucial para captar o apoio de uma parcela significativa do eleitorado brasileiro e agradar sua maior base política, a bancada ruralista. O discurso negando a mudança do clima ou o direito dos povos originários vai a favor dos interesses dessa base política que o apoiou e que ele defendeu durante o seu mandato.

A posição discursiva do bolsonarismo é baseada em ceticismo ou críticas às narrativas científicas predominantes ou a melhor ciência, em vez de simplesmente negar dos fatos, essa forma de narrativa oferece outros argumentos, desqualificando os defendidos pela robusta maioria de pesquisadores e cientistas e trazendo soluções simples para os problemas complexos, como, por exemplo, mudança do clima não existe e não é causada pela ação humana. Essa tensão discursiva reflete um embate maior sobre a autoridade da ciência e a interpretação dos dados em debates públicos e políticos.

Dentre os gurus, cientistas e afins adotados pelo bolsonarismo Olavo de Carvalho desempenhou um papel crucial na formação ideológica do bolsonarismo. Autointulado de Filósofo autodidata, ele tornou-se uma figura influente no cenário político brasileiro através de seus escritos, aulas e presença nas redes sociais. Olavo é conhecido por sua crítica ao globalismo (CARVALHO, 2002), ao marxismo cultural e às elites intelectuais, negava a mudança do clima, a pandemia da COVID 19 e defendia o terraplanismo, temas que ressoaram fortemente no discurso de Jair Bolsonaro e seus apoiadores. Olavo foi mentor de vários integrantes do governo Bolsonaro, incluindo o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub. Sua influência ajudou a moldar a retórica e as políticas do bolsonarismo, especialmente no combate às ideias progressistas e na promoção de uma visão conservadora e antiglobalista. Contudo, sua abordagem polêmica e ataques constantes a adversários também contribuíram para divisões internas no governo e na base bolsonarista.

O cenário político antes das eleições 2018 foi marcado pela operação Lava Jato, iniciada em 2014, foi uma das maiores investigações de corrupção na história do Brasil, revelando um esquema de desvio de recursos na Petrobras e em outras empresas estatais. Conduzida pelo juiz Sérgio Moro e procuradores da República, a Lava Jato resultou na prisão de inúmeros políticos e empresários. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi um dos principais alvos, sendo condenado e preso em 2018 sob acusações de corrupção e lavagem de dinheiro. Muitos analistas e estudiosos apontam que a Lava Jato teve uma clara influência política, especialmente nas eleições presidenciais de 2018. A condenação de Lula, que liderava as pesquisas, impossibilitou sua candidatura, abrindo espaço para a vitória de Jair Bolsonaro. A operação enfrentou críticas por alegações de parcialidade e motivação política,

que se tornou mais crível com a nomeação do ex – juiz Sergio Moro como ministro da justiça durante o governo de Bolsonaro, culminando na anulação das condenações de Lula pelo Supremo Tribunal Federal em 2021, por entender que a Justiça Federal de Curitiba não era competente para julgar os casos (BELLO et.al., 2021). Esse contexto ressalta a complexidade e as implicações profundas no cenário político brasileiro antes das eleições de 2018, essa realidade reforçou o discurso de ódio a chamada esquerda brasileira e a desconfiança de tudo que os governos petistas fizeram e poderiam vir a fazer e a explosão da polarização política entre “esquerda e direita” que vinha desde 2013.

A partir da perspectiva oferecida por Hanna Pitkin, especialmente em sua análise sobre representação política, o governo de Jair Bolsonaro pode ser analisado sob o prisma da tensão entre a representação simbólica e a representação substantiva. No contexto brasileiro, Bolsonaro foi eleito em 2018 utilizando uma forte carga simbólica, associando-se à ideia de “resgate” dos valores tradicionais e de enfrentamento da corrupção, projetando-se como o líder capaz de combater as elites políticas e o sistema tradicional (Faria, 2022). Contudo, essa representação simbólica foi acompanhada por uma prática de governo que, de acordo com Pitkin, muitas vezes se distancia da verdadeira representação substantiva, ou seja, aquela que efetivamente responde aos interesses e necessidades da sociedade. O governo Bolsonaro, ao longo de seu mandato, focou em criar essa representação simbólica, reforçando constantemente a narrativa de que representava o "povo brasileiro" contra as ameaças do globalismo, do comunismo e da corrupção. Essa estratégia foi reforçada por um discurso polarizador que delineava um claro antagonismo entre o governo e seus críticos, pintando o cenário político em termos binários, em que Bolsonaro representava a ordem e seus opositores, o caos.

Entretanto, a representação substantiva — que implica uma atuação concreta e eficaz em resposta às demandas sociais, econômicas e ambientais — foi severamente questionada ao longo do mandato de Bolsonaro. Faria (2022) discute como, na visão de Pitkin, essa forma de representação requer um compromisso ativo do governante em atender às necessidades da população, algo que muitas vezes faltou nas políticas públicas do governo. Um exemplo dessa falta na gestão bolsonarista, foi o desmonte de políticas ambientais e o enfraquecimento de órgãos de fiscalização que afetaram negativamente populações vulneráveis, como os povos indígenas e comunidades tradicionais, que ficaram expostas a conflitos agrários e ao avanço do desmatamento. Esse cenário exemplifica o fracasso na promoção de uma representação substantiva que poderia ter respondido às necessidades dessas populações e protegido seus direitos (Faria, 2022).

Desde o início de sua primeira campanha presidencial, Bolsonaro adotou uma postura de confronto com consensos estabelecidos, especialmente em temas relacionados aos direitos humanos, à ditadura militar, e às mudanças climáticas. Maia (2023) faz uma análise de como o negacionismo histórico, em particular sobre a ditadura civil-militar, foi central para a emergência da extrema direita no Brasil. O negacionismo é utilizado como uma ferramenta política por Jair Bolsonaro e seus apoiadores para legitimar um projeto autoritário e neoliberal, ao reconfigurar a memória coletiva e esvaziar a legitimidade de movimentos sociais e direitos humanos.

Bolsonaro promoveu a negação do terrorismo de Estado durante a ditadura, glorificando o período como uma época de ordem e progresso. Essa narrativa revisionista contribui para enfraquecer as bases democráticas estabelecidas após a redemocratização e serve para atacar movimentos sociais que lutam pela ampliação dos direitos no Brasil contemporâneo (Maia, 2023). A autora argumenta que essa estratégia de negação da história se articula com a ascensão do presentismo, ou seja, uma crise na relação com o tempo histórico em que o presente se torna a única referência, esvaziando tanto o passado quanto o futuro como horizontes significativos.

Maia (2023) destaca que essa negação da ditadura se alinha a outras práticas negacionistas do governo Bolsonaro, como a desinformação relacionada à pandemia da COVID-19. O governo adotou uma postura negacionista ao minimizar a gravidade do vírus e promover medicamentos ineficazes, contribuindo para o agravamento da crise sanitária.

Essas práticas de negação da ciência e da história, segundo a autora, têm por objetivo desestabilizar a credibilidade das instituições democráticas e pavimentar o caminho para a consolidação de um modelo de governança autoritário e neoliberal. A análise feita por Maia (2023) ressalta como o negacionismo histórico subjetiva o político, ao construir uma narrativa que redefine o papel das instituições e dos agentes históricos. Ao negar a violência e as violações de direitos perpetradas pelo Estado durante a ditadura, o governo Bolsonaro cria um "nós" formado por cidadãos "de bem" que defendem a ordem, contra um "eles", composto por inimigos da nação, como movimentos sociais e defensores dos direitos humanos. Essa dicotomia simplificada mobiliza o apoio popular em torno de um projeto político que busca restaurar valores autoritários e excluir qualquer oposição.

Bolsonaro frequentemente minimizava ou negava a gravidade de episódios da história recente do Brasil, como as torturas e violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar, período que Bolsonaro chegou a elogiar publicamente, defendendo assim seu berço político militar. Um bom exemplo desse comportamento foi o conteúdo do voto

proferido por Bolsonaro durante a votação do impeachment da então presidente Dilma Rousseff, no dia 17 de abril de 2016, que ficou marcado por sua defesa explícita da ditadura militar e por sua menção ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-Codi, centro de tortura do regime militar.

Ao votar "sim" pelo impeachment, Bolsonaro afirmou: "Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff" (Veja, 2019). A fala gerou grande repercussão, tanto por seu apoio ao processo de impeachment quanto pela exaltação de Ustra, reconhecido torturador durante o regime militar. A menção a Ustra foi vista como uma provocação direta à figura de Dilma Rousseff, que foi presa e torturada durante a ditadura. A fala de Bolsonaro foi um dos momentos mais polêmicos da votação, atraindo críticas de diversos setores políticos e sociais, que interpretaram a declaração como uma glorificação da tortura e uma afronta à democracia. Organizações de direitos humanos e parlamentares criticaram duramente Bolsonaro por exaltar um dos símbolos mais sombrios da repressão militar (BBC News Brasil, 2016). A fala do então Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro, foi interpretada como um sinal de sua crescente radicalização e como parte de uma estratégia para consolidar seu apoio entre os setores mais conservadores da sociedade brasileira. Ao associar seu voto a figuras históricas do regime militar, Bolsonaro buscou reafirmar seu discurso em defesa de uma intervenção militar no Brasil, algo que seria recorrente em sua trajetória política e em sua campanha para a presidência.

Em termos de ciência, seu discurso negacionista se manifestou na rejeição de evidências científicas em áreas como a educação e o meio ambiente. A análise feita pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), publicado no livro - Paixão e razão: Os discursos políticos utilizados na disputa eleitoral de 2018 - revela a complexidade e os impactos dessa abordagem e destaca que essa negação de fatos estabelecidos serviu para criar uma identidade política que se distanciava do establishment, posicionando Bolsonaro como um candidato "anti-sistema".

Outro aspecto do discurso de Bolsonaro em 2018 foi sua crítica ao que ele chamava de "politicamente correto". Bolsonaro frequentemente utilizava uma linguagem provocativa e, por vezes, ofensiva, ao se referir a minorias, a movimentos sociais e as pautas raciais. Essa postura não apenas negava a legitimidade das demandas desses grupos, mas também as desqualificava como parte de uma "agenda de esquerda" que, segundo ele, ameaçava os valores tradicionais da sociedade brasileira. O estudo feito pelo CPDA/UFRRJ aponta que, ao

desqualificar seus adversários e suas pautas, Bolsonaro reforçava a ideia de que qualquer narrativa diferente da sua era parte de uma grande conspiração contra o povo brasileiro.

O negacionismo tem como seu grande trunfo simplificar soluções e rejeitar a complexidade dos problemas sociais, levando assim a dicotomia e empobrecimento do debate público a fim de criar uma base eleitoral fiel e combativa. A política do "nós e eles" foi uma das estratégias centrais do bolsonarismo nas eleições de 2018, caracterizando-se por uma divisão clara e intencional entre diferentes segmentos da sociedade. Essa estratégia foi usada para consolidar apoio entre os eleitores de Jair Bolsonaro, ao mesmo tempo em que demonizava e deslegitimava os adversários políticos e os grupos sociais que não se alinhavam com sua visão. Bolsonaro e seus apoiadores criaram uma realidade paralela em que certos grupos e ideologias foram apresentados como inimigos da nação, da moralidade e dos valores tradicionais.

Os partidos de esquerda, especialmente o PT (Partido dos Trabalhadores), foram retratados como corruptos, responsáveis pela crise econômica e moral do país. A figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que estava preso durante a eleição, foi centralizada nessa narrativa, sendo associada à corrupção sistêmica. Além disso, outros grupos, como ativistas de direitos humanos, movimentos feministas, a comunidade LGBTQIA+, ambientalistas e setores da mídia, foram apresentados como ameaças aos valores conservadores e à soberania nacional. Essa construção de inimigos comuns ajudou a galvanizar o apoio entre aqueles que se sentiam ameaçados ou insatisfeitos com as mudanças sociais e políticas ocorridas no Brasil nas décadas anteriores. A estratégia do "nós e eles" também envolveu uma forte polarização ideológica, na qual os apoiadores de Bolsonaro foram posicionados como os "patriotas", defensores da família, da moral e da ordem, enquanto seus adversários foram rotulados como "comunistas", "globalistas" e inimigos da pátria. A imprensa tradicional, em particular, foi frequentemente atacada como "inimiga do povo" e acusada de parcialidade contra Bolsonaro.

Bolsonaro, seus aliados e sua equipe frequentemente atacaram seus críticos, categorizando-os como inimigos da nação ou como defensores de uma suposta "agenda comunista". Essa estratégia de polarização, como Van Dijk (2008) sugere, é uma forma de manipulação discursiva que reforça a dominação ideológica, marginalizando opositores e consolidando o apoio de sua base política. O ataque a jornalistas e cientistas foi uma prática recorrente do governo Bolsonaro, que buscava desacreditar qualquer fonte de informação que questionasse suas políticas. Conforme Van Dijk (2008) afirma, a manipulação discursiva envolve a deslegitimação de fontes alternativas de informação, criando uma hegemonia

discursiva em que apenas as narrativas favoráveis ao governo são apresentadas como legítimas.

Essas estratégias criaram um ambiente em que o diálogo e o debate democrático foram dificultados, com as posições políticas sendo cada vez mais radicais e intransigentes. Ao apresentar-se como um outsider, disposto a romper com o sistema político tradicional e a defender os "cidadãos de bem", Bolsonaro conseguiu canalizar o descontentamento popular em relação à corrupção, à violência e à crise econômica. A utilização estratégica de mobilização do seu eleitorado foi intensificada pelo uso de redes sociais e plataformas de comunicação direta, como o WhatsApp, que permitiram a Bolsonaro e seus aliados transgredirem a mídia tradicional e falar diretamente com seus eleitores. Esse método de comunicação direta reforçou a sensação de pertencimento e de uma luta comum contra os "inimigos" identificados pela campanha. Esta polarização foi exacerbada por uma retórica agressiva e simplista, que evitava nuances e promovia uma visão de mundo maniqueísta (Romano, 2018. p. 96-100). O emprego em massa dos meios digitais como forma de controle e manutenção do seu eleitorado permitiram a Bolsonaro e seus aliados transgredirem a mídia tradicional e falar diretamente com seus eleitores. Esse método de comunicação direta reforçou a sensação de pertencimento e de uma luta comum contra os "inimigos" identificados pela campanha. Esta polarização foi exacerbada por uma retórica agressiva e simplista, que evitava nuances e promovia uma visão de mundo maniqueísta (Romano, 2018. p. 96-100).

No artigo de Letícia Cesarino, intitulado "Como vencer uma eleição sem sair de casa: A ascensão do populismo digital no Brasil" (2020), o foco recai sobre o impacto das fake news e do negacionismo no processo eleitoral brasileiro de 2018. O estudo examina como o WhatsApp foi um dos principais instrumentos de difusão de desinformação, facilitando a mobilização política em favor de Jair Bolsonaro.

A pesquisa (CESARINO, 2020) revela que as "*fake news*", desempenharam um papel fundamental, mobilizando as emoções dos eleitores e construindo narrativas que influenciaram o resultado eleitoral. A análise de Pitkin sobre a representação simbólica também ajuda a compreender o papel das *fake news* e da desinformação na eleição de Bolsonaro. Ao disseminar narrativas falsas ou distorcidas, a campanha bolsonarista foi capaz de moldar percepções simbólicas, reforçando o sentimento de crise e oferecendo Bolsonaro como solução para esses problemas. As *fake news* não precisavam ser factualmente corretas, mas sim eficazes em manter a imagem simbólica do candidato como defensor de valores conservadores e salvador da nação (Pitkin, 2006; Faria, 2023).

Cesarino (2020) destaca o papel do "populismo digital", no qual as redes sociais e aplicativos de mensagens como o WhatsApp são usados para mobilizar os eleitores em torno de um discurso simplificado e emocional, frequentemente baseado em desinformação. Esse tipo de populismo se baseia em "significantes vazios", ou seja, ideias vagas que são facilmente manipuladas e reproduzidas por usuários comuns. No caso das eleições de 2018, o "kit gay", mencionado repetidamente nas redes bolsonaristas, não tinha base factual concreta, mas sua difusão massiva gerou pânico moral e ajudou a consolidar a narrativa bolsonarista contra seus oponentes.

Outro aspecto abordado é a sobreposição entre a difusão de *fake news* e o negacionismo, especialmente em questões científicas e históricas. O negacionismo científico, como o desdém pelas políticas de saúde pública e a negação das mudanças climáticas, foi uma característica notável do discurso de Bolsonaro, ecoado por suas bases nas redes sociais. O populismo digital, conforme descrito por Cesarino (2020), cria um canal alternativo de informação, afastando os eleitores de fontes tradicionais e validando a desinformação como uma forma de resistência às "elites" e ao "sistema".

Bolsonaro e seus apoiadores compartilhavam desinformação e teorias conspiratórias que negavam a veracidade de notícias desfavoráveis e criavam narrativas alternativas, estratégia utilizada para reforçar uma posição minoritária contrária a ciência. A desinformação gerada através de memes, slogans e páginas com notícias falsas (*fake news*) reforçavam a narrativa de que a eleição era uma batalha existencial entre o bem (representado por Bolsonaro) e o mal (representado por seus adversários). O uso estratégico do negacionismo como ferramenta de mobilização permitiu a Bolsonaro captar o apoio de eleitores insatisfeitos com a política tradicional e desconfiados da mídia convencional.

O CPDA/UFRJ (Romano, 2018. p. 92.) identificou que essa estratégia foi particularmente eficaz em um contexto de crise econômica, política e social, onde a confiança nas instituições estava abalada. Bolsonaro conseguiu canalizar a frustração e o ressentimento de uma parte significativa da população, oferecendo respostas simples e diretas, embora frequentemente descoladas da realidade factual.

A adoção de um discurso negacionista teve um papel crucial na vitória de Bolsonaro em 2018. Ao desafiar consensos estabelecidos e ao se apresentar como um candidato que "dizia a verdade" contra todos, Bolsonaro conseguiu se diferenciar dos demais concorrentes e atrair um eleitorado que se via desiludido com as promessas não cumpridas dos governos anteriores. No entanto, essa dinâmica também semeou divisões profundas na sociedade brasileira, que se tornariam ainda mais evidentes durante seu mandato.



A análise do CPDA/UFRRJ mostra que o negacionismo de Bolsonaro não foi apenas uma tática de campanha, mas um componente central de sua ideologia política, que teria consequências duradouras para o cenário político e social do Brasil. Um dos aspectos mais marcantes do negacionismo de Bolsonaro foi sua postura em relação às questões ambientais e de saúde. Bolsonaro rejeitou amplamente o consenso científico sobre as mudanças climáticas, adotando uma política de desregulamentação ambiental que acelerou o desmatamento na Amazônia, como aponta o relatório feito pelo Observatório do Clima (OC), intitulado, “Nunca mais outra vez”.

As chamadas “*Thinks tanks*”<sup>3</sup> também desempenharam um papel fundamental como um pano de fundo argumentativo para que as ideias propagadas durante a gestão bolsonarista fossem aceitas por grande parte da população. Essas organizações desempenharam um papel crucial na disseminação de ideologias ultraliberais e na promoção de uma visão de mundo que desqualifica a intervenção estatal em questões sociais. Os *think tanks*, como o Instituto Von Mises Brasil e o Instituto Rothbard, têm propagado uma racionalidade neoliberal, estes utilizam suas plataformas para influenciar a opinião pública e moldar a percepção social sobre temas científicos que afetam a economia e as políticas públicas estatais. Esta ideologia fomenta a desconfiança em relação às informações científicas, rotulando-as como produtos de uma suposta agenda estatal ou globalista, ou uma conspiração para enfraquecer a economia. (Vargas e Marques, 2021)

A pandemia é um exemplo claro de manipulação, onde se utilizou de uma narrativa sistemática para minimizar os riscos dessa crise. Essa postura teve como base argumentativa opiniões de médicos e cientistas alinhados a uma postura de enfrentamento e gravidade da crise sanitária que se alinha a política desempenhada na gestão bolsonarista. Médicos como Francisco Cardoso e Ricardo Zimerman defenderam o “tratamento precoce” com cloroquina e outros medicamentos. Em depoimento à CPI da Pandemia, ambos sustentaram a eficácia desse tratamento, apesar da falta de comprovação científica robusta. (Agência Senado, 2021) A ex-secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro, conhecida como “Capitã Cloroquina”, também foi uma defensora proeminente do uso desse medicamento. (Rohden, 2022)

A manipulação discursiva é eficaz quando os receptores, por falta de conhecimento ou devido à confiança na autoridade, aceitam as informações sem questionar. Bolsonaro, em sua

---

<sup>3</sup> *Think tanks* são grupos de especialistas dedicados a debater temas específicos e influenciar a formulação de políticas públicas ou processos de decisão. Normalmente, são financiados por corporações e lobbies com interesses privados em determinados resultados de questões públicas.

posição de poder, usou a confiança de parte da população para espalhar desinformação, desviando a atenção das consequências reais da pandemia (Van Dijk, 2008). Como observado no estudo de Victor Piaia e Marcelo Alves (2020) sobre o impacto da campanha de Bolsonaro via Whatsapp, é possível observar a uma estratégia centralizada que busca proporcionar quadros interpretativos sobre uma situação que pode ou não acontecer no futuro. Ou seja, atores políticos, na busca de antecipar as interpretações sobre fatos e acontecimentos, agem no sentido de fornecer um enquadramento prévio, que funcionará como um atalho interpretativo para que os indivíduos consigam organizar rapidamente eventos que podem desestabilizar suas crenças. Os ditos “enquadramentos preventivos” podem ser mais diretos, colocando-se como uma contra narrativa prévia, ou mais sutis, deslegitimando o futuro emissor sem se referir ao tema especificamente. Piaia e Alves citam análises de tweets de Donald Trump que apontam como o presidente do Estados Unidos se valeu de tal estratégia para, por exemplo, ressignificar protestos antirracistas que ocorreriam em partidas de futebol americano, enquadrando-os como atos antipatrióticos, por exemplo. Piaia e Alves (2020) ressaltam que na campanha por WhatsApp de Jair Bolsonaro se destacaram três usos predominantes de tal estratégia: 1) os boatos e denúncias sobre fraudes nas urnas eletrônicas, que municiaram a militância de diversos argumentos para contestar uma eventual derrota; 2) a circulação do vídeo da então candidata Joice Hasselmann acusando a revista *Veja* de receber 600 milhões de reais para caluniar Jair Bolsonaro; 3) printscreens de uma suposta conversa de WhatsApp em que grupos de esquerda combinavam de se vestir de bolsonaristas e atacar os protestos do #EleNão.

Para justificar o negacionismo em relação às urnas, o material sobre uma “suposta fraude nas urnas” era farto e muito diversificado, contando com a circulação de vídeos de influenciadores digitais, uma entrevista do ex-delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz e até mesmo considerações do professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Diego Aranha, sobre a suposta violabilidade da urna eleitoral. Como observam Piaia e Alves (2020), a discussão não se restringia aos grupos de WhatsApp, sendo também levantada no debate público por figuras como Danilo Gentili e o próprio Carlos Bolsonaro. Tal narrativa se manteve mesmo após o período eleitoral, e foi retomada em 2022, cabe observar aqui. É importante enfatizar ainda a questão da Revista *Veja*, já mencionada na seção anterior, e como o semanário se entrelaça à trajetória de Bolsonaro, e será mobilizado para trazer robustez ao discurso negacionista. O suposto pagamento de 600 milhões de reais para algum veículo de imprensa alardeado foi fundamental para neutralizar danos à imagem de Bolsonaro, segundo a pesquisa de Piaia e Alves (2020). Poucos dias depois da veiculação do vídeo, que circulou

amplamente pelo WhatsApp, a revista Veja publicou uma reportagem que prometia abalar a candidatura de Bolsonaro, mas que, na prática, não repercutiu muito. Nos grupos, a publicação foi recebida sem surpresas. Ao final, a reportagem acabou se tornando complementar à denúncia feita por Joice Hasselmann, o que “confirmaria” sua autenticidade e serviu para construir um olhar cada vez mais desconfiado sobre a atuação da imprensa.

A evolução do discurso negacionista na política, não se restringe ao Brasil, como mostra a literatura, e culminou em líderes como Jair Messias Bolsonaro, que utilizou essa estratégia de forma eficaz para ascender ao poder e manter sua base de apoio. No entanto, as consequências do uso do negacionismo são profundas e duradouras, afetando tanto a governança quanto o tecido social. No Brasil, a adoção desse discurso por Bolsonaro não apenas polarizou o país, mas também comprometeu a resposta a crises globais, como a pandemia e as mudanças climáticas, com repercussões que ainda serão sentidas por muitos anos.

### **2.3. Do contexto ao discurso: conjuntura e recortes narrativos sobre a “verdade” bolsonarista durante a campanha presidencial de 2018**

O conceito de negacionismo, especialmente no contexto político, é intrincado e envolve uma disputa pela construção da verdade. A ciência, que se pretende objetiva e fundamentada em evidências empíricas, é constantemente atravessada por forças políticas que buscam manipular ou contestar seus fundamentos, com o objetivo de alinhar a realidade científica a uma narrativa política específica. No caso da extrema direita bolsonarista, essa disputa pela verdade se dá por meio do uso seletivo e da distorção de aspectos da ciência para legitimar suas políticas e narrativas.

A ciência, em sua concepção clássica, deveria ser uma expressão da verdade objetiva. Contudo, segundo Foucault (2003) as verdades científicas não são imunes às influências ideológicas. Assim, a política não pode ser separada da ciência. As verdades científicas, ao passarem para o campo político, são inevitavelmente mediadas por interesses, lógicas e discursos que moldam como elas são apresentadas e aceitas pelo público.

Quando Foucault discute a verdade, ele não a apresenta como algo a ser descoberto, mas como uma construção social, moldada por uma microfísica de poderes. Esse conceito pode ser observado em obras como *Vigiar e Punir* (Foucault, 1975), e *Verdade e Poder* (Foucault, 1979. p.1-14). Nestas, Foucault explora como o poder não apenas reprime, mas também cria verdades, evidenciando que a verdade é sempre produto das relações de poder,

regulamentada e arquitetada dentro dessas tramas. Foucault considera o poder como algo que além de opressor, também é criador de saberes e verdades.

Essa perspectiva se torna particularmente relevante ao analisar o discurso bolsonarista, que frequentemente constrói suas "verdades" a partir de uma narrativa própria, muitas vezes contrária às evidências científicas e históricas. No contexto do governo Bolsonaro, a produção de verdade é instrumentalizada para consolidar poder, legitimando discursos que reforçam sua base política e desqualificando vozes opositoras. Assim, o regime de verdade bolsonarista se manifesta ao selecionar quais narrativas são aceitas como verdadeiras e quem detém a autoridade para enunciá-las, utilizando a estrutura de poder para moldar a percepção pública em favor de seus interesses políticos.

A articulação do saber e do poder no contexto do negacionismo é fundamental para entender como a extrema direita constrói suas narrativas e o uso da ciência pela política, revela como o poder é exercido na construção da verdade. No caso da política bolsonarista, a ciência utilizada não é a ciência do consenso internacional, mas uma ciência que favorece seus interesses.

O discurso de Jair Bolsonaro como o de qualquer outro político, pode ser compreendido como um discurso de poder. O poder, conforme analisado por Michel Foucault, não é uma posse fixa, mas um processo relacional, que circula entre os indivíduos e se impõe nas relações sociais. Foucault considera que o poder está presente em toda a sociedade, nas práticas e discursos, e se constrói na interação entre as pessoas. (FOUCAULT, 1995)

O poder, no entendimento de Foucault, não é centralizado, mas se dispersa e se configura nas práticas cotidianas, através de normas, ações, saberes e, especialmente discursos. O discurso construído por Bolsonaro ao longo de sua vida política e militar, não é ao acaso, ele não apenas apresenta suas ideias, mas também se destina a criar uma hierarquia, onde ele é o líder capaz de devolver o país à "ordem" e aos "valores tradicionais". Sua retórica é, portanto, uma forma de estabelecer uma perspectiva sobre a sociedade, ao mesmo tempo em que busca modificar a percepção pública sobre questões como política, direitos humanos e cultura.

O negacionismo é mais do que uma simples rejeição de fatos; ele é uma estratégia política que, ao questionar a realidade, cria um terreno fértil para a emergência de líderes autoritários e populistas. A ligação entre o discurso negacionista e a política antidemocrática se dá, em grande parte, pela maneira como ambos enfraquecem as bases do debate racional e da democracia deliberativa. Quando líderes políticos e figuras públicas promovem o negacionismo, eles não apenas desafiam verdades inconvenientes, mas também desacreditam

as instituições responsáveis por sua verificação — como a imprensa, o judiciário e a academia. Esse ataque sistemático à verdade e às instituições cria uma atmosfera de desconfiança generalizada, na qual a manipulação da realidade se torna uma tática comum para mobilizar apoios e deslegitimar adversários.

Na conjuntura de regimes antidemocráticos, o negacionismo serve para consolidar o poder ao desestabilizar as bases do conhecimento comum e ao promover narrativas que justificam a concentração de autoridade em mãos de poucos. Líderes que se apoiam no negacionismo muitas vezes se apresentam como os únicos detentores da "verdade", posicionando-se contra uma suposta elite conspiratória que controla o fluxo de informações. Isso alimenta o ressentimento popular e legitima a adoção de medidas autoritárias sob a justificativa de restaurar a "ordem" ou "resgatar a nação".

Segundo Brown (2018) o neoliberalismo redefine a cidadania, transformando indivíduos em capital humano, cuja existência e valor são medidos exclusivamente em termos econômicos. Essa transformação subverte a noção de cidadania clássica, que era associada a direitos e responsabilidades dentro de um Estado-nação, e a substitui por uma lógica em que o valor dos indivíduos é determinado por sua capacidade de contribuir para o mercado.

No contexto das políticas de austeridade, Brown (2018) observa como os cidadãos são chamados a sacrificar direitos e garantias em nome da estabilidade econômica e do equilíbrio fiscal. Essa cidadania "sacrificial" implica uma aceitação tácita de que o bem-estar social e os direitos coletivos são secundários em relação às exigências do mercado. Na realidade neoliberal, as decisões que afetam diretamente a vida dos cidadãos, como cortes em educação, saúde e seguridade social, são apresentadas como inevitáveis. Essa narrativa desloca a responsabilidade das consequências dessas decisões dos poderes políticos para uma suposta "realidade" econômica que se coloca como neutra e inescapável. O mantra "estamos todos juntos nisso" e o conceito de "sacrifício compartilhado" são utilizados para convencer a sociedade de que tais medidas são necessárias para a sobrevivência do todo econômico, despolitizando, assim, decisões que são, de fato, profundamente políticas. Em vez de um contrato social que proteja os mais vulneráveis, as políticas neoliberais promovem uma ética de autossuficiência e competição, onde o fracasso é individualizado, e a responsabilidade por superar adversidades é atribuída aos próprios cidadãos. Essa naturalização da economia de mercado também se manifesta na aceitação das desigualdades como um aspecto necessário e até desejável para o bom funcionamento do capitalismo. Um bom exemplo dessa política no Brasil foi o tratamento que o governo Bolsonaro deu a pandemia da COVID 19.

Brown (2018) discute como esse processo é legitimado por narrativas que naturalizam a economia de mercado e minimizam o papel do Estado na garantia de direitos. As políticas de austeridade são apresentadas como inevitáveis e necessárias, reforçando a ideia de que a cidadania deve se adaptar às exigências econômicas, em vez de questioná-las ou resisti-las. O movimento bolsonarista, assim como Brown (2019) descreve a emergência de movimentos similares no Ocidente, foi marcado pelo uso estratégico de uma retórica que combina neoliberalismo econômico com conservadorismo moral e autoritarismo. Ao mesmo tempo em que defendia políticas de austeridade e de redução do papel do Estado na economia, Bolsonaro mobilizou o ressentimento popular contra as elites políticas, intelectuais e culturais, ecoando o niilismo e o ressentimento que Brown identifica como características fundamentais dessa nova direita antidemocrática.

O ataque de Bolsonaro às minorias, à mídia e à educação se alinha com o que Brown (2019) chama de "desmantelamento da política", no qual o neoliberalismo enfraquece a esfera pública e o debate democrático, substituindo-os por uma moralidade tradicionalista e por uma agenda que reforça as hierarquias de gênero, raça e classe. Esse fenômeno reflete a dinâmica global na qual a racionalidade neoliberal reconfigura o Estado e a sociedade de acordo com as lógicas de mercado, ao mesmo tempo em que promove uma visão autoritária da política. Assim como em outros contextos ocidentais, a crise de representatividade política e o esgotamento do neoliberalismo progressista criaram um vácuo político que foi preenchido por discursos autoritários, conservadores e nacionalistas.

No Brasil, a erosão das políticas sociais e o aumento das desigualdades, intensificados por décadas de neoliberalismo, contribuíram para a emergência de um movimento populista e autoritário, onde o discurso utilizado rejeita as instituições democráticas, ataca a ciência e promove uma agenda moralista e militarista.

Ao enquadrar as questões ambientais, como a preservação da Amazônia, como uma ameaça à soberania nacional e uma interferência de potências estrangeiras nos interesses do Brasil, Bolsonaro conseguiu construir um discurso que ressoava com um forte sentimento nacionalista e protecionista entre seus apoiadores. Essa narrativa foi eficaz ao reforçar a ideia de que as políticas ambientais eram, na verdade, um obstáculo ao desenvolvimento econômico e que interesses internacionais estavam mais preocupados em controlar os recursos naturais do Brasil do que em proteger o meio ambiente, o que ampliou o apoio de setores como o agronegócio e a mineração, alinhados a essa visão de exploração dos recursos nacionais.

No terceiro capítulo, a seguir, a seleção dos discursos proferidos em 2018, pelo então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro, foi realizada com o intuito de proporcionar uma compreensão mais aprofundada de seu discurso negacionista em relação à ciência, às mudanças climáticas e às políticas ambientais. Essas falas, marcadas por críticas ao ambientalismo e pela defesa da flexibilização das regulamentações ambientais, desempenharam um papel importante em sua ascensão ao poder. A escolha cronológica e temática dos discursos, foi feita de forma estratégica para ilustrar como a governabilidade ambiental no governo bolsonarista se baseou na deslegitimação de órgãos de fiscalização, na redução da proteção de áreas florestais e no incentivo à exploração da Amazônia. Ademais, eles ajudam a explicar o processo de paralização, desmantelamento e desrespeito as políticas públicas ambientais, indígenas e de direitos humanos, que resultou no aumento do desmatamento e no enfraquecimento do compromisso do Brasil com as metas climáticas globais e sérios problemas de direitos humanos internacionais.

### **CAPÍTULO III**

#### **COM QUEM BOLSONARO FALA? O QUE ELE NEGA? PARA QUEM ELE NEGA? ATORES E PROGRAMAS DE GOVERNO SEGUNDO O DISCURSO BOLSONARISTA**



### **3. O discurso Bolsonarista: instrumento ideológico e político**

O discurso político é, segundo Foucault (1979), um instrumento de poder. Ele estabelece relações hierárquicas, impõe visões de mundo, constrói perspectivas e molda a atuação de atores que tanto contribuem para sua formulação quanto são os destinatários de seus efeitos. No contexto do governo de Jair Bolsonaro, essa dimensão relacional do poder discursivo ganha contornos particulares, uma vez que seu discurso reflete e amplifica uma disputa ideológica em torno de temas como mudança do clima, ciência, direitos humanos, direito dos povos originários e o papel do agronegócio na política brasileira.

Nesse capítulo, o objetivo é analisar o discurso de Jair Bolsonaro sob a ótica de suas dinâmicas de poder e disputas discursivas. A intenção é desvendar os significados implícitos e explícitos de sua retórica, identificando os atores envolvidos, os interesses representados e as estratégias discursivas empregadas para justificar políticas públicas, desacreditar a ciência e negar direitos humanos.

Dessa forma, busca-se compreender o que Bolsonaro nega em seu discurso, para quem ele nega e com quem ele dialoga. Quem ele representa e quem se beneficia dessa retórica? A intenção é elucidar as disputas ideológicas que permeiam o bolsonarismo, destacando como a negação da ciência e dos direitos humanos serve como ferramenta política em um projeto que atende a interesses específicos, como os do agronegócio e outros setores econômicos.

Por fim, será discutido o que está em jogo em cada discurso analisado de Bolsonaro, revelando como a disputa pelo poder simbólico e narrativo impacta a formulação de políticas e a percepção pública de questões globais e nacionais cruciais. Assim, este capítulo contribui para o entendimento do papel do discurso no bolsonarismo como um fenômeno político e ideológico que desafia os paradigmas democráticos e ambientais contemporâneos.

### 3.1. Com quem Bolsonaro fala? O que ele nega? Para quem ele nega?

O quadro a seguir destaca, em ordem cronológica, as falas escolhidas a serem analisadas ao longo desse capítulo. Como observado anteriormente, a seleção dos discursos proferidos pelo então candidato Jair Bolsonaro em 2018 foi realizada com o intuito de proporcionar uma compreensão mais aprofundada de seu discurso negacionista em relação à ciência, às mudanças climáticas e às políticas ambientais. Essas falas, marcadas por críticas ao ambientalismo e pela defesa da flexibilização das regulamentações ambientais, desempenharam um papel importante em sua ascensão ao poder. A escolha cronológica e temática dos discursos foi feita de forma estratégica para ilustrar como a governabilidade ambiental no governo bolsonarista se baseou na deslegitimação de órgãos de fiscalização, na redução da proteção de áreas florestais e no incentivo à exploração da Amazônia. Ademais, eles ajudam a explicar o processo de paralização, desmantelamento e desrespeito das políticas públicas ambientais, indígenas e de direitos humanos, que resultou no aumento do desmatamento e no enfraquecimento do compromisso do Brasil com as metas climáticas globais e sérios problemas de direitos humanos internacionais.

DATA	TRECHO E FONTE
a) 06 de Julho de 2018 – Trata a questão indígena e ambiental como um problema para “o homem do campo” e afirma que a conduta do MST deve ser tipificada como terrorismo. (11min57-12min)	Bolsonaro: “Você não pode continuar deixando o homem do campo que é o que garante, em parte o superávit da nossa balança comercial, ser assombrado e aterrorizado pelo MST e por invasões indígenas e o governo não faz absolutamente nada.” (REDE TV, 2018)
b) 13 de Julho de 2018 – critica a impossibilidade de exploração econômica de Roraima devido aos direitos indígenas, pressão de ONG’s nacionais e internacionais e afirma que isso afeta a soberania nacional. (7min22seg - 7min55seg)	Bolsonaro: “Nós não queremos anunciar nada para Roraima sem a certeza que após o seu anúncio, nós faremos valer a nossa soberania nacional. O caso de Roraima se estende para quase todo o Brasil, nós estamos sendo inviabilizados, o homem do campo que tem a ver com a cidade que trás matéria-prima para os senhores, na questão ambiental, na questão de reservas indígenas, na questão de quilombolas, entre outros.” – (CNI, 2018)
c) 22 de Julho de 2018 - critica o que classifica	Bolsonaro: “Vamos desburocratizar, desregulamentar,

como “excesso” de multas ambientais aos produtores rurais. (32min25s - 32min40s)	vamos tirar a ‘descricionalidade’ (sic) das ‘multagens’ (sic) que sufoca os produtores da cidade e também do campo, lá via ICMBio e IBAMA, vamos buscar revogar a emenda constitucional 81 que relativizou a propriedade privada.” – (PARTIDO SOCIAL LIBERAL, 2018).
d) 22 de Julho de 2018 - Jair Bolsonaro sobre as reservas indígenas e o garimpo. (29min05s – 30min42s)	Bolsonaro: “voltemos ao Brasil, quem tem, prezado Havan, terras agricultáveis tão maravilhosas como a nossa, quem tem no mundo um subsolo tão rico. Estive no vale do Ribeira, fui lá em Miracatu, ver as montanhas de grafite, tive em Cajati, vi o rejeito de uma mineradora que é a magnetita, que de lá o chinês daqui estava tirando Nióbio. Fui na Barra de Taquari, Eldorado Paulista, ver as riquezas locais, de acordo com o mapa metalogenético que tinha para comigo, vi essas áreas todas, especial Eldorado, especial Miracatu. Há 10 anos começaram a chegar índios do Paraguai e hoje em dia temos uma pequena reserva que estão sendo ampliadas.” – (PSL, 2018)
e) 22 de Julho 2018 - Jair Bolsonaro sinaliza que, caso eleito, pode tirar o Brasil do Acordo do Clima. (30min43 - 31min27s.)	Bolsonaro: “Como combater a questão do triplo A que é discutido no acordo de paris, mas nossa imprensa, com toda certeza, por desconhecimento, não quero acusá-lo agora, mas com toda certeza, por desconhecimento, não tem acesso, uma enorme área que vem dos Andes, passa pela Amazônia, e morre no atlântico, equivalente a 136 milhões de hectares, que serão demarcados e reservados como essencial, necessário para a sobrevivência da humanidade, mas nós sabemos que não é essa a verdade, se Trump saiu do Acordo de Paris, se saiu é porque lhe interessava ao seu país.” – (PSL, 2018.)
f) 28 de Setembro de 2018 - O candidato à presidência do PSL afirma que as políticas ambientais e os direitos indígenas dificultam o desenvolvimento. (19min06s – 19min17s)	Bolsonaro: “Por que que Roraima não consegue ir pra frente? problema ambiental e indigenista. Cê (sic) tem que resolver este assunto.” – (BRASIL URGENTE, 2018.)
g) 09 de Outubro de 2018 - – Jair Bolsonaro afirma que, caso eleito, pretende fundir o Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura e acabar com o que ele denominou de “ativismo ambiental xiita”.	Bolsonaro: “Quando você fala na questão do campo, nós temos que tipificar as ações do MST (Movimento dos Sem Terra) como terrorismo. Eles não produzem nada, produzem apenas terror, levam insegurança ao campo. Devemos, por exemplo, para acabar com a

(05min10s - 5min33s)	briga do Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério da Agricultura, nós vamos fundir esses ministérios. Agricultura e meio ‘ambientis’ (sic), não pode ter esse ativismo xiita ambiental no Brasil.” – (BAND JORNALISMO, 2018)
----------------------	---

**Quadro 1** – Quadro organizacional dos discursos analisados. – fonte: elaboração da pesquisa

Nos próximos parágrafos será feita a análise dos discursos apresentados no Quadro I. As falas selecionadas serão organizadas e analisadas em blocos a serem identificados através dos atores envolvidos no discurso, a partir das seguintes perguntas:

### **Com quem Bolsonaro Fala?**

A) Agronegócio (Quadro I, letras “a”, “c” e “g”)

**a) O que ele nega?**

B) Militares (Quadro I, letras “b”, “e”).

**b) O que ele nega?**

### **Para quem ele nega a palavra?**

A) Povos indígenas e Organizações não Governamentais (Quadro I, letras “d” e “f”).

**a) O que ele nega?**

### **3.1.1. Com quem Bolsonaro fala?**

#### **A) Agronegócio.**

O Agronegócio aparece como um dos principais atores em todos os trechos de discurso analisados nessa pesquisa seja como ator principal ou como principal beneficiário das propostas do então candidato.

Impulsionados tanto por fatores nacionais quanto pela ascensão da ultradireita em diferentes partes do mundo, determinados setores do agronegócio no Brasil intensificaram, a partir da década de 2010, sua adesão a ideias extremistas. Com forte alinhamento às agendas de Jair Bolsonaro, as posições negacionistas ganharam espaço e influência política no Brasil, com sua vitória nas eleições presidenciais de 2018. Essa aproximação não ocorreu de maneira espontânea, mas resultou de um processo de articulação gradativo iniciado entre 2016 e 2017. Nesse período, as principais associações do agronegócio sediadas em Brasília mantinham certa distância do então candidato, que era visto como uma figura marginal e com poucas chances reais de alcançar a presidência. No entanto, enquanto enfrentava resistência nas grandes entidades representativas do setor na capital federal, Bolsonaro passou a receber um número crescente de convites de fazendeiros e empresários rurais atuantes em nível regional, especialmente entre sojicultores e pecuaristas de estados do Centro-Oeste, onde a agropecuária desempenha papel central na economia. Para fortalecer esse vínculo, o candidato incorporou em sua campanha discursos e propostas que ecoavam os interesses desse grupo, particularmente no que se refere à flexibilização da legislação ambiental e ao combate às demarcações de terras indígenas. Em um cenário global de ascensão de discursos reacionários e fortalecimento de tendências autoritárias, tais pautas ganharam ainda mais tração no Brasil, contribuindo para a consolidação da aliança entre Bolsonaro e setores estratégicos do agronegócio. Como consequência dessa aliança, verificou-se o avanço de pautas antiambientais e anti-indígenas. (PUGA, 2021)

Durante as eleições presidenciais de 2018, setores proeminentes do agronegócio brasileiro alinharam-se à candidatura de Jair Bolsonaro, especialmente nas regiões Sul e Centro-Oeste. No primeiro turno, Bolsonaro obteve 46,03% dos votos nacionalmente, com destaque para 56,8% no Paraná, 65,8% em Santa Catarina, 52,6% no Rio Grande do Sul, 58,3% no Distrito Federal, 60% no Mato Grosso, 57,2% em Goiás e 55% no Mato Grosso do Sul. No segundo turno, esses percentuais aumentaram para 68,43% no Paraná, 75,9% em Santa Catarina, 63,2% no Rio Grande do Sul, 69,9% no Distrito Federal, 66,4% no Mato

Grosso, 65,5% em Goiás e 65,2% no Mato Grosso do Sul. Esses resultados sugerem uma correlação entre o apoio a Bolsonaro e regiões dominadas pelo agronegócio. (G1 POLÍTICA, 2018)

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que reúne mais de 250 congressistas, declarou oficialmente seu apoio a Bolsonaro em outubro de 2018. A presidente da FPA na época, deputada Tereza Cristina (DEM-MS), afirmou que a decisão atendia ao pedido do setor agrícola nacional e visava evitar a retomada ao poder do PT, em um contexto de polarização política e descrédito da esquerda após o impeachment de Dilma Rousseff (Globo Rural, 2018). Sua aproximação com o agronegócio foi um fator crucial para sua ascensão, com apoio declarado de entidades como a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (Santos, 2022). Essa aliança se consolidou com a nomeação de Tereza Cristina, ex-líder da bancada ruralista, como ministra da Agricultura após sua eleição.

Durante o governo Bolsonaro, houve um estímulo considerável à diversificação dos posicionamentos públicos de atores do agronegócio em relação a questões socioambientais. A partir de 2018, o então candidato à presidência consolidou uma relação estreita com o agronegócio brasileiro, que se intensificou durante seu mandato presidencial de 2019 a 2022. Sua campanha eleitoral contou com significativo apoio de setores do agronegócio, que viam em suas propostas uma oportunidade de expansão do setor.

#### **a) O que ele nega?**

Na análise do discurso “a” (Quadro I) Bolsonaro trata a questão indígena e ambiental como um problema para “o homem do campo”, neste caso o agronegócio é a figura que Bolsonaro defende, e afirma que a conduta do MST deve ser tipificada como terrorismo. Durante a entrevista quando questionado sobre como se daria essa defesa do “homem do campo”, o candidato, em tom levemente alterado, reafirma – “Qualquer invasão tem que ser repelida não interessa com que força. Repelida e ponto final. As ações do MST têm que ser tipificadas como ato de terrorismo.” (REDE TV, 2018. 12min45seg). Durante seu governo (2019-2022), Bolsonaro promoveu uma série de medidas para desmobilizar o MST, incluindo a paralisação da reforma agrária e o desmonte de instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além da militarização dos órgãos de fiscalização

fundiária (ZÁ PEREIRA et.al, 2021). Ademais, Bolsonaro flexibilizou a posse e o porte de armas, o que, segundo especialistas, intensificou os conflitos no campo.

A política do governo Bolsonaro contribuiu para o aumento da violência no campo. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os conflitos agrários e os assassinatos de líderes camponeses aumentaram consideravelmente entre 2019 e 2021 (CPT, 2022). Além disso, a redução dos investimentos em assentamentos prejudicou a estruturação das comunidades já consolidadas pelo MST, limitando o acesso a créditos e políticas de incentivo à agricultura familiar.

Por outro lado, o MST se fortaleceu em outros aspectos, expandindo sua atuação na produção agroecológica e na comercialização de alimentos, sobretudo durante a pandemia de Covid-19, quando promoveu diversas campanhas de solidariedade (SANTOS, 2021). Esse movimento demonstrou a capacidade de adaptação do MST frente à adversidade política imposta pelo governo Bolsonaro.

A política de Jair Bolsonaro em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pode ser analisada à luz da teoria do discurso e do poder de Michel Foucault, especialmente no que diz respeito à construção de narrativas que legitimam determinadas formas de dominação e exclusão social.

Michel Foucault, em *O Nascimento da Biopolítica* (1979), analisa como o Estado moderno gerencia a vida das populações por meio de mecanismos de regulação e controle, determinando quais grupos devem ser protegidos e quais podem ser marginalizados. A biopolítica, nesse sentido, não se limita ao poder soberano que decide sobre a vida e a morte, mas se expande para estratégias que administram corpos e populações, tornando certos grupos "descartáveis" ou "ameaças" à ordem social dominante. Essa lógica pode ser identificada na política do governo Jair Bolsonaro em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e à questão agrária no Brasil.

A criminalização do MST, historicamente ligada ao discurso da "segurança nacional" desde a ditadura militar (1964-1985), intensificou-se no governo Bolsonaro. O movimento, que luta pela reforma agrária e pela redistribuição de terras improdutivas, foi sistematicamente retratado como uma organização criminoso. Em 2018, durante a campanha eleitoral, Bolsonaro prometeu classificar as ocupações de terra como "terrorismo", ecoando a lógica da biopolítica ao identificar o MST como um inimigo interno, cuja repressão se tornaria uma questão de Estado.

Esse discurso se traduziu em políticas concretas que ampliaram a repressão contra movimentos sociais e favoreceram o agronegócio. Uma delas foi o fato de que a posse e o

porte de armas foram ampliados para fazendeiros e ruralistas, criando um ambiente de maior violência contra trabalhadores sem-terra e povos indígenas (Human Rights Watch, 2019).

Segundo relatório da Human Rights Watch (2019), essa política intensificou conflitos fundiários, aumentando assassinatos e ameaças contra lideranças do MST. O MST, nesse contexto, é apresentado como um obstáculo ao progresso, legitimando políticas que negam direitos e ampliam a violência contra trabalhadores rurais. A tentativa de enquadrar o MST como organização terrorista distorce a finalidade da Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016), que foi criada para punir atos violentos contra a ordem pública e não para criminalizar movimentos sociais que lutam por direitos historicamente negligenciados.

Ao transformar a questão agrária em um problema de segurança, o governo Bolsonaro insere o MST em um regime de exceção permanente, no qual a repressão se torna uma prática cotidiana. Essa realidade desconsidera o direito constitucional à reforma agrária (Art. 184 da Constituição Federal de 1988<sup>4</sup>) e reforça a marginalização de populações camponesas. Esse processo não apenas reforça desigualdades estruturais, mas também redefine as formas de governamentalidade no Brasil, consolidando um modelo de Estado que atua seletivamente sobre diferentes populações.

No trecho do discurso da letra “c” (Quadro I) a fala de Jair Bolsonaro em 22 de julho de 2018 insere-se dentro de um discurso político que deslegitima a fiscalização ambiental e busca enfraquecer mecanismos regulatórios em favor dos grandes produtores rurais. A estrutura do discurso opera em três frentes principais: (1) a criação de um inimigo interno, no caso, os órgãos ambientais (Ibama e ICMBio); (2) a defesa irrestrita da propriedade privada; e (3) a promessa de desregulação como meio de impulsionar o desenvolvimento econômico, beneficiando diretamente o agronegócio.

Sua fala sobre "excesso" de multas ambientais e a promessa de "desburocratizar" a fiscalização faziam parte de um discurso mais amplo de desregulamentação das políticas ambientais, alinhado com demandas de setores do agronegócio que viam órgãos como o Ibama e o ICMBio como obstáculos ao crescimento econômico.

Ao afirmar que as multas ambientais são um “excesso” e que “sufocam” produtores rurais, Bolsonaro nega a importância da legislação ambiental e dos órgãos responsáveis pela sua aplicação, ao mesmo tempo em que os coloca como vilões. Bolsonaro questiona a aplicação do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que estabelece a obrigatoriedade da

---

<sup>4</sup> Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.



preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal nas propriedades rurais. O Código exige que produtores mantenham um percentual de vegetação nativa em suas terras e prevê sanções para quem desmata ilegalmente. A flexibilização da fiscalização e a redução das multas incentivam o descumprimento dessas regras, ampliando o desmatamento ilegal.

A afirmação de que as multas ambientais devem ser reduzidas ou eliminadas nega a importância da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), que estabelece punições para infrações ambientais, incluindo o desmatamento ilegal, a poluição e a exploração irregular de recursos naturais. A deslegitimação dessa lei favorece a impunidade e enfraquece a capacidade do Estado de controlar crimes ambientais. A Constituição Federal garante, no artigo 225, que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo. O ataque à fiscalização e a tentativa de enfraquecimento das multas ambientais representam um desmonte da proteção constitucional do meio ambiente.

Esse tipo de discurso constrói uma narrativa em que as normas ambientais são tratadas como obstáculos ao progresso, em vez de instrumentos para a proteção dos ecossistemas. A fiscalização, portanto, passa a ser vista como um abuso de poder estatal contra o setor produtivo.

Ao prometer "tirar a discricionariedade" das multas ambientais, ele sugere um desmonte do aparato regulatório, limitando a atuação de fiscais e enfraquecendo a aplicação da lei. Os órgãos ambientais responsáveis pela fiscalização, como Ibama e ICMBio, são alvos diretos da retórica bolsonarista. As suas atribuições (Decreto nº 6.099/2007 e Lei nº 11.516/2007) incluem a aplicação de multas, embargos e outras sanções para coibir crimes ambientais, bem como a preservação de unidades de conservação. Bolsonaro, ao sugerir a redução da atuação desses órgãos, enfraquece sua capacidade de atuação e favorece interesses que pressionam por menor regulamentação ambiental. Esse argumento está alinhado com o discurso neoliberal de Estado mínimo, mas, na prática, opera como uma estratégia biopolítica para redefinir quais grupos devem ser protegidos (o agronegócio) e quais podem ser sacrificados (meio ambiente, comunidades tradicionais e povos indígenas).

Ao sugerir a “revogação da emenda constitucional (EC) 81<sup>5</sup>,” o então candidato apresenta um interesse em mudar a constituição a fim de retirar o uso social da propriedade

---

<sup>5</sup> “Art. 243”. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à

privada. O artigo 253 tem como objetivos combater práticas ilegais, promover a justiça social e impulsionar a reforma agrária, ao mesmo tempo em que desestimula a violação de direitos fundamentais ao privar o infrator de qualquer indenização. Ao estabelecer que propriedades envolvidas em tais práticas ilícitas sejam expropriadas sem indenização, o artigo enfatiza uma postura de intolerância frente à violação de normas essenciais, como a dignidade humana e o direito ao trabalho digno, previstos no Art. 5º da Constituição. A punição prevista é ampla e inclui a possibilidade de outras sanções legais para o proprietário infrator, reforçando a centralidade da justiça social e da proteção aos trabalhadores.

Utilizando a perspectiva foucaultiana sobre discurso e poder, é possível entender que tal retórica não apenas promove uma agenda política, mas constitui uma estratégia para alterar a forma como a sociedade percebe a relação entre Estado, meio ambiente e mercado. A EC 81 ao permitir a expropriação de propriedades onde ocorre exploração de trabalho escravo, toca diretamente em um princípio foucaultiano: o controle sobre os corpos e a regulação das práticas sociais (Foucault, 1975). Ao buscar sua revogação, o discurso de Bolsonaro potencializa a criação de uma ordem onde a exploração ambiental e social é tolerada, enquanto o Estado se mantém inerte ou cúmplice.

Durante seu mandato suas ideias discursivas foram em grande parte materializadas em ações práticas em relação ao meio ambiente e ao funcionamento dos órgãos de fiscalização. O IBAMA e o ICMBio sofreram cortes orçamentários significativos e a redução do número de fiscais, o que comprometeu a fiscalização e a aplicação de penalidades ambientais (Observatório do Clima, 2023b). Dados indicam uma redução drástica no número de multas aplicadas pelo IBAMA e um aumento expressivo no desmatamento e nas invasões de terras indígenas, além do avanço de atividades ilegais como mineração em áreas protegidas (INPE, 2022). A utilização do termo “sufoca” é importante nessa análise, por dar uma ideia de descontrole, exagero ou algo desnecessário. Esta escolha lexical é significativa, pois sugere que o aparato regulatório está sendo utilizado de forma abusiva contra os produtores rurais, o que pode gerar empatia e apoio entre esses grupos e entre aqueles que veem o Estado como excessivamente intervencionista.

Bolsonaro utiliza uma linguagem que apela diretamente aos sentimentos de injustiça e ressentimento entre os produtores rurais, retratando-os como vítimas de um sistema

---

reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei." (NR)

regulatório opressor. Essa estratégia é eficaz para polarizar a sociedade, colocando os interesses do agronegócio em oposição aos interesses ambientais e, por extensão, àqueles que defendem a sustentabilidade e a preservação ecológica. Ao enfraquecer as instituições responsáveis pela proteção ambiental, o governo também enfraquece a capacidade da sociedade civil de monitorar e contestar práticas que sejam prejudiciais ao meio ambiente. Essa narrativa, ao reduzir a proteção ambiental a um "excesso" burocrático, deslegitima o papel do Estado na defesa do meio ambiente e abre espaço para a degradação dos recursos naturais em benefício de interesses privados.

Perto do pleito eleitoral de 2018 Bolsonaro, já definido o segundo turno, no dia 09 de Outubro (letra “g”- Quadro I), que, caso eleito, pretende acabar com o que ele denominou de “ativismo ambiental xiita” e acabar com a “indústria de demarcação de terras indígenas”. Também reafirmou que fundiria os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, e criticou fiscais do ICMBio e do Ibama sobre as emissões de multas ambientais, sugerindo que vai alterar a legislação para proteger indivíduos que cometem crimes. Essa entrevista foi concedida de dentro do hospital após a suposta facada recebida durante um comício que deixou Bolsonaro de fora de todos os debates eleitorais, vale salientar que o candidato em entrevista dada na REDE TV (2018) foi questionado sobre declarações de que não participaria de debates eleitorais, em resposta disse que - “respondeu certa vez que iria decidir, não disse nem que sim e nem que não” - (REDE TV, 2018. 1min04seg). Na ocasião foi indagado se iria ao debate na emissora, no qual respondeu “com toda certeza” (REDE TV, 2018. 42seg), afirmou que pretendia participar de todos os debates, justificando que assim teria mais tempo para ser ouvido, devido seu pouco tempo de radio e tv.

A fala de Jair Bolsonaro deve ser analisada dentro do contexto discursivo em que ele constrói uma dicotomia entre os interesses do agronegócio e a atuação dos movimentos sociais e órgãos ambientais. A fusão dos ministérios proposta por Bolsonaro busca subordinar as questões ambientais aos interesses econômicos do setor agropecuário, do qual ele recebe amplo apoio. Com a ideia dessa fusão ele está sugerindo que as questões ambientais devem ser subordinadas às necessidades da agricultura e pecuária, o que implica uma desvalorização da importância da preservação ambiental como uma agenda independente.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem um papel fundamental na fiscalização e proteção ambiental, estabelecendo políticas públicas para garantir o uso sustentável dos recursos naturais. Essa fusão beneficiaria os interesses do agronegócio ao reduzir as restrições ambientais para a produção agrícola. Van Dijk (1993) aponta que o discurso político é uma ferramenta poderosa para moldar a percepção pública e influenciar as políticas

governamentais. Nesse caso, a proposta de junção dos ministérios serve para enfraquecer as instituições ambientais, reduzindo sua capacidade de fiscalizar e aplicar sanções contra práticas prejudiciais. Além disso, ao subordinar o MMA ao MAPA, Bolsonaro está essencialmente afirmando que o meio ambiente deve servir aos interesses agrícolas, deslegitimando a ideia de que a preservação ambiental é um fim em si mesmo.

A reafirmação de discurso mostra que não por acidente, a pauta antiambiental e negacionista é a escolhida pelo então candidato para fortalecer seus laços políticos. No discurso de Bolsonaro, vemos uma tentativa deliberada de silenciar vozes, rotulando-as como extremistas ao utilizar, de forma pejorativa, termos como "xiita". Esse tipo de retórica não é neutra, ao contrário, busca associar a luta ambiental a uma postura radical e irracional, enfraquecendo a legitimidade de organizações que atuam na proteção socioambiental. Bolsonaro está construindo uma narrativa que associa a defesa ambiental a um comportamento extremista e irracional, contrastando com uma visão de desenvolvimento econômico que ele apresenta como moderada e racional. Essa construção discursiva permite que ele descredite qualquer oposição às suas políticas de desregulamentação e exploração dos recursos naturais.

Este discurso mobiliza uma tecnologia de poder que redefine os limites do aceitável no campo das políticas públicas, subordinando a regulação ambiental aos interesses econômicos do agronegócio. Foucault (1979) destaca que o biopoder não atua apenas pela coerção direta, mas por meio de mecanismos que estruturam a governamentalidade, organizando a vida social de modo a privilegiar determinados grupos e marginalizar outros. Nesse sentido, ao criminalizar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e associá-lo ao terrorismo, o discurso bolsonarista reforça uma lógica de exclusão, onde populações historicamente vulneráveis são alocadas na posição de ameaça à ordem social e econômica.

Essa construção discursiva se insere no que Foucault (2008) descreve como a racionalidade neoliberal do governo, na qual o Estado passa a atuar como facilitador do mercado e a deslegitimar intervenções regulatórias que protejam direitos coletivos. A proposta de desburocratização e flexibilização das normas ambientais não deve ser lida apenas como uma medida administrativa, mas como parte de uma estratégia maior de redefinição das formas de governar, na qual a regulação ambiental é interpretada como um entrave ao crescimento econômico e não como uma necessidade para a manutenção da vida.

As políticas dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) geraram uma ampla gama de descontentamentos. A reação do campo neoliberal às diretrizes neodesenvolvimentistas adotadas pelo PT culminou na formulação do documento *Uma Ponte*

*para o Futuro*, elaborado pelo PMDB, que serviu como base para mobilizar o apoio do setor econômico na articulação da destituição do governo Dilma Rousseff por meio de um processo jurídico-parlamentar. Esse documento expressa a negação do projeto neodesenvolvimentista e o compromisso de Michel Temer com a adoção de uma política de austeridade fiscal, resultando na Emenda Constitucional n.º 95/2016, que impôs um teto aos gastos públicos por um período de vinte anos.

O governo Bolsonaro intensificou essa agenda, promovendo um ataque ainda mais radical à legislação e aos mecanismos de fiscalização, especialmente no que se refere às políticas ambientais e sociais. Se o neodesenvolvimentismo pode ser entendido como uma estratégia de desenvolvimento viável dentro das limitações impostas pelo capitalismo neoliberal em economias periféricas, o governo Temer simbolizou um movimento de restauração da agenda neoliberal, promovendo uma guinada política em favor do mercado e da austeridade fiscal (BOITO JR., 2012). Desde 2016, com o governo de Michel Temer, já havia um desmonte progressivo da política ambiental, marcado por cortes no orçamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela redução do número de autuações ambientais. A agenda ruralista se fortaleceu ainda mais com a bancada do agronegócio no Congresso, que pressionava por alterações na legislação ambiental e fundiária, incluindo a flexibilização da fiscalização e a legalização da grilagem de terras públicas (NAYME NOVELLI, 2024).

A ascensão de Bolsonaro ao poder consolida a vitória de um neoliberalismo extremado, que aprofunda o desmonte das estruturas de regulação e proteção ambiental.

A gestão bolsonarista em termos institucionais manteve o Ministério do Meio Ambiente, esvaziando seu papel, onde passou a ser operacionalizado de forma articulada com o Ministério da Agricultura. A principal novidade foi a transferência do controle e da gestão das agências ambientais para nomes alinhados à bancada ruralista ou que compartilham dos mesmos interesses do agronegócio, dentre os quais se incluem agentes do aparato estatal repressivo. Essa nomeação de dirigentes alinhados à agenda ruralista para os órgãos ambientais federais explica o retrocesso legislativo e institucional na proteção do meio ambiente, pois fragiliza a autonomia dos órgãos responsáveis pela fiscalização e pela implementação de políticas ambientais (NAYME NOVELLI, 2024).

A governamentalidade neoliberal opera, assim, na produção de sujeitos que internalizam a lógica do mercado, e a retórica de Bolsonaro reforça essa estrutura ao construir a imagem do empresário rural como um agente produtivo sufocado pelo Estado, enquanto movimentos sociais são retratados como inimigos da nação (NAYME NOVELLI, 2024).

A gestão bolsonarista em relação ao meio ambiente e à reforma agrária deve ser compreendida como um mecanismo biopolítico de gestão populacional, em que a criminalização de determinados grupos legitima sua exclusão da esfera política e social (SOUZA, 2008).

### **B) Militares.**

Os militares são o grupo no qual o Bolsonaro se entende como pertencente devido a sua trajetória militar já destacada nesse trabalho. Por esse motivo, os militares são os atores a quem Bolsonaro deseja a aprovação de conduta e a quem confia como salvaguarda desta conduta.

A relação entre Jair Bolsonaro e os militares foi o principal pilar da estrutura de seu governo e de sua retórica política. Desde sua trajetória como deputado federal, Bolsonaro construiu uma identidade política fortemente vinculada às Forças Armadas, defendendo a ditadura militar (1964-1985) e exaltando valores como disciplina, hierarquia e patriotismo. Essa relação se consolidou durante seu mandato presidencial (2019-2022), quando milhares de militares passaram a ocupar cargos estratégicos na administração federal, influenciando diretamente políticas públicas e discursos governamentais (Palmeiras & Casarões, 2023).

Os grandes projetos voltados para a Amazônia durante a ditadura militar refletem uma visão anterior ao regime, mas que foi implementada com mais vigor nesse período. A ideia de que a Amazônia seria um espaço vazio que necessita de ocupação e desenvolvimento remonta ao início do século XX e está profundamente enraizada no imaginário das elites políticas brasileiras. Essa visão ganhou maior impulso a partir do governo de Getúlio Vargas, quando a noção de integração nacional foi incorporada ao pensamento geopolítico brasileiro. Durante grande parte do século XX, até a década de 1980, essa visão foi amplamente produzida por militares do Exército, consolidando-se nas Forças Armadas em alinhamento com as elites, incluindo as elites amazônicas (ANJOS, 2023).

Durante a sabatina realizada na Confederação Nacional Da Indústria (CNI) no dia 13 de Julho de 2018 (Quadro I, letra “b”), o então candidato Jair Bolsonaro fala incessantemente para industriais e grandes empresários sobre a questão de terras no Brasil.

Em 2018, Roraima enfrentou desafios significativos relacionados à crise migratória venezuelana e à dependência energética da Venezuela. Esses fatores atraíram a atenção de Jair Bolsonaro, que, durante sua campanha presidencial, abordou questões cruciais para o estado. Como, por exemplo, sugeriu a construção de um campo de refugiados no estado e destacou

que Roraima é o único estado do país que não está integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo dependente majoritariamente da importação de energia da Venezuela (UOL(a), 2018). Nesse viés Roraima se tornou uma verdadeira relíquia durante a campanha presidencial do então candidato, pela sua aptidão para a construção de uma usina hidrelétrica, assim como para o agronegócio e a mineração.

Durante sua fala o candidato repetiu algumas vezes que esse potencial para a indústria que o estado brasileiro possui estava sendo “inviabilizado” por “questão indigenista, a questão ambiental, a questão de direitos humanos” (CNI, 2018 6min28seg). Essa insistência em trazer essas questões como empecilhos para o progresso está atrelada ao ideário de soberania nacional presente no discurso analisado. A afirmação de Bolsonaro – “nós faremos valer a nossa soberania nacional” (CNI, 2018) – sugere uma concepção de soberania atrelada ao domínio territorial e à exploração econômica. Esse discurso se alinha à tradição militar brasileira, que historicamente vê a Amazônia e outras regiões remotas como espaços vulneráveis a influências externas, justificando sua ocupação e exploração como forma de garantir a integridade do Estado. (Santos, 2015)

Bolsonaro resgata essa retórica ao mencionar Roraima como um exemplo de como o Brasil estaria sendo “inviabilizado”, sugerindo que restrições ambientais e demarcações de terras indígenas estariam impedindo o crescimento econômico e, por consequência, enfraquecendo a soberania nacional. Esse discurso se alinha à doutrina geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG), que desde sua criação defende a ocupação econômica e estratégica da Amazônia como meio de fortalecer a presença do Estado brasileiro. A declaração também conecta a questão da soberania com o setor produtivo, sugerindo que as restrições ambientais e fundiárias impactam a cadeia de suprimentos da indústria nacional. Ao afirmar que o “homem do campo” é essencial para a cidade e para o fornecimento de matéria-prima, Bolsonaro reforça uma visão produtivista do desenvolvimento, na qual a exploração dos recursos naturais é vista como indispensável para o crescimento econômico. Esse discurso ressoa com a visão militar tradicional, que sempre defendeu o desenvolvimento econômico como parte da segurança nacional, conforme evidenciado nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) da ditadura militar (Pereira, 2021).

No livro “General Villas Bôas: conversa com o comandante” organizado por Celso Castro (2021), Villas Bôas deixa clara a visão militar sobre a Amazônia e o papel do exército na proteção da soberania nacional, que vai de acordo com as falas de Bolsonaro. Villas Bôas afirma que a estratégia de presença militar é fundamental para a organização territorial do Brasil, sugerindo que o Exército deve ser visto como um instrumento de consolidação do

Estado Nacional. Essa visão reflete a ideia de que as forças armadas têm um papel político essencial na gestão territorial, além de afirmar a necessidade de transformação das forças armadas para recuperar a coesão e o sentido de projeto nacional. O comandante enfatiza que as forças armadas devem ser vistas como encarnações dos valores cívicos e nacionais, promovendo a ideia de que a soberania e a integridade territorial do Brasil dependem de uma presença militar robusta e moralmente respeitada, essas ponderações ressoam como um eco das falas de Jair Bolsonaro (Castro, 2021). O ideário de soberania e defesa nacional foi utilizada também pelo Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ídolo de Bolsonaro citado durante o seu voto no processo de impeachment de Dilma Rousseff. Para o coronel o conceito de integridade territorial era utilizado para justificar a repressão durante a ditadura militar. A utilização da ideia de defesa do território nacional é colocada como uma justificativa para as ações repressivas contra inimigos internos, especialmente comunistas e outros opositores políticos (Blum, 2024).

A análise do discurso de Jair Bolsonaro para a Confederação Nacional da Indústria (CNI) revela como a retórica de soberania nacional durante sua campanha presidencial dialoga com uma tradição histórica de militarismo e de controle territorial no Brasil, especialmente na região da Amazônia. Bolsonaro invoca uma narrativa que remete às estratégias de ocupação e desenvolvimento defendidas durante o regime militar (1964-1985) e difundidas pela Escola Superior de Guerra (ESG). Essa retórica utiliza a ideia de que a soberania não é apenas um conceito jurídico, mas uma prática política que se consolida por meio da presença militar e da ação do Estado em territórios estratégicos. O modelo defendido por Bolsonaro é anterior ao bolsonarismo, Villa Bôas durante a entrevista concedida a Castro (2021) traz essa relação dos militares com a Amazônia e a soberania Nacional. Segundo o General, o desenvolvimento da região só se concretizou por meio de intervenções centralizadoras e autoritárias – inicialmente, com as reformas promovidas por Marquês de Pombal e, posteriormente, durante a ditadura militar – quando o Estado assumiu o papel de articular planos estruturados para a integração e o desenvolvimento territorial. Essa perspectiva justifica, no discurso bolsonarista, a defesa de uma nova intervenção estatal que priorize o modelo de desenvolvimento militar e centralizado, em detrimento de políticas plurissetoriais e de uma governança sustentável que respeite os direitos ambientais e dos povos indígenas.

A análise foucaultiana do poder e da governamentalidade pode contribuir para a compreensão dessa narrativa, na medida em que revela como o Estado moderno organiza e disciplina a população por meio de práticas de controle e exclusão (Foucault, 2008). Durante



a entrevista Villas Bôas afirma que “o progresso precisa chegar à Amazônia” (Castro, 2021. p. 124) essa imagem de progresso justifica uma intervenção autoritária, que se apoia na experiência histórica de desenvolvimento militarizado – experiência essa que, para o General, foi a única capaz de transformar a região. Assim, o discurso de Bolsonaro, ao ecoar essa ideia, procura deslocar a atual conjuntura de abandono e falta de políticas integradas, sugerindo que a única alternativa viável seria a retomada de um modelo de desenvolvimento pautado na centralização estatal e no intervencionismo militar, desconsiderando as demandas por uma política ambiental e de direitos sociais mais abrangentes e inclusivos.

No trecho do discurso da letra “e” (Quadro I) Jair Bolsonaro mais uma vez utiliza da retórica que busca reforçar a soberania nacional e legitimar uma visão conspiratória em torno do Acordo de Paris, articulando essa narrativa com elementos presentes na ideologia militar e na afinidade com o trumpismo. No contexto brasileiro o Acordo de Paris introduziu as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs<sup>6</sup>), nas quais cada país estabelece suas metas de redução de emissões (WRI, 2022). A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC<sup>7</sup>), instituída pela Lei nº 12.187 de 2009, estabelece diretrizes para que o Brasil enfrente os desafios impostos pelas mudanças climáticas, promovendo a redução das emissões de gases de efeito estufa e incentivando o desenvolvimento sustentável. A PNMC alinha-se aos compromissos internacionais assumidos pelo país, especialmente no contexto do Acordo de Paris, firmado em 2015, que visa limitar o aumento da temperatura global a bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, com esforços para restringi-lo a 1,5°C. A PNMC serve como base para a formulação e implementação das NDCs brasileiras, orientando políticas e ações que buscam mitigar os efeitos das mudanças climáticas e adaptar o país a seus impactos.

Nesse trecho, Bolsonaro questiona a validade do Acordo de Paris, insinuando que uma suposta “questão do triplo A” – referindo-se a uma área continental de 136 milhões de hectares que se estenderia dos Andes até o Atlântico – seria deliberadamente apresentada de forma distorcida pela imprensa. Ao afirmar que a retirada de Donald Trump do Acordo de Paris ocorreu em função dos interesses nacionais dos Estados Unidos, o ex-presidente conecta a política externa dos EUA com a defesa da soberania, sugerindo que medidas de preservação ambiental de escala global não correspondem à realidade dos interesses nacionais.

---

<sup>6</sup> NDCs são as Contribuições Nacionalmente Determinadas, que são planos climáticos nacionais. Elas são um componente central do Acordo de Paris.

<sup>7</sup> A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) - Lei nº 12.187 de 2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm)

Do ponto de vista do discurso, essa estratégia se alinha à perspectiva de que a mídia e os “sistemas políticos” globais, assim como os próprios ativistas ambientais, estariam promovendo um “alarmismo climático” que serve de pretexto para impor restrições e, possivelmente, interferir na soberania dos países. Essa narrativa, que se vale de elementos conspiratórios ao atribuir ao “desconhecimento” da imprensa a incapacidade de acessar a “verdade” sobre a existência de uma vasta área natural, reforça uma lógica de divisão entre os “nós”, que defendem os interesses soberanos e militares, e os “eles”, que tentam impor, o que a extrema-direita denomina de “uma agenda globalista”. Pena (2019) mostra como o conceito de “globalismo” foi instrumentalizado pelo governo de Jair Bolsonaro, especialmente na sua política externa, na relação com o trumpismo e na recusa ao Acordo de Paris. O termo, segundo a autora, não possui um significado preciso, mas foi apropriado pela nova extrema-direita como um instrumento discursivo para se opor à globalização e ao multilateralismo, associando-os a uma ameaça à soberania nacional (PENA, 2019).

No âmbito da política externa brasileira, a retórica do globalismo serviu para justificar o afastamento de políticas ambientais e de direitos humanos antes defendidas pelo Brasil. Ernesto Araújo, então Ministro das Relações Exteriores, adotou o termo para classificar a globalização como um sistema de dominação ideológico, conduzido pelo que chamou de “marxismo cultural” (GRAGNANI, 2019). O conceito de globalismo também foi utilizado como ferramenta política para a construção de um inimigo interno e externo. No plano doméstico, a retórica bolsonarista deslegitimou a atuação de ONGs, movimentos sociais e acadêmicos, associando-os a interesses estrangeiros que supostamente conspiravam contra o Brasil (GRAGNANI, 2019). Isso contribuiu para a ruptura com uma tradição diplomática que valorizava o multilateralismo e a cooperação internacional, resultando em atritos com parceiros comerciais e instituições internacionais.

A recusa ao Acordo de Paris é um dos reflexos dessa visão conspiratória. Bolsonaro e Araújo afirmavam que o tratado fazia parte de um suposto complô internacional para comprometer a soberania brasileira sobre a Amazônia (Pena, 2019). Esse discurso ecoa as narrativas do trumpismo, que rejeitou o Acordo de Paris sob a justificativa de que ele impunha restrições ao crescimento econômico dos Estados Unidos (Hennigan, 2018). Assim, a política ambiental do governo Bolsonaro seguiu um modelo alinhado ao de Donald Trump, baseado em um discurso que nega a relação entre o desmatamento e a mudança do clima.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, a política para a Amazônia buscou dismantlar políticas públicas criadas na Nova República. Após a ditadura, especialmente no governo Sarney, o Brasil passou a adotar políticas ambientais em resposta às pressões internacionais

sobre o desmatamento. Esses esforços se intensificaram durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e do Partido dos Trabalhadores. No entanto, um retrocesso significativo ocorreu a partir do governo Temer, agravado no governo Bolsonaro (Anjos, 2023). A administração bolsonarista resgata a imagem dos militares como “novos bandeirantes”, ou seja, como agentes de desbravamento e controle que asseguram a exploração dos recursos naturais e a integridade do território. Historicamente, os militares brasileiros enxergam a Amazônia como um território estratégico para a soberania nacional. Durante o governo Bolsonaro, esse grupo reforçou a narrativa de que a região deveria ser ocupada para evitar sua “internacionalização”, ampliando sua presença institucional em órgãos ambientais e indígenas, como o ICMBio e a Funai (Palmeira, 2022). Desde a ditadura militar, a floresta é tratada como uma área vulnerável a interesses externos, e essa percepção foi resgatada por Bolsonaro para justificar a ampliação da presença militar e a flexibilização das regulamentações ambientais sob o pretexto de garantir o desenvolvimento e a segurança nacional.

Segundo Foucault (1971), a “ordem do discurso” refere-se às regras e normas que definem o que é aceitável ou não dentro de um determinado contexto discursivo. No caso do discurso de Bolsonaro, a questão da soberania nacional é central. Ele articula uma narrativa em que o Acordo de Paris, um tratado internacional destinado a combater as mudanças climáticas, é apresentado como uma ameaça à autonomia do Brasil sobre seu próprio território. Foucault nos ajuda a entender que essa construção discursiva não é neutra, ela está inserida em uma estrutura de poder que busca redefinir as prioridades do Estado. Bolsonaro, ao afirmar que “são 136 milhões de hectares que perdemos ingerência sobre eles” (PSL, 2018), está invocando um conceito de soberania que é contrário à ideia de cooperação internacional para a proteção ambiental. Ele sugere que os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris comprometem o controle sobre vastas áreas do território nacional, o que pode ressoar com um público que valoriza a independência e a autoridade do Estado sobre questões internas. Essa estrutura ideológica discursiva favorece um dos elementos-chaves para eleição de Bolsonaro, o ideário do patriota, de defesa da soberania contra os inimigos internos e externos e a valorização do território nacional.

## **b) O que ele nega?**

Bolsonaro questiona a legitimidade do Acordo de Paris, um tratado internacional adotado em 2015 no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do

Clima (UNFCCC). O acordo tem como objetivo principal limitar o aumento da temperatura global a menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais, além de promover ações para mitigar os impactos das mudanças climáticas (United Nations, 2015). O Brasil foi signatário do tratado e assumiu compromissos como reduzir emissões de gases de efeito estufa e combater o desmatamento na Amazônia.

Ao citar a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris durante o governo de Donald Trump (2017-2021), Bolsonaro sugere que a retirada foi motivada por interesses nacionais legítimos, insinuando que a permanência do Brasil no acordo poderia contrariar seus interesses estratégicos. Essa retórica reforça a visão negacionista de que políticas ambientais internacionais seriam uma forma de interferência externa sobre a soberania nacional (Viola; Franchini, 2018).

O discurso também nega a existência do projeto *Corredor Triplo A*, uma proposta de conectividade ecológica defendida por ambientalistas e cientistas como forma de proteção de ecossistemas críticos que se estendem desde os Andes, passando pela Amazônia, até o Atlântico. A iniciativa foi originalmente proposta pelo ambientalista colombiano Martín von Hildebrand e ganhou atenção em conferências internacionais sobre meio ambiente (Ortiz, 2017).

Embora o “Corredor Triplo A” nunca tenha sido formalmente incluído no Acordo de Paris ou transformado em uma política oficial por governos internacionais, Bolsonaro argumenta que há um plano oculto para a criação de uma grande reserva ambiental que retiraria a soberania do Brasil sobre essa área. Essa retórica se alinha a discursos conspiratórios já utilizados por setores militares e nacionalistas no Brasil, que frequentemente acusam organismos internacionais de tentarem “internacionalizar” a Amazônia (Cunha, 2020).

Essa linha discursiva utilizada por Bolsonaro confirma a retórica soberanista e negacionista amplamente utilizada durante seu governo, que via a política ambiental internacional como uma ameaça à autonomia do país. O governo Bolsonaro resgatou e intensificou o protagonismo das Forças Armadas na gestão ambiental e territorial, promovendo uma narrativa de que a presença militar e a exploração econômica seriam essenciais para a proteção da região. Esse discurso, baseado na lógica da segurança e do desenvolvimento, justificou a militarização de órgãos civis e fortaleceu o pensamento militar tradicional da ESG.

### **3.1.2. Para quem ele nega?**

#### **A) Povos indígenas e Organizações não Governamentais**

A referência aos povos indígenas e as organizações não governamentais (ONGs) está presente em todos os discursos, proferidos por Bolsonaro, utilizados nessa pesquisa, em especial os presentes na letra “d” e “f” (Quadro I). A presença desses atores se percebe através das referências utilizadas por Bolsonaro para justificar as medidas que seriam adotadas no seu governo, no que tange as políticas públicas de terras no Brasil que incluem a reforma agrária e o acesso à terra e as políticas ambientais. Os povos originários aparecem como entraves, em todos os trechos estudados, para a realização das mudanças necessárias, segundo Bolsonaro, para o desenvolvimento e progresso do Brasil. Antes de assumir a presidência, a postura de Jair Bolsonaro em relação aos povos indígenas já se evidenciava em diversos discursos e declarações públicas, refletindo uma forma de pensar e agir que deslegitimava as demandas desses grupos.

No trecho “d” e “f” (Quadro I) retirado do discurso feito durante a Convenção Nacional eleitoral do Partido Social Liberal (PSL) e da entrevista concedida para o Brasil Urgente (2018), respectivamente, no primeiro momento Bolsonaro foi apresentado oficialmente como candidato a presidência da república em 2018 e no segundo o candidato concedeu a entrevista de dentro da UTI no hospital Albert Einstein, onde se recuperava do atentado sofrido que o retirou dos debates, segundo o próprio candidato. Em ambas as oportunidades Bolsonaro têm como foco as riquezas naturais brasileiras não exploradas, como ele defende que deveria ser, pelo agronegócio, pelas mineradoras e defendendo a não demarcação de terras indígenas. Ao enaltecer as riquezas naturais dos territórios, sempre com o viés exploratório e nunca levantando a temática de proteção ambiental, revela uma perspectiva de apropriação dos recursos territoriais, ignorando – ou minimizando – as questões relativas aos direitos dos povos originários. Ao exaltar a qualidade das terras agricultáveis e a abundância de minerais como grafite, magnetita e nióbio, Bolsonaro constrói um discurso que enfatiza o potencial econômico do território brasileiro, alinhando-o aos interesses do agronegócio e da exploração mineral. Essa abordagem evidencia uma continuidade com a visão que historicamente desconsiderou as reivindicações dos povos indígenas sobre suas terras ancestrais, ao tratar o território primariamente como fonte de riqueza a ser explorada (PSL, 2018). Da mesma forma, ao falar novamente de Roraima,

estado que já foi citado na presente pesquisa, que devido a sua conjuntura política e natural se tornou de extrema importância para as pretensões administrativas bolsonaristas, o então candidato destaca sempre que o grande empecilho para a alavancada econômica do país é a proteção ambiental e os direitos dos povos originários.

No trecho da letra “d” (Quadro I), o pronunciamento menciona a presença de índios do Paraguai e a existência de uma "pequena reserva" que está em processo de ampliação. Embora a referência a reservas pareça sugerir um reconhecimento de certos direitos territoriais, a forma como é apresentada – como um dado que coexistiria com a exploração intensiva dos recursos naturais – indica que, na visão do ex-presidente, o imperativo do "progresso" e da exploração econômica prevalece sobre a proteção integral dos direitos dos povos originários. Essa perspectiva se insere, no sentido de soberania que prioriza a integração e o aproveitamento dos recursos naturais sem necessariamente assegurar o respeito aos direitos e à autodeterminação dos povos indígenas, os quais historicamente têm sido marginalizados no debate sobre a utilização do território nacional (Navarro, 2019).

Tanto na letra “d” quanto na letra “f” (Quadro I) Bolsonaro tende a construir uma imagem de um Brasil soberano e abundante, mas que necessita ser “retomado” para que suas potenciais riquezas sejam exploradas devidamente, o que mostra a influência do pensamento militar no discurso do candidato. A presença constante do pensamento militar nesses discursos pode ser entendida como algo que tende a ser repetido historicamente pelas forças armadas. Ao analisar trecho da entrevista de Castro (2021) com Villas Bôas, onde ele fala sobre a instalação do Pelotão Especial de Fronteira de Uiramutã pelo Exército, na região do Lavrado, que posteriormente se tornaria a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. O general afirma que a reserva gerou uma campanha internacional alegando que a presença militar contaminaria a cultura indígena, ideia que segundo o mesmo foi amplamente divulgada, incluindo um artigo no Washington Post (Castro, 2021. p. 116).

Segundo Villas Bôas a demarcação foi feita sob o critério de área contínua, ignorando evidências e posições locais defendidas pelo exército que, apesar de ser a instituição mais familiarizada com a realidade da região, não foi consultado durante o processo. Essa situação causou frustração, principalmente ao verificar que o esforço para esclarecer a realidade foi desconsiderado. De acordo com o general, o Exército já possuía pelotões na área e conhecia profundamente as comunidades indígenas, fornecia apoio logístico às autoridades que visitavam a região, mas sentia-se impotente diante da manipulação midiática e governamental. Para o militar a demarcação resultou em sérias consequências humanitárias, comparáveis a grandes tragédias históricas, como os pogroms de Stalin, e a consequência desta expulsão foi

privar os indígenas de suas fontes de sustento, levando-os, junto com os fazendeiros, à pobreza nas periferias de Boa Vista. (Castro, 2021. p. 117). Entre os militares, persiste o argumento de que os Yanomami representam uma ameaça à soberania nacional por se identificarem como uma "nação". Esse argumento é usado contra a demarcação de terras indígenas, como nos casos da Terra Indígena Yanomami, demarcada em 1992, e da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, homologada em 2005. Figuras como, o também general Augusto Heleno, se opuseram publicamente à demarcação contínua dessas terras, alegando que criariam enclaves étnicos e ameaçariam a soberania nacional. Esses debates revelam a persistência da visão militar sobre a Amazônia e sua influência no governo Bolsonaro (ANJOS, 2023). A construção da fala do General vai de acordo com todo o discurso construído por Bolsonaro onde os militares aparecem como conhecedores da região amazônica e defensores dos povos da floresta e da soberania nacional contra os inimigos comuns, no caso dessa parte da entrevista o inimigo era a imprensa internacional e a consequência se tornaria algo parecido com o que ocorreu na União Soviética ao citar Stalin.

Outro inimigo comum amplamente citado por Bolsonaro na pesquisa feita para esse trabalho são as ONGs, elas aparecem como inimigos implícitos que protegem o meio ambiente e os direitos dos povos originários. Na letra “g” (Quadro I), ao falar que - “não pode ter esse ativismo xiita ambiental no Brasil” (BAND JORNALISMO, 2018) - o candidato estava falando sobre a atividade das ONGs de proteção ambiental e dos direitos indígenas. Essa mesma lógica foi proferida por Villas Bôas ao ser questionado sobre a Amazônia. Nesse caso ele coloca o movimento de proteção ambiental como algo instaurado pela propagação frequente e intencional de desinformação. Onde o "filtro" de informações distorce a realidade, impedindo que ela chegue de forma clara aos centros econômicos, culturais e políticos, dificultando uma postura adequada por parte da população esclarecida e das instâncias decisórias. A grande imprensa, outro inimigo comum, a Rede Globo, desempenha um papel significativo nesse contexto. Alguns setores jornalísticos, na visão do entrevistado são influenciados por uma visão politicamente correta, o que resulta em uma cobertura desconectada da realidade. O jornalismo investigativo, por exemplo, aparece como incapaz ou desinteressado em desvendar as forças que sustentam esse esquema global (hoje dito como “globalismo”). Para Villas Bôas um jornalismo sério, revelaria formas contemporâneas de imperialismo, impulsionadas por grandes corporações, capital internacional, organismos globais e ONGs. Por esse motivo, para o general, essa situação perdura devido às diversas vulnerabilidades presentes no Brasil, que permitem que narrativas externas se imponham e posicionem o país numa constante postura defensiva (Castro, 2021. p. 122). Em relação à

pressão das ONGs ambientalistas brasileiras e internacionais, o general Villas Bôas usou como exemplo a decisão do presidente Temer, em agosto de 2017, de extinguir a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca). Ele destacou que a medida, na prática, já não fazia sentido, uma vez que a área estava dominada por garimpos clandestinos, posseiros e outras atividades ilegais. O objetivo do governo era apenas regulamentar a reserva, sem permitir a exploração da área. No entanto, a decisão gerou uma forte campanha internacional, principalmente originada por movimentos ambientalistas internos, o que resultou na revogação da medida meses depois (Castro, 2021. p. 126). Tais narrativas têm uma capacidade significativa de estigmatizar ideias e indivíduos que se opõem a elas.

Na entrevista concedida para Castro (2021) o general cita o tratamento dispensado pela imprensa, ao então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, definido por ele como “destacado”, “eficiente” e “corajoso”, como uma forma de resistência, já que Salles tenta desmontar as ONGs, que para o governo se configuraram como uma estrutura aparelhada, ineficiente e corrompida, capaz de criar um ambiente favorável à dissipação de recursos financeiros sem gerar os efeitos pretendidos (Castro, 2021. p. 123). Para Villas Bôas, Bolsonaro fez a escolha acertada ao delegar a responsabilidade do Fundo Amazônia ao general Mourão, um profundo conhecedor da região. A decisão, segundo ele, demonstra a confiança do governo em uma liderança experiente e familiarizada com os desafios e peculiaridades da Amazônia. No entanto, a atuação do governo na região, ainda incipiente, segundo o general, gerou críticas e comparações com posicionamentos de líderes internacionais, como o presidente francês Macron. Essas críticas, que para Villas Bôas, remontam a décadas de intervenções de figuras como Al Gore, François Mitterrand e Mikhail Gorbachev, refletem uma postura externa que desconsidera as realidades e os esforços internos do Brasil na proteção de seus biomas. Essa visão reforça que para as Forças Armadas que a gestão da Amazônia deve ser conduzida de acordo com os parâmetros e interesses do Brasil, sem a imposição de condicionalidades externas (Castro, 2021. p. 125). Durante a gestão bolsonarista, houve a reafirmação de uma visão militar sobre a Amazônia que considera as organizações não governamentais (ONGs) como instrumentos das grandes potências estrangeiras. A visão dos militares sobre os líderes ambientalistas, como Chico Mendes, é marcada por uma crítica à forma como esses indivíduos são mitificados por narrativas externas. Durante a entrevista, Villas Bôas, afirma que a construção do mito de Chico Mendes e sua imagem de herói e mártir é resultado de um aparato que possui grande capacidade de criar e sustentar arquétipos, muitas vezes impulsionados por interesses internacionais. Ele cita a jornalista canadense Elaine Dewar, que publicou um livro chamado



“Uma Demão de Verde”, publicado em 2007, onde, segundo ele, a autora expõe essas dinâmicas, destacando como esquemas internacionais de narrativa contribuem para a criação de figuras imortais, protegidas por uma aura de moralidade incontestável. Para os militares, as vulnerabilidades do Brasil, nesse contexto, se devem à dificuldade de fazer valer os próprios relatos e à negligência histórica acumulada ao longo dos anos (Castro, 2021. p. 123).

Segundo essa lógica, as ONGs de proteção ambiental, ao defenderem a demarcação de terras indígenas, teriam como objetivo preservar o território para exploração futura por outros países, negando ao Brasil o direito de aproveitar suas riquezas naturais. Essa visão está enraizada na ideia de que proteger a floresta é um obstáculo ao desenvolvimento nacional. Também é comum o argumento de que o Norte global destruiu suas florestas e por esse motivo exige que os países do Sul global protejam as suas com o argumento de salvar a humanidade, como se a conservação ambiental fosse um fator limitante ao progresso do país. O slogan "integrar para não entregar" reflete a crença de que há uma cobiça internacional sobre a Amazônia por parte de países desenvolvidos. Embora os "vilões" dessa narrativa tenham variado ao longo do tempo – dos Estados Unidos no início dos anos 2000 para países europeus e a China no governo Bolsonaro – a lógica subjacente permanece a mesma: a necessidade de desenvolvimento econômico e integração da região ao restante do país. Essa visão também carrega um estigma sobre os povos indígenas, vistos como obstáculos à proteção da Amazônia por preservarem suas culturas e modos de vida. Essa perspectiva ignora a ocupação milenar da Amazônia pelos povos indígenas, que têm uma relação sustentável com a floresta (Anjos, 2023).

Um exemplo recente que ilustra claramente esse pensamento militar é o documento - Projeto de Nação – o Brasil em 2035 - publicado pelos institutos General Villas Bôas e Sagres em fevereiro de 2022. No trecho dedicado à Amazônia, inserido na seção de defesa nacional, estão cristalizadas as ideias que sustentam a visão militar sobre a região. O documento, produzido durante o governo Bolsonaro, foi baseado em questionários enviados a unidades militares, revelando o pensamento predominante entre os militares dessa geração (IGVB et. al., 2022).

A construção desse pensamento se aproxima das estratégias discursivas que, como apontado por Foucault (2008), produzem verdades que legitimam a exclusão de grupos considerados como obstáculos ao desenvolvimento econômico. Para Weber (1999) ao falar sobre responsabilidade ética, cabe aos líderes políticos que aquele que age de modo ético por responsabilidade, tenha que agir simultaneamente com dever, o que o autor define como dedicação apaixonada a uma causa supra-pessoal, e com conhecimento da realidade na qual a

atitude ética deverá objetivar-se (SOUZA, 1994). Uma responsabilidade dupla, portanto, pela consideração adicional dos efeitos. Líderes políticos devem agir de modo consciente sobre a realidade, e sobre as consequências de seus discursos e das ações que promovem. A ética da responsabilidade é uma teoria ética de Max Weber que orienta as decisões a partir dos resultados que as ações podem causar (Weber, 1999). Nesse caso, em direção contrária à qualquer ética da responsabilidade, os povos originários, detentores de direitos históricos sobre a terra, são tratados por Bolsonaro como elementos secundários na equação do “progresso”, sendo o foco direcionado à exploração e à expansão econômica. Essa perspectiva contrasta com os preceitos do direito internacional e brasileiro que garantem a proteção das terras indígenas (Brasil, 1988).

Na letra “e” (Quadro I) Bolsonaro também rejeita a necessidade de demarcação de terras indígenas e áreas de preservação ambiental, ao afirmar que “nós sabemos que não é essa a verdade” sobre a suposta criação de uma grande reserva ambiental. Essa negação contraria dispositivos da Constituição Federal de 1988, que garantem os direitos dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais, e leis como o Estatuto do Índio<sup>8</sup> (Lei nº 6.001/1973), que estabelece critérios para a proteção dessas populações (BRASIL, 1988).

Além disso, o Brasil é signatário da Convenção 169<sup>9</sup> da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece que povos indígenas devem ser consultados antes de qualquer decisão que afete seus territórios (OIT, 1989). O discurso de Bolsonaro ignora esses compromissos e reforça uma visão de que a proteção ambiental e indígena seria um obstáculo ao desenvolvimento nacional.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa um marco histórico na garantia dos direitos dos povos originários e na proteção do meio ambiente. No que diz respeito à proteção das terras indígenas, o texto constitucional dispõe no artigo 231 que:

“são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Brasil, 1988).

Esse dispositivo reconhece não só a existência de um direito histórico e cultural dos povos indígenas sobre seus territórios, mas também impõe ao Estado o dever de assegurar a

---

<sup>8</sup> BRASIL. *Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16001.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm)

<sup>9</sup> OIT. *Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais*. Organização Internacional do Trabalho, 1989. Disponível em: <https://portal.antt.gov.br/conven%C3%A7ao-n-169-da-oit-povos-indigenas-e-tribais>

demarcação, proteção e respeito a esses espaços, fundamentais para a manutenção de suas identidades e modos de vida.

O artigo 225 do texto constitucional estabelece que:

“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Esse artigo não só orienta a formulação de políticas públicas para a conservação ambiental, como também reforça a proteção das terras e dos ecossistemas que sustentam a vida, constituindo um suporte vital para a sobrevivência e o bem-estar dos povos originários. Assim, os direitos ambientais previstos na Constituição se articulam diretamente com os direitos dos povos indígenas, uma vez que a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade é indispensável para a manutenção dos modos de vida tradicionais, que dependem do uso sustentável das terras ancestrais.

A integração desses dispositivos constitucionais evidencia a compreensão de que a proteção ambiental e a defesa dos direitos dos povos originários caminham juntas. Ao assegurar que os territórios indígenas sejam demarcados e protegidos, a Constituição não só reconhece a importância cultural e histórica desses povos, mas também garante a sustentabilidade dos ecossistemas, reforçando o compromisso do Estado com a preservação da diversidade ambiental e com a justiça social. O discurso de Bolsonaro não apenas ignora essas garantias legais, mas também reconfigura a percepção pública dessas terras, de modo a apresentá-las como subutilizadas ou como um obstáculo ao progresso, onde promove uma "despolitização" das reivindicações indígenas, tornando-as secundárias e alienadas dos direitos assegurados pela Constituição de 1988.

Bolsonaro ao afirmar repetidas vezes que os direitos dos povos originários e o trabalho realizado pelas ONGs eram os responsáveis pelo atraso desenvolvimentista vivido pelo Brasil, em especial desde o governo do PT, ignora os impactos sociais e culturais que essa narrativa trouxe para a sua política. As consequências políticas do discurso envolvem a mobilização de apoio ou oposição, a legitimação de políticas públicas e a definição de agendas políticas. Um discurso que enfatiza segurança, por exemplo, pode justificar medidas autoritárias e repressivas, enquanto a omissão de temas como direitos humanos pode marginalizar grupos vulneráveis e silenciar críticas.

Para Weber (1919), o discurso político pode criar um mundo de possibilidades para certas ações e políticas, enquanto restringe outras. O que é deixado de fora do discurso é tão significativo quanto o que é incluído, pois define os limites do debate público e da ação política. A escolha de abordar ou omitir determinados temas em discursos políticos tem implicações significativas. O que é dito pode legitimar certas práticas e políticas, enquanto o que não é dito pode contribuir para a invisibilidade de questões importantes. Por exemplo, ao não mencionar direitos humanos, direitos dos povos indígenas e proteção ambiental, um líder político pode estar reforçando a manutenção do status quo, ignorando deliberadamente uma questão que requer intervenção. Weber (1919) destaca que o discurso político tem um caráter performativo, ou seja, ele não apenas descreve a realidade, mas contribui para sua construção.

O discurso bolsonarista, evidencia uma postura mais alinhada à ética da convicção, na qual os fins são usados para justificar os meios, sem a devida consideração das consequências para os grupos vulneráveis. Dessa forma, a crítica que se pode fazer com base na ética da responsabilidade de Weber (1919) é que, ao negligenciar a avaliação dos efeitos de suas políticas sobre os povos indígenas, o governo não assume a responsabilidade moral pelo impacto de suas ações, contrariando o princípio weberiano de governar com a consciência plena das implicações éticas e sociais.

Os efeitos desse discurso repetido por Bolsonaro contra os povos indígenas e as ONGs se tornaram ações concretas, como o ocorrido durante os períodos mais críticos da pandemia de Covid-19, contra o povo Yanomami em Roraima, foi quando o governo Bolsonaro evidenciou seu desdém pelos povos originários, demonstrando uma clara negação científica ao enviar remessas de cloroquina para terras indígenas e dificultar o acesso às vacinas quando estas passaram a estar disponíveis (Brasil de Fato, 2023). Diante dos novos episódios de crise humanitária que afligiram os Yanomami, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) protocolou uma petição no Supremo Tribunal Federal (STF) requerendo a proteção dos povos indígenas da região. Na ação, a APIB denunciou a conivência do governo federal com crimes praticados em territórios indígenas, acusando o governo de instigar uma nova onda migratória de garimpeiros para áreas de extração mineral. A entidade ressalta que o governo federal vem reiteradamente descumprindo duas decisões do STF, que determinavam a expulsão de garimpeiros de terras indígenas durante a pandemia (Brasil de Fato, 2022).

Em maio de 2021, Bolsonaro realizou uma visita à Terra Indígena Yanomami, que, além da presença de garimpeiros ilegais, já havia registrado sete mortes de bebês devido à Covid-19. Os principais responsáveis pela propagação do vírus eram os próprios mineradores

ilegais, cuja presença na região é amplamente condenada por diversas organizações indígenas locais e regionais (Brasil de Fato, 2022).

Quando Bruno Pereira, indigenista engajado na defesa dos direitos dos povos indígenas, foi assassinado em 2022 juntamente com o jornalista britânico Dom Phillips, evidenciou-se a vulnerabilidade dos defensores das causas indígenas no Brasil, grupo tão perseguido nos discursos de Bolsonaro ao longo da sua campanha e durante sua gestão. Bruno Pereira havia sido afastado da Funai em 2019, em decorrência de suas ações vigorosas no combate ao garimpo ilegal em terras Yanomami, medida que refletia a resistência institucional aos esforços de proteção dos territórios indígenas. Mesmo após seu desligamento, ele continuou atuando na defesa dos direitos dos povos originários, desafiando a lógica dos interesses ligados à extração mineral irregular. O trágico desfecho de sua vida, resultante da ação de grupos vinculados à mineração ilegal, não apenas ilustra a violência direcionada aos ativistas ambientais, mas também expõe a fragilidade das políticas de proteção aos direitos indígenas e a urgência de medidas de segurança para esses defensores (Brasil de Fato, 2023).

#### **a) O que ele nega?**

Os desdobramentos das políticas e discursos de Jair Bolsonaro em relação aos povos indígenas e às ONGs transcenderam o campo teórico e se materializaram em ações concretas que agravaram a vulnerabilidade dessas comunidades durante o seu mandato. Desde o período pré-eleitoral, a questão indígena tem sido uma pauta constante para o presidente Jair Bolsonaro. Adotando uma postura agressiva em relação aos povos indígenas e seus direitos, especialmente no que tange às suas terras, Bolsonaro conquistou amplo apoio de setores político-econômicos ligados ao agronegócio, mineração e infraestrutura. Sentindo-se respaldado pelo resultado das urnas, o presidente, em menos de 24 horas após sua posse, iniciou investidas contra os povos originários e seus direitos por meio da Medida Provisória 870/2019 e diversos decretos.

No início de seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro tentou transferir a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, liderado pela pastora evangélica Damares Alves, através da Medida

Provisória (MP) 870/19<sup>10</sup> e do Decreto 9673/19<sup>11</sup>. Damares foi acusada por indígenas Kamayurá de retirar irregularmente uma criança da aldeia, alegando que a menina, Kajutiti Lulu Kamayurá, foi levada para tratamento dentário e nunca retornou (CONGRESSO EM FOCO, 2019). Após protestos e mobilizações de povos indígenas e seus apoiadores, a medida de transferência da FUNAI foi revertida (UOL(b), 2018).

Em 1º de janeiro de 2019, o agora presidente Jair Bolsonaro transferiu a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sob a liderança da ministra Tereza Cristina (MP 870/19 e Decreto 9667/19<sup>12</sup>). Essa medida gerou preocupações entre organizações indígenas e indigenistas, que a interpretaram como um conflito de interesses, considerando a histórica oposição de setores do agronegócio às demarcações (RUBENS, 2019). Além disso, o governo propôs mudanças significativas no sistema de saúde indígena, incluindo a municipalização dos serviços, o que foi percebido por lideranças indígenas como uma ameaça à autonomia e à qualidade do atendimento especializado. Após intensas mobilizações e protestos de povos indígenas e seus apoiadores, algumas dessas medidas foram revistas, como, por exemplo, o STF manteve suspensa a validade do trecho da medida provisória do presidente Jair Bolsonaro que transferiu para o Ministério da Agricultura a demarcação de terras indígenas (D'AGOSTINI et. al., 2019).

Ainda em 2019, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto Xavier, exonerou o indigenista Bruno Pereira da coordenação-geral de Índios Isolados e de Recente Contato, após este liderar uma operação contra o garimpo ilegal no Vale do Javari. Para o seu lugar, foi nomeado, em fevereiro de 2020, Ricardo Lopes Dias, um missionário evangélico que atuou por dez anos na evangelização de indígenas na Amazônia, gerando controvérsias devido ao histórico de contatos forçados com povos isolados (FALCÃO, 2020). A nomeação de Lopes Dias foi questionada judicialmente pelo Ministério Público Federal, que alegou risco de tentativas de contato com indígenas isolados. Em maio de 2020, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu sua nomeação, mas a decisão foi revertida em junho pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ, 2020). Após intensa

---

<sup>10</sup> Medida provisória 870 de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. - [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870.htm)

<sup>11</sup> Decreto Presidencial 9673 de 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9673-2-janeiro-2019-787580-publicacaooriginal-157175-pe.html>

<sup>12</sup> Decreto presidencial 9667 de 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm)

mobilização nacional e internacional, Ricardo Lopes Dias foi exonerado do cargo em novembro de 2020 (ESTADÃO, 2020).

O grande projeto de conversão dos interesses indígenas para interesses do agronegócio e da mineração foi a tese do Marco temporal defendida pelo governo Bolsonaro, promoveu projetos de lei que ameaçam os direitos indígenas. Os Projetos de Lei PL 490/2007<sup>13</sup> e PL 191/2020<sup>14</sup> representam retrocessos enormes aos direitos dos povos indígenas no Brasil. O PL 490/2007 propõe alterações no processo de demarcação de terras indígenas, estabelecendo o chamado "marco temporal", que restringe o reconhecimento de territórios apenas àqueles ocupados pelos indígenas na data da promulgação da Constituição de 1988. Essa medida desconsidera os históricos processos de expulsão e violência que muitos povos sofreram, inviabilizando a regularização de diversas terras tradicionalmente ocupadas. Já o PL 191/2020 visa regulamentar a exploração de recursos minerais, hídricos e hidrocarbonetos em terras indígenas, abrindo caminho para atividades como mineração, construção de hidrelétricas e agronegócio, mesmo em áreas ocupadas por povos isolados. Ambos os projetos são fortemente criticados por organizações indígenas e ambientais, que denunciam a violação de direitos constitucionais e os riscos socioambientais associados a essas propostas.

A remoção de povos indígenas de terras já regularizadas ou em processo de regularização, bem como a exploração dessas áreas por não indígenas, figuraram entre os principais objetivos de setores econômicos vinculados ao agronegócio, à mineração e à infraestrutura durante o governo Bolsonaro. Para viabilizar esses interesses, diversas iniciativas foram implementadas ou propostas.

Uma das principais estratégias consistiu na apropriação ilegal e criminoso de terras indígenas. A reforma administrativa promovida por meio da Medida Provisória 870/19 e decretos subsequentes resultou na eliminação das competências de vigilância e combate ao desmatamento, além de dismantelar o aparato de proteção das terras indígenas no Brasil. Em estados como Rondônia, Amazonas, Pará e Maranhão, registraram-se ações ilegais, incluindo loteamento e comércio de terras, desmatamento com corte raso da floresta, criação de pastagens e implantação de unidades produtivas. Por meio de pressões políticas, econômicas e

---

<sup>13</sup> Projeto de Lei 490 de 2007 - Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. - Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas - <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311&fichaAmigavel=nao>

<sup>14</sup> Projeto de Lei 191 de 2020 - Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. - <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765&fichaAmigavel=nao>

até armadas, invasores ocuparam terras indígenas que, até então, estavam sob posse pacífica dos povos originários (CIMI, 2019).

A exploração mineral em terras indígenas tem sido uma preocupação constante no Brasil. Multinacionais de mineração estavam ansiosas para explorar minérios nessas áreas, resultando em milhares de pedidos para pesquisa e lavra de minério em terras indígenas. O presidente, na época, fez declarações públicas recorrentes em defesa dessa exploração. Houve um aumento significativo do assédio e da invasão garimpeira nesses espaços. O movimento indígena sempre defendeu que o tema da mineração fosse debatido como parte do PL 2057/91<sup>15</sup>, que trata do novo Estatuto dos Povos Indígenas. No entanto, a pressão das grandes empresas levou o governo a incentivar a tramitação acelerada do PL 1610/96<sup>16</sup>, que regulamenta a exploração mineral em terras indígenas, na Câmara dos Deputados. Muitas terras indígenas, especialmente na região amazônica, estavam cobertas por pedidos de pesquisa e lavra mineral. Se aprovadas, essas atividades resultariam na remoção forçada dos povos de suas terras, configurando uma grave situação de esbulho possessório contra eles.

Em novembro de 2023, a Agência Nacional de Mineração (ANM) registrou 363 autorizações para pesquisa ou exploração mineral em terras indígenas. A Vale e a Belo Sun estavam entre as empresas com maior número de processos para exploração dentro de territórios indígenas. A ANM afirmou que estava trabalhando para eliminar sobreposições dessas autorizações com terras indígenas (Terras Indígenas do Brasil, 2023).

Em fevereiro de 2022, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) anulou autorizações para exploração mineral em terras indígenas no Pará, especificamente nas Terras Indígenas Parakanã e Trocará, na região de Tucuruí. A decisão destacou que atividades de exploração minerária em terras indígenas são ilegais sem a devida autorização do Congresso Nacional e sem consulta prévia às comunidades afetadas (G1 PARÁ, 2022).

Em setembro de 2023, a Justiça Federal suspendeu a licença concedida à empresa Potássio do Brasil para exploração mineral em território indígena Mura, em Autazes, no Amazonas. A decisão enfatizou que a atividade não poderia ser realizada sem autorização do Congresso Nacional e sem consulta prévia aos povos indígenas afetados (MPF, 2023).

Em muitas dessas áreas, havia a confirmação ou indícios da presença de povos indígenas isolados, que ficaram expostos a um risco iminente de extermínio. A possibilidade

---

<sup>15</sup> Projeto de Lei 2057 de 1991 - Dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas.- [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1685910&filename=PL%202057/1991](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1685910&filename=PL%202057/1991)

<sup>16</sup> Projeto de Lei 1610 de 1996 - Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal.- <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16969>



de genocídio tornou-se uma ameaça real diante do avanço dessas práticas criminosas e da convivência do aparato estatal. Jair Bolsonaro negou direitos fundamentais aos povos indígenas, especialmente no que tange à proteção das suas terras e à regulamentação de atividades minerárias nessas áreas.

As políticas implementadas durante o governo de Jair Bolsonaro representaram uma grave ameaça aos direitos fundamentais dos povos indígenas no Brasil. Ao promover a exploração econômica de terras indígenas por meio da flexibilização de leis ambientais e da regulamentação da mineração e exploração madeireira, o governo não apenas desrespeitou a Constituição, mas também expôs comunidades, especialmente aquelas em isolamento voluntário, a riscos iminentes de extermínio. A convivência do aparato estatal com práticas ilegais, como o garimpo e a grilagem, somada à omissão em proteger os territórios tradicionais, configurou uma situação de vulnerabilidade extrema para esses povos. O resultado foi o avanço da destruição ambiental, o enfraquecimento das políticas de proteção e a real possibilidade de genocídio, refletindo o desprezo do governo Bolsonaro pelas garantias constitucionais e pelos direitos humanos das populações originárias.

A partir da perspectiva foucaultiana, o discurso de Bolsonaro pode ser entendido como uma tentativa de manter e reforçar uma ordem do discurso que marginaliza as vozes dos povos indígenas e quilombolas. No entanto, Foucault (1979) também afirma que onde há poder, há resistência. Nesse sentido, o discurso de Bolsonaro não é apenas uma tentativa de impor uma nova ordem, mas também um campo de luta, onde diferentes grupos sociais disputam o controle sobre as narrativas e significados em torno das terras indígenas e quilombolas.

As reações ao discurso de Bolsonaro por parte de organizações indígenas, quilombolas e ambientalistas exemplificam essa resistência. Esses grupos desafiam a tentativa de reconfiguração discursiva proposta por Bolsonaro, insistindo na importância da preservação desses territórios e na defesa dos direitos das populações que os habitam. Essa configuração se mostrará essencial para que o aparelhamento e desmantelamento dos órgãos e da política ambiental brasileira sejam combatidos pelos povos originários, diretamente afetados, e pela sociedade civil.

O dossiê intitulado “Fundação Anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro”, fruto de três anos de monitoramento conjunto realizado pela associação de servidores da Funai, Indigenistas Associados (INA), e pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), expõe em detalhes a subversão da missão institucional da Funai durante a gestão de Jair Bolsonaro, trazendo à tona fatos e dados que comprovam esse

processo. Este foi o primeiro estudo do tipo, fundamentado em documentos oficiais e depoimentos de servidores da Funai. O levantamento é resultado de três anos de monitoramento realizado em conjunto pela associação de servidores Indigenistas Associados (INA) e pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

As críticas à ausência da Funai no Vale do Javari (AM) se intensificaram após o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, trazendo à tona a fragilidade da atuação do órgão na proteção dos povos indígenas da região.

O documento destacou que, das 39 unidades descentralizadas da Funai, conhecidas como Coordenações Regionais (CRs), apenas duas eram lideradas por servidores públicos de carreira. As demais estavam sob o comando de 19 membros das Forças Armadas, três policiais militares e dois policiais federais. Nas outras unidades, a chefia era ocupada por servidores substitutos ou por pessoas sem vínculo com a administração pública (INESC, 2022)

A composição da diretoria da Funai refletia essa militarização: dois policiais e um militar ocupam cargos de direção, enquanto a presidência estava nas mãos do policial federal Marcelo Xavier.

Desde o início do governo Bolsonaro, organizações indígenas vêm denunciando que a presença massiva de militares na Funai compromete a comunicação entre as coordenações regionais e os povos indígenas. Segundo essas denúncias, militares que assumiram cargos de chefia substituíram indigenistas experientes, o que tornou a gestão do órgão menos democrática e menos eficaz.

O dossiê também destaca um aumento expressivo no número de processos administrativos disciplinares (PADs) contra servidores de carreira desde 2019, procedimentos que podem levar à demissão e que são vistos como forma de intimidação e controle dentro da instituição. Um exemplo é o fato de que o presidente da Funai, na época, era um aliado de confiança de Luiz Antonio Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura. Garcia, conhecido por sua influência como latifundiário e por ser uma das principais figuras do ruralismo no Brasil, é um opositor declarado da reforma agrária e da demarcação de terras indígenas (INESC, 2022).

A promessa de campanha de Bolsonaro de não demarcar um centímetro de terra indígena foi integralmente cumprida, sendo totalmente excluída do planejamento do governo federal. De acordo com o dossiê, não foram incluídos programas orçamentários específicos para os povos indígenas no Plano Plurianual (2020-2023) nem na Lei Orçamentária de 2020,

elaborada pelo Executivo, evidenciando o desmonte das políticas voltadas a essas populações (INESC, 2022).

Os fatos deixam claro que o agronegócio e os militares eram os atores para quem e por quem Bolsonaro falava, a quem ele representava através de seu discurso.

### **3.2. Análise comparativa: Programas de governo Bolsonarista no ano de 2018 e 2022.**

Nas eleições de 2018, ao comparar os planos de Governo dos dois principais candidatos à presidência, Bolsonaro é classificado como um candidato de extrema-direita, em oposição a Haddad, identificado como um candidato de esquerda, mas não extremista (Faria et. al. 2022). Essa classificação se projeta pelas posições políticas de Bolsonaro que se distanciaram de políticas moderadas e abraçaram um discurso que exaltava o passado militar, defendia governos autoritários e prometia uma retomada da ordem baseada em valores conservadores.

Bolsonaro apresentou em suas declarações um contínuo de ataque ao sistema político vigente, usando o combate à corrupção como bandeira, mas também questionando as instituições democráticas e exaltando a ditadura militar brasileira. Esses elementos se alinham com o que o *Comparative Manifesto Project* (CMP) identifica como marcadores de extrema-direita. (Faria et. al. 2022)

#### **3.2.1 O programa do desmonte ambiental (2018).**

O programa de Bolsonaro em 2018 adotou uma postura negacionista em relação à crise climática e ambiental implícita e explicitamente desde seu projeto de governo. Essa afirmativa é possível pela ausência de menção ou qualquer referência à crise climática ou a proteção ambiental, o que demonstra, nesse “silêncio”, que o seu programa de governo reflete um alinhamento com setores que desconsideram os alertas científicos sobre o impacto do desmatamento e das mudanças climáticas.

Após a eleição, de 2018, Bolsonaro cumpriu muitas de suas promessas de campanha. Seu governo adotou uma série de políticas que enfraqueceram as proteções ambientais e desmantelaram as instituições responsáveis por aplicá-las. A fusão dos Ministérios do Meio

Ambiente e da Agricultura não se concretizou, mas o Ministério do Meio Ambiente sofreu cortes orçamentários e reestruturações que reduziram sua eficácia. Além disso, Bolsonaro nomeou Ricardo Salles, um ministro que abertamente apoiava a flexibilização das leis ambientais, para liderar o ministério do meio ambiente. Uma das maiores repercussões durante o governo Bolsonaro, que ilustra bem a política ambiental adotada, foi a fala do então ministro do Meio Ambiente do governo Jair Bolsonaro, durante uma reunião ministerial de abril de 2020. Na ocasião, Salles declarou que era necessário "aproveitar" a distração da mídia e da população com a pandemia de COVID-19 para "passar a boiada", referindo-se à flexibilização das regulamentações ambientais (Ascema, 2020). Utilizando metáforas que desvalorizam as políticas ambientais e naturalizam o desmonte legislativo, Salles exemplifica como o discurso pode ser usado para perpetuar relações de poder e promover uma ideologia neoliberal.

Bolsonaro foi fiel ao seu discurso e ao seu programa de governo durante seu mandato presidencial, no qual, a questão ambiental, os direitos indígenas e a crise climática foram completamente ignorados. O programa de governo intitulado “Projeto Fênix”, onde o próprio nome sugere que aquele programa seria a possibilidade de “ressureição” de um país, resume toda retórica do “nós e eles” utilizada durante a campanha eleitoral. Dentro do programa o termo meio ambiente aparece uma única vez e como “meio ambiente rural” atrelado a proposta para agricultura, inserido no que planejava ser “a nova estrutura federal agropecuária”. Nesse mesmo contexto o termo “sustentável” aparece na mesma pauta como “Desenvolvimento rural sustentável”. Destacar esses termos e como eles aparecem revela que todo o discurso feito antes e durante a campanha presidencial de 2018 não foram meras palavras e sim um plano de governo bem elaborado e pensado para angariar eleitores e agradar seus apoiadores políticos.

Mesmo uma análise feita de forma superficial do plano de governo de 2018 é capaz de perceber que para Bolsonaro política ambiental se resume ao agronegócio, onde a bancada ruralista do Congresso Nacional foi um aliado político, não há menção a nenhum bioma brasileiro, não há menção aos povos originários ou preservação ambiental. Essa constatação alinha o discurso ao programa de governo e a governança ambiental exercida durante seu mandato. O silêncio, em alguns casos, pode ser uma tática que visa evitar confrontos ou preservar a posição de poder, manipular a percepção pública e ocultar as consequências de determinadas ações. Não é apenas uma omissão passiva, mas uma ferramenta ativa de controle político. Seja na preservação da autoridade carismática, na opacidade da burocracia ou na manipulação ética das consequências, o silêncio estratégico é uma forma de moldar a

percepção pública e manter a dominação. é possível perceber que a ausência de menções explícitas à proteção ambiental, às mudanças climáticas e aos direitos dos povos indígenas não representa apenas um descuido ou uma falha de planejamento, mas sim uma tática deliberada de controle político e manipulação discursiva. No caso de Bolsonaro, a dominação carismática foi central para sua ascensão, sustentada por uma figura que se apresentava como "antissistema" e "antipolítica", mesmo após quase três décadas como parlamentar. O não dizer sobre temas sensíveis como a crise climática e os direitos indígenas funcionou como uma forma de manter seu apelo junto a grupos específicos, como o agronegócio e as forças armadas, sem comprometer-se com políticas que pudessem gerar atritos com esses aliados. A omissão, portanto, reforçou a imagem de um líder que não se submete às "agendas globalistas" ou a demandas que ele associava a interesses contrários aos "valores nacionais" (Dos Santos et. al., 2021).

O Estado aparece como gestor dos interesses do agronegócio, em uma posição de subordinação aos interesses comerciais e não como protetor dos interesses do país na questão ambiental como consta na Constituição Federal. No Título da Ordem econômica, em seu artigo 170, inciso VI a Constituição Federal determina: “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.”. No capítulo VI, dedicado ao meio ambiente, o artigo 225 é o único da Carta Magna que impõe o dever de proteger direito futuro, o que consagra a importância da proteção ambiental para que o próprio direito à vida seja respeitado. Dentro do programa de governo de Jari Bolsonaro de 2018 a Constituição Federal e a proteção do meio ambiente foram completamente ignoradas. Durante o governo Bolsonaro, houve um aumento significativo no desmatamento da Amazônia, com políticas que incentivaram a expansão agrícola e a mineração, muitas vezes em áreas protegidas e terras indígenas. As operações de fiscalização conduzidas pelo Ibama e pelo ICMBio foram drasticamente reduzidas, e as multas ambientais caíram substancialmente, refletindo a retórica de campanha de Bolsonaro sobre a necessidade de proteger aqueles que infringem as leis ambientais (Greenpeace Brasil, 2022).

Desde o início de seu governo, Bolsonaro adotou um discurso negacionista em relação às mudanças climáticas e ao desmatamento na Amazônia, buscando desacreditar dados científicos e questionar a legitimidade de órgãos como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Foucault (1976) ressalta que o poder se exerce não apenas pela repressão, mas pela produção de discursos que moldam o que é considerado verdadeiro ou falso. A estratégia de Bolsonaro envolvia, como Van Dijk (2008) descreve, a criação de falsas

controvérsias, nas quais se argumentava que os dados estavam "manipulados" ou eram "exagerados", criando uma cortina de fumaça para continuar suas políticas de desmonte ambiental. Essa forma de manipulação depende do controle da informação e da exclusão de dados relevantes. Bolsonaro, por meio de seus discursos, limitou o acesso a informações científicas precisas, utilizando eufemismos e distorções da realidade para evitar que as pessoas percebessem o impacto real de suas políticas no meio ambiente e na saúde pública (Van Dijk, 2008). Dessa forma, o governo Bolsonaro tentou moldar a narrativa sobre a Amazônia, minimizando o impacto do desmatamento e legitimando práticas predatórias sob a justificativa de desenvolvimento econômico.

A repressão aos servidores do IBAMA e do ICMBio é um exemplo da “microfísica do poder”, conceito desenvolvido por Foucault (1979), que analisa como o poder se manifesta nas relações cotidianas e institucionais. Durante o governo Bolsonaro, diversos relatos de intimidação e perseguição a fiscais ambientais emergiram. Servidores foram afastados, investigações foram paralisadas, e houve cortes significativos nos recursos destinados às operações de fiscalização. Essas ações não apenas enfraqueceram as instituições, mas também geraram um clima de medo e autocensura entre os funcionários públicos, que passaram a temer represálias ao tentar cumprir suas funções (Ascema, 2020).

Apesar das ameaças e da pressão governamental, a resistência dos servidores dos órgãos de fiscalização ambiental emergiu como uma resposta às tentativas de silenciamento e controle. Segundo Foucault, onde há poder, há resistência, uma vez que o poder não é absoluto e está sempre suscetível a contestações (Foucault, 1976). No caso dos servidores do IBAMA e do ICMBio, a resistência se manifestou de várias formas: desde denúncias anônimas à mídia, revelando pressões internas, até a colaboração com organizações não governamentais e internacionais para monitorar e reportar os danos ambientais. A resistência dos servidores pode ser entendida como uma prática de “contra-conduta”, um conceito foucaultiano que descreve formas de comportamento que desafiam e subvertem a condução governamental (Foucault, 1979). Ao se recusarem a aceitar passivamente a desestruturação de suas instituições e a relativização de suas funções, esses servidores exercem um papel crucial na manutenção de um controle ambiental que, embora enfraquecido, ainda persiste como forma de resistência ao desmonte promovido pelo governo.

O governo Bolsonaro tentou redefinir a verdade ambiental e moldar o discurso público a seu favor, atacando a credibilidade de cientistas e servidores ambientais. Foucault (1976) destaca que o discurso é um campo de batalha onde diferentes verdades e narrativas competem pelo poder de definir a realidade. No Brasil, essa disputa se acirrou no campo

ambiental, com o governo buscando desqualificar dados oficiais e promovendo uma retórica que colocava a preservação ambiental em oposição ao desenvolvimento econômico.

No entanto, as resistências emergiram não apenas dos servidores públicos, mas também da sociedade civil, de ONGs e da comunidade científica. Essas resistências coletivas se configuraram como práticas de “contra-poder” que contestaram a narrativa oficial e trouxeram visibilidade internacional à crise ambiental brasileira. Essa disputa pela verdade evidencia o caráter produtivo do poder, conforme analisado por Foucault (1979): o poder não apenas reprime, mas também provoca reações, resistências e novas formas de articulação política. O poder, conforme teorizado por Foucault, não é simplesmente imposto de cima para baixo; ele é exercido e resistido em todos os níveis da sociedade. Os ataques aos servidores do IBAMA e do ICMBio não conseguiram eliminar completamente a resistência, mas geraram novas formas de contestação e subversão, exemplificando a resiliência do poder de resistência frente à repressão. Assim, mesmo em um contexto de ameaças e perseguições, a luta pela proteção ambiental no Brasil persistiu como uma importante forma de contra-conduta ao projeto de desmonte e exploração indiscriminada promovido pelo governo Bolsonaro.

O programa de governo de Jair Bolsonaro de 2018 reflete um discurso negacionista e extremista, que desconsidera a ciência, enfraquece a proteção ambiental e promove um modelo de segurança pública repressivo. As propostas apresentadas no documento revelam um projeto de desmonte das estruturas democráticas e de enfraquecimento dos direitos humanos, colocando em risco o equilíbrio socioambiental e a coesão social do país. Essas características do programa indicam uma tentativa de redefinir a política brasileira em termos mais autoritários e menos inclusivos, em oposição às diretrizes defendidas por setores progressistas e humanistas da sociedade. Conforme observado por Chaloub e Lima (2024), o bolsonarismo constitui um esforço de construir uma base popular para uma nova coalizão de ultradireita, composta por uma direita radicalizada e por novos protagonistas de extrema-direita, “a partir do carisma de uma liderança de clara identidade de extrema-direita, como bem expressam suas performances e discursos” (Chaloub & Lima, 2024, p.31). Ou seja, apesar de não ser possível apreender o bolsonarismo como único arranjo de uma nova coalizão, que possa comportar novas formas de atuação, é fundamental levar a sério sua resiliência, mesmo ante a possíveis condenações judiciais de seu líder.

O programa de Bolsonaro de 2018 reflete o que foi a marca de sua campanha eleitoral, um discurso raso e extremista em conjunto com uma postura autoritária, com ênfase no neoliberalismo e na crítica ao sistema democrático e às políticas de bem-estar. Essa retórica extrema, embora tenha mobilizado uma base de apoio forte, também gerou resistências que

influenciaram negativamente sua tentativa de reeleição em 2022. Embora sua base fiel de apoio tenha se consolidado em torno dessas ideias, a gestão desastrosa da pandemia e as contínuas críticas às instituições democráticas criaram uma oposição significativa ao seu governo. Além disso, a insistência em um programa econômico radical, desconsiderando políticas sociais e ambientais, alienou eleitores preocupados com questões de sustentabilidade e justiça social (Faria et. al. 2022).

### **3.2.2. O programa de governo “Pelo bem do Brasil” (2022), o fracasso da reeleição.**

Na tentativa de se reeleger em 2022, Bolsonaro enfrentou um enorme desafio pela frente que era convencer seus eleitores insatisfeitos a voltarem a credibilizar seu discurso. A campanha de Jair Bolsonaro para a reeleição em 2022 foi marcada por um discurso negacionista de sua própria gestão em 2018, onde ele negou suas falas ou as justificou como se estas tivessem sido mal interpretadas. Durante a crise global da COVID-19, Bolsonaro apoiou e incentivou a rejeição a medidas sanitárias recomendadas em resposta à pandemia de COVID-19 com a politização da crise, juntamente com o desmonte ambiental e a crescente insatisfação tanto no cenário nacional quanto internacional, ele viu a necessidade de justificar suas ações e seu discurso o adaptando para tentar a reeleição em 2022. (Hur et. al. 2021).

A retórica militarista também desempenhou um papel importante na resposta à pandemia. Bolsonaro frequentemente tratou a crise como uma "guerra" e, em muitos momentos, fez uso de uma linguagem polarizadora, estabelecendo inimigos, como governadores que adotaram medidas de isolamento, a mídia e organizações internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS). Esse discurso gerou um ambiente de confronto, reforçando a divisão política e social no país. Ao criar inimigos, Bolsonaro buscou responsabilizar outros atores pelas consequências da pandemia, transferindo a culpa por mortes e problemas econômicos para governadores e prefeitos que adotaram políticas de restrição mais severas.

Outro eixo central de sua resposta foi a defesa da manutenção da economia, muitas vezes em detrimento da saúde pública. Bolsonaro posicionou-se contra o fechamento do comércio e a paralisação de atividades econômicas, insistindo que o impacto econômico da pandemia seria mais grave do que a própria doença. Ele promoveu o retorno ao trabalho,



mesmo sem uma infraestrutura adequada de saúde pública para lidar com a crise. Bolsonaro apelou para as emoções de seu eleitorado, explorando o medo de restrições econômicas e utilizando a defesa da liberdade individual como justificativa para desrespeitar medidas de distanciamento social. Essa retórica, segundo Van Dijk (2008), é uma forma de controle cognitivo, pois o governo molda o entendimento dos indivíduos sobre a pandemia, levando-os a acreditar que as medidas restritivas eram mais prejudiciais do que o vírus em si.

Nesse sentido, sua gestão se alinhou com princípios neoliberais, onde a produtividade e o crescimento econômico foram priorizados sobre as vidas humanas, reforçando uma lógica de "produzir e deixar morrer" (Hur et al., 2021). Essas práticas governamentais, contudo, tiveram um impacto negativo na campanha de reeleição de Bolsonaro em 2022. O negacionismo e a politização da pandemia alienaram grande parte do eleitorado que vivenciou diretamente as perdas causadas pela COVID-19. As respostas inconsistentes e a falta de uma estratégia coordenada para lidar com a crise de saúde pública contribuíram para o aumento da insatisfação popular, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. A gestão ineficaz também reforçou uma percepção de irresponsabilidade por parte do governo, principalmente devido à recusa de Bolsonaro em adotar uma postura mais colaborativa com os governadores e cientistas.

A gestão ambiental durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi um dos pontos mais críticos e controversos de sua administração, com impactos profundos tanto no cenário doméstico quanto internacional. A política ambiental adotada priorizou a flexibilização de normas ambientais e a exploração de áreas protegidas, o que gerou um aumento expressivo no desmatamento e nas queimadas, além de uma significativa redução na fiscalização ambiental. O governo Bolsonaro usou a estratégia das "falsas controvérsias", conforme identificado por Paz et al. (2022), para minar a credibilidade científica e desacreditar os dados sobre desmatamento e mudanças climáticas fornecidos por instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Essa tática buscou promover dúvidas sobre a validade de informações científicas e dificultar a implementação de políticas baseadas em evidências. O discurso negacionista foi amplamente adotado em questões climáticas, com o governo diminuindo a importância da crise ambiental global e retirando o Brasil do protagonismo nas negociações internacionais sobre o clima. As políticas de desmonte ambiental resultaram em uma intensa repercussão negativa no cenário internacional. A destruição da Amazônia, documentada por imagens e dados alarmantes, gerou críticas de líderes globais e ameaças de boicotes comerciais de países e empresas preocupadas com a sustentabilidade (Paz et al., 2022). O Brasil, que antes desempenhava um papel de destaque

em negociações ambientais, foi progressivamente isolado e perdeu credibilidade em fóruns internacionais.

No contexto interno, as ações de desmonte e o enfraquecimento das políticas ambientais levaram a uma deterioração das condições socioambientais, afetando diretamente as populações que dependem dos recursos naturais e expondo a biodiversidade brasileira a riscos ainda maiores. As queimadas no Pantanal e na Amazônia, intensificadas pela falta de fiscalização e pelos incentivos ao agronegócio predatório, foram alguns dos episódios mais emblemáticos desse impacto (Paz et al., 2022).

As estratégias de enfraquecimento institucional, negacionismo científico e favorecimento de setores econômicos predatórios deixaram marcas profundas na política ambiental brasileira, influenciando negativamente a campanha de reeleição de Bolsonaro. A abordagem ambiental de Bolsonaro afastou seus eleitores moderados que, em 2018, tinham optado por sua candidatura como uma alternativa ao PT, mas passaram a vê-lo como um líder que desrespeitava os compromissos ambientais e sociais. Em 2022, esses eleitores, preocupados com o aumento do desmatamento e os riscos associados às mudanças climáticas, se afastaram da base de apoio do presidente, contribuindo para o enfraquecimento de sua tentativa de reeleição.

O programa de Bolsonaro em 2022, intitulado “Pelo bem do Brasil”, precisou sofrer reajustes que se adequassem a necessidade de recuperar eleitores perdidos durante sua presidência. A comparação entre os programas de governo de Jair Bolsonaro de 2018 e 2022 revela mudanças estratégicas, especialmente nas áreas de meio ambiente, direitos humanos e crise climática, em resposta às críticas nacionais e internacionais que seu governo enfrentou durante o primeiro mandato.

#### **a) Meio Ambiente**

No programa de 2018, a agenda ambiental era marcada pela flexibilização das leis ambientais e pela desregulamentação, sob a justificativa de facilitar o desenvolvimento econômico e reduzir entraves burocráticos para o agronegócio e a mineração. O governo Bolsonaro de 2018 priorizou o uso dos recursos naturais e a redução do papel dos órgãos de fiscalização, como o IBAMA e o ICMBio (Bolsonaro, 2018). O desmatamento na Amazônia atingiu níveis recordes durante o primeiro mandato, gerando intensas críticas internacionais.

Em 2022, houve uma tentativa de ajustar o discurso, com o governo promovendo a “justiça ambiental” e a defesa de tecnologias sustentáveis, como o hidrogênio verde, ambos aparecem no campo “Fortalecimento e Ampliação das Políticas de Promoção do Verde e do Desenvolvimento Sustentável” (Bolsonaro, 2022. p. 39). A ideia era mitigar as críticas ao desmonte das políticas ambientais e tentar melhorar a imagem do Brasil no cenário internacional, o que era essencial para as relações comerciais com parceiros preocupados com a sustentabilidade (Bolsonaro, 2022).

#### **b) Direitos Humanos**

Em 2018, Bolsonaro manteve uma posição conservadora, com foco na defesa da família tradicional heteronormativa e da ampliação do acesso às armas como direitos fundamentais. O programa refletia uma postura de enfrentamento aos direitos de minorias, com críticas explícitas à “ideologia de gênero” e à demarcação de terras indígenas e quilombolas, favorecendo a exploração econômica dessas áreas (Bolsonaro, 2018).

Em 2022, o discurso precisou sofrer um ajuste. O programa passou a enfatizar a promoção dos direitos humanos “para todos” (Bolsonaro, 2022. p. 30), com uma maior ênfase em políticas voltadas para grupos específicos que durante o seu mandato de 2018 foram marginalizados, como mulheres, crianças e pessoas com deficiência. Embora ainda mantendo uma abordagem conservadora e silenciando grupos como indígenas e quilombolas, a fim de manter o apoio da bancada do agronegócio no Congresso Nacional.

#### **c) Crise Climática**

No início do mandato em 2019, o programa de Bolsonaro demonstrava um ceticismo em relação à crise climática. O presidente e seus aliados frequentemente minimizaram a gravidade das mudanças climáticas e proferiam declarações que desacreditavam dados científicos como o IPCC e instituições como o INPE. O intuito era promover um desenvolvimento econômico apartado da responsabilidade com o meio ambiente e a constituição federal, favorecendo assim seus aliados políticos do agronegócio (Bolsonaro, 2018).

No programa de 2022, a crise climática apareceu dentro do eixo temático intitulado “Promover e Fortalecer a Capacidade de Agregação de Valor da Agropecuária e da

Mineração”, algo contraditório, já que no Brasil mudanças do uso da terra (mineração e agropecuária) através do desmatamento são responsáveis pela maior parte das nossas emissões de gases de efeito estufa (GEE). De acordo com o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), em 2021, cerca de 46% das emissões de GEE no Brasil foram provenientes do desmatamento, principalmente na Amazônia e no Cerrado. O uso da terra, incluindo a conversão de florestas em pastagens e áreas agrícolas, continua sendo o principal fator que impulsiona essas emissões.

Segundo dados do Observatório do Clima (2021), as emissões relacionadas ao uso da terra no Brasil aumentaram em 2020 e 2021, com o desmatamento da Amazônia atingindo seu maior nível em 12 anos. Em 2020, o Brasil emitiu 2,16 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente, e o setor de uso da terra foi responsável por mais da metade dessas emissões. Esse aumento se deu durante a gestão bolsonarista devido à redução da fiscalização ambiental e ao enfraquecimento de políticas de combate ao desmatamento. A conversão de florestas em áreas de pastagem para o gado e o avanço da fronteira agrícola, particularmente em áreas protegidas, são os principais vetores dessa emissão.

Dentro do mesmo tema o texto do programa de governo trouxe o termo “adaptação”<sup>17</sup> ao citar “a capacidade de adaptação às mudanças do clima” (Bolsonaro, 2022. p. 19), sem nenhuma menção de como essa adaptação seria feita. O discurso começou a reconhecer a importância do desenvolvimento sustentável e da economia verde, com a promoção de novas tecnologias e um foco em “modelos produtivos sustentáveis” (Bolsonaro, 2022. P. 19). A inclusão mesmo que “aleatória” desses termos no programa de governo de 2022 representou uma mudança de tom, ainda que a política prática de proteção ambiental continuasse limitada. Essas alterações foram uma resposta direta às pressões internacionais e à necessidade de melhorar a imagem ambiental do Brasil.

As mudanças observadas entre os programas de 2018 e 2022 foram motivadas, principalmente, pela necessidade de Bolsonaro responder às intensas críticas que seu governo enfrentou tanto no Brasil quanto no exterior. A gestão ambiental desastrosa e a postura negacionista em relação à crise climática geraram impactos negativos nas relações internacionais e resultaram em ameaças de boicotes comerciais, o que pressionou o governo a

---

<sup>17</sup> “Adaptação à mudança do clima relaciona-se ao processo de ajuste de sistemas naturais e humanos ao comportamento do clima no presente e no futuro. Em sistemas humanos, a adaptação procura reduzir e evitar danos potenciais; ou explorar oportunidades benéficas advindas da mudança do clima. Em sistemas naturais, a intervenção humana busca apoiar o ajuste destes sistemas ao clima atual e futuro e seus efeitos” (IPCC, 2014).

adaptar o discurso para atrair uma base eleitoral mais ampla e moderada, além de acalmar os ânimos de investidores preocupados com a sustentabilidade.

No campo dos direitos humanos, o enfraquecimento dos direitos de grupos vulneráveis e a retórica conservadora foram ajustados para amenizar as críticas internacionais, especialmente de ONGs e instituições globais. As mudanças observadas nesta comparação refletem a necessidade de Bolsonaro em reposicionar sua candidatura de forma a reconquistar eleitores moderados e melhorar a imagem do Brasil no cenário internacional, ainda que a essência conservadora de sua política tenha permanecido intacta.

Todo esse cenário construído pelas falas e ações do então presidente Jair Bolsonaro impactaram negativamente a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e tudo que ela envolve. Ao invés de ser fortalecida para enfrentar os desafios das mudanças climáticas, a política foi enfraquecida por um governo que priorizou o crescimento econômico de curto prazo, em detrimento da sustentabilidade ambiental. O desmantelamento da governança ambiental, o aumento do desmatamento e a falta de compromisso com metas internacionais criaram uma desgovernança climática, comprometendo o futuro da política climática no Brasil e as chances de o país cumprir suas obrigações globais no combate às mudanças climáticas.



## CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como premissa estabelecer uma compreensão dos “porquês” da candidatura e posterior eleição de Jair Messias Bolsonaro e como o negacionismo científico corroborou para a sua candidatura e popularizou seu discurso. A presente dissertação buscou compreender a ascensão e os desdobramentos do discurso bolsonarista na política e na sociedade brasileira, com foco nas consequências para as políticas públicas de proteção ambiental, direitos humanos e direitos dos povos indígenas. Para isso, utilizou-se a Análise do Discurso (AD) a partir da perspectiva de Michel Foucault, cuja abordagem se mostrou essencial para interpretar como o silêncio, a omissão e o negacionismo foram utilizados como estratégias de poder durante a campanha de 2018 e o governo subsequente.

De acordo com Foucault (1970), o discurso não é apenas um meio de comunicação, mas um bem político que regula o que pode ser dito, por quem e em quais circunstâncias. Essa perspectiva foi fundamental para entender como o programa de governo de Jair Bolsonaro omitiu questões cruciais relacionadas à proteção ambiental, mudanças climáticas e aos direitos dos povos indígenas. O silêncio sobre esses temas não foi uma falha acidental, mas uma ferramenta ativa de controle político que, ao omitir, moldou percepções e legitimou ações destrutivas para o meio ambiente e para as comunidades vulneráveis.

A teoria foucaultiana também destacou a importância das condições externas e internas que moldam os discursos. As condições externas, como a interdição, a rejeição e a vontade de verdade, mostraram-se presentes no discurso bolsonarista, que impôs limites ao debate público e reconfigurou a relação do Brasil com os acordos internacionais, como o Acordo de Paris (Ferreira E Traversini, 2013). Já as condições internas, como o papel do autor e o comentário, evidenciam como Bolsonaro assumiu a posição de um "autor" carismático cujo discurso ecoou entre os setores conservadores da sociedade, especialmente o agronegócio e as forças armadas, que foram peças-chave em sua ascensão ao poder.

A escolha de Bolsonaro como candidato apoiado pelos atores destacados na pesquisa mostra que a candidatura de Bolsonaro para a presidência, como representante das pautas neoliberais de uma extrema- direita ainda um pouco envergonhada a época, não foi ao acaso, e sim estrategicamente posicionada para atender aos interesses de setores específicos da sociedade brasileira. O apoio da bancada ruralista, representando o agronegócio, foi fundamental para sua campanha. Este setor viu em Bolsonaro uma oportunidade de avançar suas agendas, especialmente no que diz respeito à flexibilização das leis ambientais e à paralisação da demarcação de terras indígenas. Outro grupo crucial para a ascensão de Bolsonaro foram as Forças Armadas, que viram nele a oportunidade de reocupar espaços de poder na administração pública. Durante seu mandato, militares assumiram mais de 6.000 cargos no governo federal, evidenciando uma militarização da política que não se via desde a ditadura militar (Agostini, 2020).

O discurso proferido durante toda a campanha e no mandato que se seguiu não foi aleatório, Bolsonaro, que para muitos, não passava de um “outsider” com falas polêmicas, foi escolhido e representou de forma contundente os grupos econômicos e sociais que representava. A escolha de um candidato que reverberasse um discurso anti-vacina, negasse a mudança do clima, foi essencial para avançar nas pautas que esses atores citados na pesquisa desejavam, especialmente em relação às mudanças climáticas, aos direitos humanos e aos povos indígenas, a escolha de Bolsonaro não foi uma mera consequência de sua personalidade ou de um suposto despreparo político. Pelo contrário, foi uma estratégia deliberada para consolidar sua base de apoio entre grupos que se opunham às políticas progressistas implementadas nas últimas décadas. A aparição de Bolsonaro alinhou-se com o avanço do neoliberalismo autoritário, um fenômeno que Wendy Brown (2019) entende como a combinação de políticas de mercado com o enfraquecimento das instituições democráticas. O governo Bolsonaro, ao mesmo tempo em que promovia cortes em políticas sociais e ambientais, reforçava discursos de ódio e intolerância, criando um ambiente de polarização que favorecia a manutenção de seu poder. O político que fez de sua trajetória militar e do seu discurso conservador alicerces para manter-se na política brasileira por mais de duas décadas e que para grande parte da elite política à época não representava perigo de se eleger, acabou ascendendo ao poder.

A chegada de Bolsonaro ao poder não foi um evento isolado ou fruto apenas de circunstâncias fortuitas; ela está intrinsecamente ligada a um contexto político, econômico e social mais amplo, no qual diversas forças convergiram para criar um terreno fértil para a sua eleição.



A ascensão de Jair Bolsonaro e da extrema direita no Brasil pode ser interpretada como uma reação política e ideológica aos avanços consagrados pela Constituição Federal de 1988, particularmente no que diz respeito aos direitos fundamentais, à proteção ambiental e aos direitos dos povos indígenas. Esses avanços, que consolidaram um marco jurídico de direitos sociais, culturais e ambientais, se tornaram alvos de questionamento e disputa no contexto político contemporâneo, especialmente por setores alinhados ao conservadorismo e ao neoliberalismo.

A Constituição de 1988 fruto de um processo de redemocratização inaugurou uma nova ordem legal e política no Brasil, fundamentada nos princípios da dignidade humana, da igualdade e da sustentabilidade ambiental. Ela garantiu direitos amplos para os povos indígenas, como a demarcação de terras, além de estabelecer compromissos com a preservação do meio ambiente e a promoção de políticas públicas inclusivas (Constituição Federal, 1988). Esses dispositivos representaram avanços históricos, mas também criaram tensões com setores econômicos e políticos interessados em flexibilizar tais proteções para favorecer atividades como o agronegócio e a exploração de recursos naturais.

A ascensão de Bolsonaro e da extrema direita reflete, em parte, uma mobilização contrária a esses marcos legais, vista como um obstáculo a determinados interesses econômicos e ideológicos. Bolsonaro construiu sua narrativa política com base na negação de direitos conquistados, em particular os relacionados aos povos indígenas e à proteção ambiental, além de adotar um discurso de crítica às ONGs e às regulações ambientais, frequentemente associando-as a um entrave ao “desenvolvimento” nacional. O avanço de políticas antidemocráticas está relacionado ao impacto do neoliberalismo, que reconfigura o papel do Estado, atacando marcos regulatórios e direitos sociais como forma de ampliar a lógica de mercado (Brown, 2019).

No caso brasileiro, essa reação se intensifica em um contexto histórico em que os direitos sociais e ambientais consagrados pela Constituição de 1988 são percebidos como "excessos" ou privilégios por setores que veem tais garantias como obstáculos à exploração econômica. Essa visão se alinha com o fenômeno global de ascensão da extrema direita, marcada por um discurso que valoriza o nacionalismo, ataca minorias e questiona consensos científicos sobre temas como a mudança climática. O negacionismo climático e a rejeição às pautas ambientais são características de uma nova configuração política que se recusa a lidar com os limites planetários em prol de interesses imediatistas de uma minoria que detém o poder. Para viver alheio ao mundo é necessário negar a realidade das mudanças climáticas globais e, por consequência, a rejeição da racionalidade científica (Honorato, 2021).

A reação à Constituição de 1988 também reflete o desconforto de elites políticas e econômicas com a ampliação da participação popular e dos direitos sociais, que reconfiguraram as relações de poder. Os direitos indígenas, por exemplo, estabelecem limites à expansão do agronegócio e à exploração de recursos naturais em terras demarcadas, gerando conflitos com interesses poderosos. Nesse sentido, a narrativa bolsonarista representa não apenas um ataque aos direitos conquistados, mas também uma tentativa de restaurar uma ordem política que privilegie interesses específicos em detrimento do bem comum.

A análise do discurso bolsonarista durante a campanha presidencial de 2018 e suas consequências revela como a retórica antissistema, marcada por elementos de negacionismo e revisionismo histórico, foi central na ascensão de Jair Bolsonaro ao poder. O discurso adotado não apenas captou o descontentamento popular em relação à classe política tradicional, imersa em escândalos de corrupção, mas também encontrou respaldo em setores estratégicos, como o agronegócio e as Forças Armadas. Esses atores desempenharam papéis fundamentais ao fornecer apoio político, econômico e institucional, consolidando a narrativa de ruptura com o "sistema" e promovendo interesses próprios dentro da agenda governamental.

O negacionismo, constantemente presente na fala de Bolsonaro, extrapolou o campo discursivo e teve impactos diretos nas políticas públicas, especialmente nas áreas de proteção ambiental, direitos humanos e direitos dos povos indígenas. A desvalorização das evidências científicas sobre as mudanças climáticas, o desmonte de órgãos de fiscalização ambiental e o enfraquecimento das políticas de demarcação de terras indígenas são exemplos claros de como esse discurso se traduziu em ações concretas. O incentivo à expansão do agronegócio em áreas sensíveis, muitas vezes em detrimento das comunidades tradicionais e dos ecossistemas, e a militarização de instituições sensíveis à proteção ambiental e dos povos originários evidenciam o alinhamento entre o discurso de campanha e a prática governamental.

De fato o governo Bolsonaro não apenas utilizou o negacionismo como ferramenta eleitoral, mas o institucionalizou como parte de sua gestão, promovendo uma agenda que fragilizou políticas ambientais, desconsiderou os direitos dos povos indígenas e relativizou princípios fundamentais dos direitos humanos. O apoio de setores como o agronegócio e as Forças Armadas foi decisivo para a sustentação desse projeto, demonstrando como interesses econômicos e políticos convergiram para moldar o Brasil em um cenário de retrocessos socioambientais e democráticos. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para avaliar os desafios enfrentados atualmente e para pensar em estratégias de resistência e reconstrução das políticas públicas afetadas por esse período.

O legado deixado pelo discurso e governo de Jair Bolsonaro transcende seu período no poder, marcando profundamente a sociedade civil e a política brasileira. O evento de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes bolsonaristas invadiram a Praça dos Três Poderes em Brasília em uma tentativa de golpe, é um dos episódios mais emblemáticos dessa herança. A invasão, que visava contestar o resultado das eleições de 2022 e depor o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, revelou o grau de radicalização de setores da sociedade brasileira e a fragilidade das instituições diante de discursos autoritários e antidemocráticos.

O discurso de Bolsonaro, baseado na deslegitimação das instituições democráticas, no ataque à imprensa e na disseminação de teorias conspiratórias, foi essencial para criar o ambiente que culminou nos atos golpistas. A repetida contestação do sistema eleitoral, especialmente das urnas eletrônicas, e a defesa de soluções autoritárias criaram uma base de apoio disposta a agir contra o Estado democrático de direito. O efeito das falas de Bolsonaro estimulou a organização de grupos que planejaram e executaram os ataques de 8 de janeiro, revelando a influência duradoura do ex-presidente sobre seus apoiadores (CAMAZANO, 2023).

As consequências desse legado também foram evidentes nas eleições de 2022, com a eleição de um Congresso Nacional majoritariamente conservador e alinhado com pautas bolsonaristas. A chamada “bancada da bala”, composta por parlamentares ligados às forças de segurança, e a “bancada ruralista”, que defende interesses do agronegócio, aumentaram sua influência, dificultando a aprovação de políticas progressistas pelo novo governo. O Congresso eleito em 2022 é o mais conservador desde a redemocratização, refletindo o impacto do discurso bolsonarista na formação da nova legislatura (UOL (c), 2022).

Esse fenômeno não é exclusivo do Brasil e se alinha com a conjuntura internacional de ascensão da extrema-direita. A eleição de Donald Trump em 2024, após sua derrota em 2020 e sua tentativa de deslegitimar o processo eleitoral americano, demonstra como o populismo autoritário tem encontrado terreno fértil em diferentes contextos. O retorno de Trump ao poder simboliza a resiliência do discurso antidemocrático nos Estados Unidos, influenciando outros líderes e movimentos pelo mundo. A vitória de Trump reflete uma tendência global de fortalecimento de líderes que desafiam normas democráticas e promovem políticas nacionalistas e xenófobas (Robinson, 2024).

No Brasil, o legado ideológico do bolsonarismo continua a influenciar o debate público e a polarização política. A normalização de discursos de ódio, a desconfiança em relação às instituições e o fortalecimento de grupos extremistas são desafios que persistem mesmo após a saída de Bolsonaro do poder. A sociedade civil e as instituições democráticas

enfrentam o desafio de reconstruir a confiança no processo democrático e de enfrentar a radicalização política que marcou o período bolsonarista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Eduardo (org.). *A Revolta da Vacina e o negacionismo dos positivistas: como a política e os jornais boicotaram Oswaldo Cruz*. Curitiba: Zelig Digital, 2021.

ALVES, J. E. D. *Antropoceno: a Era do colapso ambiental*. CEE- FIOCRUZ (2020). Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1106>. Acesso em: 02 Jul. 2024.

ALMEIDA M. DA. C, França FT de. Ecos do fim do mundo em três perspectivas. *Galáxia* (São Paulo) 2021;(46):e50576. Disponível em:: <https://doi.org/10.1590/1982-2553202150576> Acesso em: 08 Jul. 2024.

AMPLIAR, Secovi -SP. Climatologista Ricardo Felício fala sobre aquecimento global. Publicado em 23 de Agosto de 2012. Disponível em: <https://ampliar.org.br/climatologista-ricardo-felicio-fala-sobre-aquecimento-global/>. Acesso em 22 de Jan. 2025.

AQUINO, J. A. (2020). Conservadorismo e ressentimento: Duas fontes do antipetismo. In E. Silva, F. Frota, & M. A. Silva (Orgs.), *Atores políticos e dinâmicas eleitorais* (pp. 232-274). Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Jakson-Aquino/publication/340686902\\_Conservadorismo\\_e\\_ressentimento\\_duas\\_fontes\\_do\\_antipetismo/links/5e998ad6299bf13079a207e2/Conservadorismo-e-ressentimento-duas-fontes-doantipetismo.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jakson-Aquino/publication/340686902_Conservadorismo_e_ressentimento_duas_fontes_do_antipetismo/links/5e998ad6299bf13079a207e2/Conservadorismo-e-ressentimento-duas-fontes-doantipetismo.pdf) Acesso em: 16 Set. 2024.

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues. *Formação discursiva e discurso em Michael Foucault*. São Paulo: UNESP. 2013

BELLO, E.; CAPELA, G.; KELLER, R. J.. Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. *Revista Direito e Práxis*, v. 12, n. 3, p. 1665–1667, jul. 2021.

BLUM, G. G. *Exercer a soberania "na borda do mundo": Ideologias geográficas sobre a integridade territorial brasileira em "A Verdade Sufocada", "No Jardim das Aflições" e "Conversa com o Comandante"*. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 10, n. 1, e49734, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.5433/got.2024.v10.49734>. Acesso em: 19 jan. 2025.

BOITO JR., Armando. *Governo Lula: a burguesia nacional no poder*. In: BOITO JR., A.; GALVÃO, A. (Eds.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012. p. 67-104.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 28 jan. 2025.

BROWN, Wendy. *Cidadania Sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

CARVALHO, O. Do marxismo cultural. Publicado em: 8 de Jun. 2002. Disponível em: <http://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/> Acesso em: 20 de Jan. 2025.

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro. (2024). Sistema e Antissistema na Crítica do Bolsonarismo. *Lua Nova*, São Paulo, 122, e122036pl, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/5N5RcqSrn8VwkQyJJtdcf3c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de Fev. 2025.

CHARLOT, B., & CAPUA DA SILVA CHARLOT, V. A. (2021). O Negacionismo: uma Crise Social da Relação com a “Verdade” na Sociedade Contemporânea. *Revista Internacional Educon*, v. 2 n. 3 (2021). Disponível em: <https://doi.org/10.47764/e21023004>. Acesso em: 06 Set. 2024.

COUTO, C. G. O Brasil de Bolsonaro: Uma democracia sob estresse. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 28, p. e89859, 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v28.89859. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/89859>. Acesso em: 18 set. 2024.

CUNHA, André. *Os militares e a política no Brasil de Bolsonaro*. Teoria e Debate, 2020. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2020/07/01/os-militares-e-a-politica-no-brasil-de-bolsonaro/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

DECRETO PRESIDENCIAL 9667 DE 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9667.htm)

DECRETO PRESIDENCIAL 9673 DE 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9673-2-janeiro-2019-787580-publicacaooriginal-157175-pe.html>

DISCLOSURE INSIGHT ACTION (CDP). Instituto Clima e Sociedade (ICS). “Como os governos estaduais brasileiros enfrentam a mudança do clima? Resumo das respostas dos estados brasileiros ao questionário de Estados e Regiões de 2020 do CDP.” São Paulo, 2021. Disponível em: <https://cdn.cdp.net/cdp-production/cms/reports/documents/000/005/845/original/CDP-relatorio-governoseclima-FINAL.pdf?1628892687#:~:text=20%20estados%20trabalham%20em%20colabora%C3%A7%C3%A3o,de%20gases%20de%20efeito%20estufa>. Acesso em: 14 Jun. 2024.

FARIA, A. M. T. de. (2023). As contribuições de Hanna Pitkin para o debate sobre as Relações entre Estado, Sociedade e Desigualdades no Brasil. *SciELO Preprints*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6962> Acesso em: 30 Jul. 2024.

FARIA, A. M.T., Jorge, V. & Silva, M. (2022). Polarização Ideológica e Eleições Presidenciais no Brasil: Análise dos Programas de Governo de 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3711008/2022>. Acesso em: 19 Jul. 2024.

FARIA, A. M. T., TRUCÍOS, C & ARAÚJO, M. (2022). "September: Brazilian presidential candidates on Twitter". Brazilian Research and Studies Blog. ISSN 2701-4924. Vol. 3 Num. 1. Available at: <https://www.bras-center.com/september-brazilian-presidential-candidates-on-twitter/>, accessed on: February 14, 2025

FERREIRA, Mauricio dos Santos; TRAVERSINI, Clarice Salete. A Análise Foucaultiana do Discurso como Ferramenta Metodológica de Pesquisa. Porto Alegre: Educação e Realidade. v.38. 2013

FOUCAULT, M. (1969). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, M. (1970). *A Ordem do Discurso: Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola.

FOUCAULT, M. (1975). *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. [1971] (2010). A ordem do discurso. In: Marcondes, Danilo. Textos básicos de linguagem. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, pp.127-137.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2018v17n40p43>. Acesso em: 17 Set. 2024.

FREIXO, Adriano. Os militares e a política no Brasil de Bolsonaro. *Teoria e Debate*. Publicado em: 1 de Jul. 2020. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2020/07/01/os-militares-e-a-politica-no-brasil-de-bolsonaro/> Acesso em: 21 de Jan. 2025

GARCÍA-OROSA, Berta; Canavilhas, João; Vázquez-Herrero, Jorge. Algorithms and communication: A systematized literature review. *Comunicar*, v. 31, n. 74, p. 9–21, jan. 2023. DOI: 10.3916/C74-2023-01. Disponível em: <https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=detallesNo=74&articulo=74-2023-01>. Aceso em: 15 Ago. 2024.

GAZZOTTI, J.. Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-85). São Carlos: Pós-graduação em Ciências Sociais, 1998 (Dissertação de Mestrado).

GOMES, S., & Zamora, M. (2024). Negacionismo: definições, confusões epistêmicas e implicações éticas. *Ciência & Educação*, 30, e24008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320240008>. Acesso em: 19 Ago. 2024.

GRACINO, P., Junior, Goulart, M., & Frias, P. (2021). “Os humilhados serão exaltados”: Ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. *Cadernos Metrópole*, 23(51), 547-580. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5105> Acesso em: 21 Ago. 2024.

HONORATO, B. E. F.; SILVA, E. R. D.. Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 19, n. 2, p. 391–394, abr. 2021.

HORDECTE, Israel. “Vontade de verdade como exercício de poder: entre Nietzsche e Foucault.” *Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia*. v. 12 n. 33 (2020). <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2020.v12n33.p109-123> Acesso em: 13 Jun. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. *"Máfias do Ipê": Como a Violência e a Impunidade Impulsionam o Desmatamento na Amazônia Brasileira*. Publicado em Setembro de 2019. Disponível em: [https://www.hrw.org/sites/default/files/report\\_pdf/brazil0919pt\\_web.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/brazil0919pt_web.pdf) Acesso em: 28 de Jan. 2025.

HUR, Domênico Uhng; SABUCEDO, José Manuel e ALZATE, Mónica. Bolsonaro e Covid-19: negacionismo, militarismo e neoliberalismo. *Rev. psicol. polít.* [online]. 2021, vol.21, n.51, pp.550-569. ISSN 2175-1390. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v21n51/v21n51a18.pdf>. Acesso em: 02 Out. 2024.

IANNI SEGATTO, A. “*Post-truth, denialism and fake news: Introductory essay.*” *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 28, n. esp. 1, e023003, 2023. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v28iesp.1.18303> Acesso em: 11 Jul. 2024.

INSTITUTO ALZIRAS. *Municípios brasileiros de pequeno e médio porte avançam no enfrentamento à crise climática*. Disponível em: <https://pactodealcaldes-la.org/language/pt/acao-climatica-brasil/> Acesso em: 09 Ago. 2024.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Crise climática e desastres socioambientais. Espírito Santo, 2024. Disponível em: [https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/sumarios/IJSN\\_Especial\\_Mudan%C3%A7as\\_Clim%C3%A1ticas.pdf](https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/sumarios/IJSN_Especial_Mudan%C3%A7as_Clim%C3%A1ticas.pdf). Acesso em: 27 Jun. 2024.

IPCC (2014). Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). “AR5 Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability”. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg2/> Acesso em: 27 Jul. 2024.

IPCC (2023). Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). “Global Warming of 1.5°C an IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5 °C”. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/sr15/> Acesso em: 27 Jul. 2024.



IPS BRASIL 2024. Índice de Progresso Social (IPS). Ano 2024. IPS Brasil. Disponível em: <https://ipsbrasil.org.br/>. Acesso em 19 Jul. 2024.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LYNAS, M. Houlton, B. & Perry, S. (2021) Greater than 99% consensus on human caused climate change in the peer-reviewed scientific literature. *Environmental Research Letters* (Environ. Res. Lett.), Volume 16, Number 11. 114005. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/ac2966#erlac2966s2>. Acesso em: 09 Jun. 2024.

MAIA, Tatiana. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita A crise do regime moderno de historicidade no Brasil (2019-2022). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, e23312, set./dez. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752023000300012>. Acesso em: 23 Set 2024.

MARCONDES, Danilo. *Texto básicos de linguagem: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 138pp

MEDEIROS, Priscila et al . Greenwashing e Desinformação: A Publicidade Tóxica do Agronegócio Brasileiro nas Redes. *Comunicação e Sociedade*, Braga , v. 45, e024008, jun. 2024 . Disponível em <[http://scielo.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2183-35752024000102003&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-35752024000102003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 20 jan. 2025.

MENDONÇA, D. (2012). Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (1), 153–169. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1533>. Acesso em: 25 Ago. 2024.

MIGUEL, Jean. COLETIVA. Negacionismo climático no Brasil. Publicado em 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-artigo-negacionismo-climatico-no-brasil>. Acesso em: 21 de Jan. 2025

MIGUEL, J. C. H.. A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, p. 293–315, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237010013>. Acesso em 07 Set. 2024.

MILANI, Carlos (2022). Negacionismo Climático In: Szwako, J., Ratton, J. L. (2022). *Dicionário dos negacionismos no Brasil*. Brasil: Cepe editora, pp. 205-207.

MP. Medida provisória 870 de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. - [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870.htm)

MPF, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Justiça Federal suspende licença da Potássio do Brasil para exploração mineral em terra indígena. 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/justica-acolhe-pedido-do-mpf-e->

suspende-licenca-da-potassio-do-brasil-para-exploracao-mineral-em-terra-indigena?utm.  
Acesso em: 6 fev. 2025.

NAYME NOVELLI, José Marcos. A Política Ambiental Brasileira (2003-2022):: da contradição à devastação. Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, Rio Grande, RS, v. 6, n. 3, p. 10–33, 2024. DOI: 10.14295/rcn.v6i3.17094. Disponível em: <https://furg.emnuvens.com.br/cn/article/view/17094>. Acesso em: 28 jan. 2025.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2022. “Nunca mais outra vez: 4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro.” Ano, 2022. Disponível em: [https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/AF reduzido 20220323 individuais nunca-mais-outra-vez-1.pdf](https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/AF_reduzido_20220323_individuais_nunca-mais-outra-vez-1.pdf). Acesso em: 12 Out 2024.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2023a. Análise das emissões de Gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil (1970-2021). Ano 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/SEEG-10-anos-v4.pdf>. Acesso em: 13 Set. 2024.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2023b. Mapa da destruição: como Bolsonaro rasgou a agenda de meio ambiente no Brasil. Ano 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/mapa-da-destruicao-como-bolsonaro-rasgou-a-agenda-de-meio-ambiente-no-brasil/> . Acesso em: 20 out. 2024.

ORTIZ, Fabiola. O Eco. Triplo A: o controverso corredor ecológico que ligaria os Andes ao Atlântico. Publicado em: 23 de Outubro de 2017. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/triplo-a-o-controverso-corredor-ecologico-que-ligaria-os-andes-ao-atlantico/>. Acesso em: 04 de Fev. 2025.

OXFAM Brasil. Igualdade Climática: Um Planeta para os 99%. 2023. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-climatica-e-amazonia/igualdade-climatica-um-planeta-para-os-99/>. Acesso em: 15 Jul. 2024.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL). Discurso de Jair Bolsonaro na Convenção Nacional Eleitoral do PSL. Youtube, 22 de Julho de 2018. 56min45s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cg660J3ecLI>. Acesso em: 25 Out. 2024.

PALMEIRA, Luma; CASARÕES, Guilherme. "A Amazônia e o governo Bolsonaro: interesses particulares, discurso soberanista e os inimigos da nação." Revista de Iniciação Científica da FGV, v. 4, n. 1, 2023, p. 45-72. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/ric/article/view/86778/84965>. Acesso em: 02 de Fev. 2025.

PAZ, M. G. A.; SILVA JÚNIOR, R. D.; JACOBI, P. R.; LAUDA-RODRIGUEZ, Z.; MILZ, B. Guia para o desmonte da política ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 25, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoceditorialvu2022L5EDPT>.

PENA, L. P. J. “Globalismo”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira. *Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais*, v. 18, n. 36, p. 371-386, 10 set. 2019.

PEREIRA, C. A. A mídia na Ciência da Informação. *Transinformação*, v. 30, n. 2, p. 141-152, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892018000200001>

PEREIRA DA SILVA, R. Brasil - Geopolítica e Destino, Resenha e comparação histórica. *A Defesa Nacional*, v. 83, n. 778, 6 jan. 2021.

PETRALIA KROPP, S. Negacionismo científico. In: SZWAKO, J.; RATTON, J. L. (org.). *Dicionário dos negacionismos no Brasil* Recife: Cepe Editora, 2022. p. 201-204.

PIAIA, V.; ALVES, M. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. *Intercom – RBCC*. São Paulo, v. 43, n. 3, p.135-154, set./dez. 2020.

PILATTI, L. A., Lievore, C., Rubbo, P., & Cantorani, J. R. H.. (2022). As demandas das universidades federais brasileiras para o quadriênio 2023/2026. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (campinas)*, 27(3), 553–570. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000300009>. Acesso em: 23 Ago. 2024.

PITKIN, H. F. (2006), “Representação. Palavras, instituições e ideias”, tradução de W. Mancuso e P. Ortellado, *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 67, pp. 15-47. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 Out. 2024.

PL. Projeto de Lei 2057 de 1991 - Dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas.- [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1685910&filename=PL%202057/1991](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1685910&filename=PL%202057/1991)

PL. Projeto de Lei 1610 de 1996 - Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os arts. 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal.- <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16969>

PL. Projeto de Lei 490 de 2007 - Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio. - Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas - <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311&fichaAmigavel=nao>

PL. Projeto de Lei 191 de 2020 - Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. - <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236765&fichaAmigavel=nao>

PUGA, F.. POMPEIA, Caio. 2021. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Editora Elefante. 392 pp.. Mana, v. 27, n. 3, p. e273801, 2021.

RECKZIEGEL, B. W. Levantamento dos Desastres Desencadeados por Eventos Naturais Adversos no Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1980 a 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

RIGHI, E. Inundações ao longo do rio Uruguai: o caso dos municípios de Porto Lucena e São Borja. In.: ROBAINA, L. E. S.; TRENTIN, R. Desastres Naturais no Rio Grande do Sul Santa Maria: UFSM, 2013. p. 253-280.

RIGHI, E. Risco a inundação em médio curso do Rio Uruguai: Um Estudo de Caso nos Municípios de Porto Lucena e São Borja Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, 222p.

ROBINSON, Nick. What does Donald Trump's win mean for his brand of populist authoritarianism? *The Conversation*, 17 jan. 2024. Disponível em: <https://theconversation.com/what-does-donald-trumps-win-mean-for-his-brand-of-populist-authoritarianism-242867>. Acesso em: 7 fev. 2025.

ROCHA, Marcos. A razão neoliberal e os limites da democracia liberal no Brasil : A necropolítica de Bolsonaro e as R-existências em curso. *REVISTA ANTÍGONA*, [S. l.], v. 3, n. 2, 2024. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/antigona/article/view/17765>. Acesso em: 27 out. 2024.

RODRIGUES, Denise S.; MELO, Maria Lúcia. Estudo sobre análise de discurso como procedimento metodológico na pesquisa documental. *Educação*, vol. 45, pp. 1-21, 2020. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1171/117162553039/html/> Acesso em: 09 Jul. 2024.

ROMANO, Jorge (Org.). Paixão e razão: Os discursos políticos na disputa eleitoral de 2018. São Paulo: ed. Veneta, 2018. p. 90-102.

ROSA, Samuel Santos da; BARROS, Thiago Henrique Bragato; LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira. O discurso antivacina no ontem e no hoje: a Revolta da Vacina e a pandemia da covid-19, uma abordagem a partir da Análise do Discurso. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [S. l.], v. 17, n. 3, 2023. DOI: 10.29397/reciis.v17i3.3774. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3774>. Acesso em: 20 out. 2024.

SANTOS, N. P. D. O regime militar brasileiro, a Escola Superior de Guerra e a geopolítica na Amazônia. *Textos e Debates*, [S. l.], v. 1, n. 25, 2015. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v1i25.2778. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/2778>. Acesso em: 2 fev. 2025.

SANTOS, Rafael Silva dos et al . Mobilização política em tempos de pandemia: a atuação do MST em foco. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo , v. 21, n. 52, p. 814-831, dez. 2021 . Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2021000300013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000300013&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 27 jan. 2025.

SANTOS, Henrique Faria dos. Neoliberalismo E Expansão Do Agronegócio Globalizado No Brasil. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 1, 2022. DOI: 10.12957/tamoios.2022.63310. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/63310>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SEEG. Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Disponível em: <https://seeg.eco.br/>.

SOUZA, J. (1994). Homem, cidadão: ética e modernidade em Weber. *Lua Nova: Revista De Cultura E Política*, (33), 135–143. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000200010>

SOUZA, R. A.; FRANÇA, S. A. M. Resenha: *Segurança, Território, População* (por Michel Foucault). *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 7, n. 1, p. 189-193, 2008.

SOUZA, Maria Cristina Oliveira. [Des]governança climático-ambiental nos setores AFOLU [agricultura, florestas e outros usos da terra] no Brasil (2019-2021) sob o regime do Acordo de Paris. 2023. 1 recurso online (234 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/13001>. Acesso em: 16 out. 2024.

TADDEI, Renzo. SCARSO, Davide & CASTANHEIRA, Nuno. A necessária indomesticabilidade de termos como “Antropoceno”: desafios epistemológicos e ontologia relacional. *Revista Opinião Filosófica, [S. l.]*, v. 11, n. 3, 2020. Disponível em: DOI: 10.36592/opiniaofilosofica.v11.1009. Acesso em: 17 Set. 2024.

TORRE, L., & Jerónimo, P.. (2023). Esfera pública e desinformação em contexto local. *Texto Livre*, 16, e41881. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-3652.2023.41881>. Acesso em 13 Jun. 2024.

VALIM, P.; AVELAR, A. DE S.; BEVERNAGE, B.. Apresentação - Negacionismo: História, Historiografia E Perspectivas De Pesquisa. *Revista Brasileira de História*, v. 41, n. 87, p. 13–36, ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>

VARGAS, N. C.; MARQUES, R. M. *Concepção de educação de think tanks liberais no Brasil e governamentalidade neoliberal*. *Revista Pesquisa e Debate*, v. 33, n. 2(60), 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1806-9029.v33i2e59993>. Acesso em: 19 jan. 2025.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M.; RIBEIRO, T. L.. Climate governance in an international system under conservative hegemony: the role of major powers. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, n. spe, p. 9–29, 2012.

WEBER, Max (1919) "A política como vocação", em H. H. Gerth e C. Wright Mills, orgs. *Max Weber – Ensaios de Sociologia*, Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1967: 55-89.

WOLLMANN, C. A.. (2014). Enchentes No Rio Grande Do Sul Do Século Xxi. Mercator (fortaleza), 13(1), 79–91. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/RM2014.1301.0006> Acesso em: 15 Jun. 2024.

WRI BRASIL. *O que são Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e por que são importantes*. 14 nov. 2022. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-que-sao-contribuicoes-nacionalmente-determinadas-ndcs-e-por-que-sao-importantes>. Acesso em: 7 fev. 2025.

ZÁ PEREIRA, L.; ORIGUÉLA, C. F.; COCA, E. L. de F. A Política Agrária No Governo Bolsonaro: As Contradições Entre A Expansão Do Agronegócio, O Avanço Da Fome E O Antiambientalismo. REVISTA NERA, [S. l.], n. 58, p. 8–27, 2021. DOI: 10.47946/rnera.v0i58.8660. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8660>. Acesso em: 27 jan. 2025.

## FONTES

AGÊNCIA PÚBLICA. Não foi por falta de aviso. Publicado em 08 de Maio de 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/05/tragedia-do-rio-grande-do-sul-era-mais-do-que-anunciada-mas-alerta-foi-ignorado/>. Acesso em 06 de Junho de 2024.

AGÊNCIA SENADO. “Médicos defendem 'tratamento precoce' e cloroquina na CPI da Pandemia. Publicado em 18 de Jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/18/medicos-defendem-tratamento-precoce-e-cloroquina-na-cpi-da-pandemia>. Acesso em: 19 de Jan. 2025.

AGOSTINI, Renata. Número de militares em cargos civis cresce e passa de 6 mil no governo Bolsonaro. *CNN Brasil*, 07 Jul. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/numero-de-militares-em-cargos-civis-cresce-e-passa-de-6-mil-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

AMPLIAR, Secovi -SP. Climatologista Ricardo Felício fala sobre aquecimento global. Publicado em 23 de Agosto de 2012. Disponível em: <https://ampliar.org.br/climatologista-ricardo-felicio-fala-sobre-aquecimento-global/>. Acesso em 22 de Jan. 2025.

ARAGÃO, Alexandre. JOTA. *Jair Bolsonaro: a trajetória militar e política do presidente que busca a reeleição*. Publicado em 13 de Maio de 2022. Disponível em:

<https://www.jota.info/eleicoes/jair-bolsonaro-a-trajetoria-militar-e-politica-do-presidente-que-busca-a-reeleicao>. Acesso em: 19 jan. 2025.

ASCEMA NACIONAL (2020). Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente. “CRONOLOGIA DE UM DESASTRE ANUNCIADO: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar as políticas de Meio Ambiente no Brasil.” Publicado em 04 de Setembro de 2020. Disponível em: <https://www.sindsep-pe.com.br/imagens/noticia/Dossie-Meio-Ambiente-Governo-Bolsonaro.pdf>. Acesso em: 03 Out. 2024.

BAND JORNALISMO. Jornal da Band entrevista Jair Bolsonaro. Youtube, 09 de Outubro de 2018. 12min50s. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=aRMjaz5kSxc&ab\\_channel=BandJornalismo](https://www.youtube.com/watch?v=aRMjaz5kSxc&ab_channel=BandJornalismo). Acesso em: 25 Out. 2024.

BARBIERI, Luis Felipe. OLIVEIRA, Mariana. D’AGOSTINI, Rosanne. G1. *STF mantém suspenso trecho de MP que transferiu demarcação de terras indígenas para Agricultura*. Publicado em: 1 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/01/stf-mantem-suspenso-trecho-de-mp-que-transferiu-demarcacao-de-terras-indigenas-para-agricultura.ghtml>. Acesso em: 6 fev. 2025.

BBC NEWS BRASIL (2016). Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. Publicado em 19 de Abril de 2016. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415\\_bolsonaro\\_ongs\\_oab\\_mdb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb) Acesso em: 09 Out. 2024.

BBC NEWS BRASIL (2023). Tragédia em Petrópolis: os deslizamentos de terra vistos de cima. Publicado em 16 de fev. de 2023. BBC (portal de notícias). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60408077> Acesso em: 06 de junho de 2024.

BOLSONARO, Jair. (2018). Projeto Fênix - Proposta de Plano de Governo Jair Bolsonaro. Disponível em: [http://flaviobolsonaro.com/PLANO\\_DE\\_GOVERNO\\_JAIR\\_BOLSONARO\\_2018.pdf](http://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf) Acesso em: 28 Set. 2024.

BRAGANÇA, Daniele. Bolsonaro defende a fusão dos ministérios da Agricultura e Meio Ambiente. O ECO. Ano, 2018. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/bolsonaro-defende-a-fusao-dos-ministerios-da-agricultura-e-meio-ambiente/> Acesso em 08 Out. 2024.

BRASIL URGENTE (BAND) - Datena entrevista Bolsonaro na UTI de hospital em SP. Youtube, 28 Set. 2018. 45min48s. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=hl7\\_6LkGQaM](https://www.youtube.com/watch?v=hl7_6LkGQaM). Acesso em: 26 Out. 2024.

BRASIL DE FATO. *Bolsonaro estimulou avanço de garimpeiros sobre os Yanomami; Relembre casos e declarações.* 06 maio 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/06/bolsonaro-estimulou-avanco-de-garimpeiros-sobre-os-yanomami-relembre-casos-e-declaracoes>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL DE FATO. Política. Necropolítica - Bolsonaro já cometeu inúmeros ataques contra indígenas; relembre. Publicado em 25 de Jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/25/bolsonaro-ja-cometeu-inumeros-ataques-contraindigenas-relembre>. Acesso em: 01 de Fev. 2025.

CAMAZANO, Priscila. Entenda os ataques golpistas de 8 de janeiro e seus desdobramentos. *Folha de São Paulo*, 07 fev. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/entenda-os-ataques-golpistas-de-8-de-janeiro-e-seus-desdobramentos.shtml>. Acesso em: 7 fev. 2025.

CAMPOREZ, Patrik. Bolsonaro promete liberar garimpo em terras quilombolas. Pré-candidato do PSL afirmou que irá levar 'progresso' para indígenas. O Globo, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-promete-liberar-garimpo-em-terras-quilombolas-22884565> Acesso em 06 Out. 2024.

CARTA CAPITAL. Política. A Trajetória política de Jair Bolsonaro. Publicado em 26 de Out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-trajetoria-politica-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 21 de Jan. 2025.

CATANHO, P. A. G., Silva, E. M. da., Gomes, D. T., & Alves, J. M. B.. (2020). Alterações Climáticas, Incremento dos Desastres e Necessidades Preventivas. *Revista Brasileira De*



Meteorologia, 35(3), 517–528. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-7786353012>  
Acesso em: 21 Jul. 2024.

CENTRO BRASIL NO CLIMA (CBC). Mudanças climáticas: centro brasil no clima apresenta diagnóstico sobre políticas públicas dos estados brasileiros. Maio, 2024. Disponível em: <https://centrobrasilnoclima.org/mudancas-climaticas-centro-brasil-no-clima-apresenta-diagnostico-sobre-politicas-publicas-dos-estados-brasileiros/>. Acesso em: 03 Jun. 2024.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *O governo Bolsonaro e o anticonstitucionalismo contra os povos indígenas*. Publicado em: 8 jan. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/01/o-governo-bolsonaro-e-o-anticonstitucionalismo-contra-os-povos-indigenas/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

CONGRESSO EM FOCO. *Damare é acusada de sequestrar e criar ilegalmente criança indígena*. Publicado em: 30 jan. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/damare-e-acusada-de-sequestrar-e-criar-ilegalmente-crianca-indigena/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo Brasil 2021*. Goiânia: CPT, 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, CNI. Eleições 2018: Sabatina da CNI com o pré-candidato Jair Bolsonaro (PSL). Youtube, 13 de julho de 2018. 54min35seg. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=6\\_a-uqltyfM&ab\\_channel=Confedera%C3%A7%C3%A3oNacionaldaInd%C3%BAstria](https://www.youtube.com/watch?v=6_a-uqltyfM&ab_channel=Confedera%C3%A7%C3%A3oNacionaldaInd%C3%BAstria) Acesso em: 24 de Jan 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. Estudo Emergência Climática. Estudo técnico (CNM). Brasília – DF, 2024. Disponível em: [https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos\\_tecnicos/202405\\_ET\\_MAMB\\_Emergencia\\_climatica\\_2024.pdf?t=1716820898](https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202405_ET_MAMB_Emergencia_climatica_2024.pdf?t=1716820898). Acesso em: 05 Jun. 2024.

CORREIO Brasiliense. Ciclone no RS: sobe para 46 o número de mortos após fortes chuvas. Publicado em 11 de set. de 2023. Correio Brasiliense. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/09/5124312-ciclone-no-rs-sobe-para-46-o-numero-de-mortosapos-fortes-chuvas.html> Acesso em: 06 de junho de 2024.

ESTEVES, Bernardo. Esse mundo já era? Como viver no Antropoceno. Revista Piauí. Ed. 97. Ano 2014. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/esse-mundo-ja-era/>. Acesso em: 14 Ago. 2024.

FALCÃO, Márcio. Globo. STJ suspende decisão que impedia nomeação de coordenador da Funai, Publicado em: 09 de Jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/09/stj-suspende-decisao-que-impedia-nomeacao-de-coordenador-da-funai.ghtml>. Acesso em: 05 de Fev. 2025.

FERREIRA, Marcelo. Brasil de Fato. Presença militar na política brasileira não é um fenômeno recente e ganha força no bolsonarismo. Publicado em 05 de Out. de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2022/10/05/presenca-militar-na-politica-brasileira-nao-e-um-fenomeno-recente-e-ganha-forca-no-bolsonarismo>. Acesso em: 21 de Jan. 2025

G1 - PARÁ. Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) anula autorizações para exploração mineral em terras indígenas no Pará. Publicado em: 1 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/02/01/trf-anula-autorizacoes-para-exploracao-mineral-em-terras-indigenas-no-para.ghtml>. Acesso em: 6 fev. 2025.

G1, a. RIO Grande do Sul tem 83 das cidades em situação de Emergência. Publicado em 23 de fev. de 2022. G1 (Portal eletrônico). Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/02/23/rs-tem-83percent-das-cidades-em-situacao-de-emergencia-entenda-a-diferenca-entre-seca-e-estiagem.ghtml> Acesso em: 06 de junho de 2024.

G1, b. Vale do Paraíba e região. Sobe para 40 o número de mortos em decorrência das chuvas no Litoral Norte de SP. Publicado em 19 de fev. de 2023. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/02/19/estado-de-sp-confirma-19-mortos-emdecorrencia-das-chuvas-no-litoral-norte.ghtml> Acesso em: 06 de junho de 2024.

G1, c. Chuva deixa ruas e avenidas alagadas no grande Recife. Publicado em 11 de jun. de 2023. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2023/06/11/chuva-deixa-ruas-e-avenidas-alagadasno-grande-recife.ghtml> Acesso em: 06 de junho de 2024.

G1, d. “A cronologia da tragédia no Rio Grande do Sul”. Publicado em 12 de Maio de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/12/a-cronologia-da-tragedia-no-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em: 24 Maio 2024.

G1, e. Peixoto, Roberto. “Mundo tem o 13º mês consecutivo de recorde de calor”. Publicado em 08 de Julho de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/07/08/mundo-tem-o-13o-mes-consecutivo-de-recorde-de-calor.ghtml>. Acesso em: 25 Maio 2024.

GAIER, Rodrigo. Bolsonaro diz que pode retirar Brasil do Acordo de Paris se for eleito. UOL, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/09/03/bolsonaro-diz-que-pode-retirar-brasil-do-acordo-de-paris-se-for-eleito.htm>. Acesso em: 07 Out. 2024.

GENERAL VILLAS BÔAS, Instituto (IGVB). SAGRES, Instituto. FEDERALISTA, Instituto. Publicado em 2022. Projeto de Nação - O Brasil em 2035. Disponível em: <https://igvb.org/projeto-de-nacao/>. Acesso em: 4 de Fev. 2025

GERAQUE, Eduardo. Infoamazonia. “Pseudociência intencional’: o método da extrema-direita para fazer você acreditar que mudanças climáticas não existem”. Publicado em 19 de Janeiro de 2023. Disponível em : <https://infoamazonia.org/2023/01/19/pseudociencia-intencional-extrema-direita-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 19 de Janeiro de 2025.

GLOBO.COM. Azevedo, Ana. Mudanças climáticas tornaram a tragédia no Rio Grande do Sul duas vezes mais provável, indica estudo internacional. Publicado em 03 de Jun. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/06/03/mudancas-climaticas-tornaram-a-tragedia-no-rio-grande-do-sul-duas-vezes-mais-provavel-indica-estudo-internacional.ghtml>. Acesso em: 27 Set. 2024.0

GLOBO RURAL. Política. Frente Parlamentar da Agropecuária declara apoio a Jair Bolsonaro. Publicado em 02 de Out. 2018. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2018/10/frente-parlamentar-da-agropecuaria-declara-apoio-jair-bolsonaro.html>. Acesso em 26 de Jan. 2025.

GRAGNANI, Juliana. *O que é 'globalismo', termo usado pelo novo chanceler brasileiro e por Trump?*. BBC News Brazil, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46786314>. Acesso em: 28 jan. 2025.

GREENPEACE BRASIL (2022). “*A verdade sobre a Amazônia sob o governo Bolsonaro*”. Publicado em: 28 de Outubro de 2022. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/a-verdade-sobre-a-amazonia-sob-o-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 06 Out. 2024.

HENNIGAN, W. J. *'We Reject Globalism.' President Trump Took 'America First' to the United Nations*. TIME Magazine, 2018. Disponível em: <http://time.com/5406130/we-reject-globalism-president-trump-took-america-first-to-the-united-nations/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

MIRANDA, Juliana. Folha de São Paulo. Ricardo Felício, que nega causa humana da mudança climática, será demitido da USP por faltas. Publicado em 17 de Jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/07/ricardo-felicio-que-nega-causa-humana-da-mudanca-climatica-sera-demitido-da-usp-por-faltas.shtml#:~:text=Segundo%20o%20processo%20disciplinar%2C%20Ricardo,cerca%20de%20R%24%202.814%20mensais>. Acesso em: 20 de Jan. 2025.

NUNES, Aurélio. Sul da Bahia vive a pior enchente nos últimos 35 anos. Publicado em 12 de dez. de 2021. Uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/12/12/sul-da-bahia-vive-a-piorenchente-dos-ultimos-35-anos.htm> Acesso em: 06 de junho de 2024.

POLITIZE. *Impacto da Operação Lava Jato*. Publicado em: 15 de Maio de 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/impacto-da-operacao-lava-jato/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

POLÍTICA. G1, 2018. Apuração por zona eleitoral. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao-zona-eleitoral-presidente/>. Acesso em: 27 de Jan. 2025.

ROHDEN, Júlia. Agência Pública. Bancada negacionista: médicos que defenderam tratamento ineficaz disputam eleição. Publicado em: 1 de Set. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/09/bancada-negacionista-medicos-que-defenderam-tratamento-ineficaz-disputam-eleicao/>. Acesso em: 19 de Jan. 2025.

SASSIANE, Vinícius; LALO, Almeida de (2023). Folha de São Paulo. “Seca na Amazônia faz rio desaparecer, e ribeirinhos percorrem bancos de areia com água da cidade”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/10/seca-na-amazonia-faz-rio-desaparecer-e-ribeirinhos-percorrem-bancos-de-areia-com-agua-da-cidade.shtml>. Acesso em: 27 Jun. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). *STJ suspende decisão do TRF1 e autoriza nomeação de coordenador de índios isolados na Funai*. 26 jun. 2020. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/STJ-suspende-decisao-do-TRF1-e-autoriza-nomeacao-de-coordenador-de-indios-isolados-na-Funai.aspx>. Acesso em: 6 fev. 2025.

TERRA BRASILIS. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). *Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal*. 2022. Disponível em: [https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates). Acesso em: 20 out. 2024.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Agência Nacional de Mineração. *ANM registra 363 autorizações para pesquisa ou exploração mineral em terras indígenas*. Novembro, 2023. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/221112?utm>. Acesso em: 6 fev. 2025.

UNFCCC (1992). United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC. 1992. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf> Acesso em: 23 Jun. 2024.

UOL(a), Notícias. Bolsonaro defende exploração de terras indígenas, em visita a Roraima. Publicado em 12 de Abril de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/04/12/bolsonaro-defende-exploracao-de-terras-indigenas-em-visita-a-roraima.htm>. Acesso em: 03 de Fev. 2025

UOL(b), NOTÍCIAS. *Damares Alves será ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos e ficará com a Funai*. Publicado em: 06 dez. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2018/12/06/damares-alves-sera-ministra-da-mulher-familia-e-direitos-humanos-e-ficara-com-funai.htm>. Acesso em: 28 jan. 2025

UOL (c). Congresso estará à direita e mais radicalizado com bolsonaristas. *UOL Notícias*, 03 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/03/congresso-estara-a-direita-e-mais-radicalizado-com-bolsonaristas.htm>. Acesso em: 7 fev. 2025.

VALENTE, Rubens. Bolsonaro retira da Funai a demarcação de terras indígenas. Folha de S.Paulo. Publicado em: 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/bolsonaro-retira-da-funai-a-demarcacao-de-terras-indigenas.shtml>. Acesso em: 6 fev. 2025.

VARGAS, A. L. B., Romano, J. O., Feitosa, A. C., Balthazar, P. A. A., Bittencourt, T. P., & Barbosa, Y. R. de S. O Discurso Político de Bolsonaro: Cidadãos de Bem, Segurança e Moral. *Revista Brasileira de Ciências Sociais. Le monde Diplomatique* Brasil. Set. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-discurso-politico-de-bolsonaro-cidadaos-de-bem-seguranca-e-moral/> Acesso em: 21 Jul. 2024.

VEJA (2019). Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. *João Pedroso de Campos*. Publicado em 01 Novembro de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura> Aceso em 17 Jul. 2024.